



LUCAS LIMA OTRANTO CORAZZA

**Negócios nas tensões coloniais (1640 - 1750) - observações
sobre um debate recente**

**Campinas
2015**



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ECONOMIA**

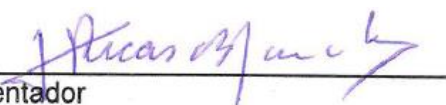
LUCAS LIMA OTRANTO CORAZZA

**Negócios nas tensões coloniais (1640 - 1750) -
observações sobre um debate recente**

Prof. Dr. Jose Ricardo Barbosa Gonçalves – Orientador

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico, área de concentração: História Econômica, do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de mestre em Desenvolvimento Econômico, na área de concentração: História Econômica.

**ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL
DA DISSERTAÇÃO DEFENDIDA PELO ALUNO LUCAS
LIMA OTRANTO CORAZZA E ORIENTADA PELO
PROF. DR. JOSE RICARDO BARBOSA GONÇALVES.**


Orientador

**CAMPINAS
2015**

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Economia
Mirian Clavico Alves - CRB 8/8708

C81n Corazza, Lucas Lima Otranto, 1986-
Negócios nas tensões coloniais (1640 - 1750) - observações sobre um debate recente / Lucas Lima Otranto Corazza. – Campinas, SP : [s.n.], 2015.

Orientador: José Ricardo Barbosa Gonçalves.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia.

1. Historiografia. 2. Mercado. 3. Brasil - História - Período colonial, 1500-1822.
I. Gonçalves, José Ricardo Barbosa, 1953-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Business in colonial tensions (1640 - 1750) - notes on a recent debate

Palavras-chave em inglês:

Historiography

Market

Brazil - History - Colonial period, 1500-1822

Área de concentração: História Econômica

Titulação: Mestre em Desenvolvimento Econômico

Banca examinadora:

José Ricardo Barbosa Gonçalves [Orientador]

Eduardo Barros Mariutti

Pedro Geraldo Tosi

Data de defesa: 27-02-2015

Programa de Pós-Graduação: Desenvolvimento Econômico



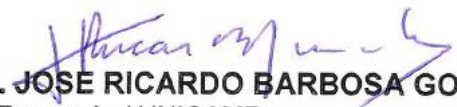
DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

LUCAS LIMA OTRANTO CORAZZA

**Negócios nas tensões coloniais (1640 - 1750) - observações sobre um
debate recente**

Defendida em 27/02/2015

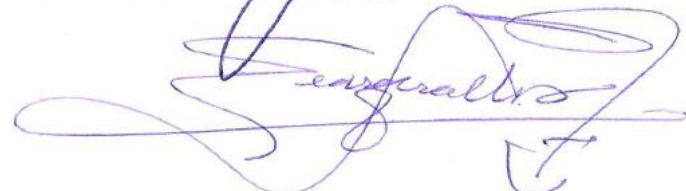
COMISSÃO JULGADORA



PROF. DR. JOSE RICARDO BARBOSA GONÇALVES
Instituto de Economia / UNICAMP



PROF. DR. EDUARDO BARROS MARIUTTI
Instituto de Economia / UNICAMP



PROF. DR. PEDRO GERALDO TOSI
UNESP/Franca

RESUMO

O trabalho propõe a colocação de um problema ao campo da historiografia brasileira sobre a economia e sociedade coloniais, sob o ângulo do mercado. Busca-se fazer uma discussão entre as perspectivas do *Antigo Sistema Colonial* e do que veio a denominar-se *Antigo Regime nos Trópicos*. Após vinte e poucos anos do início da polêmica entre as perspectivas, os entraves que as separaram em lados opostos parecem perder o sentido. Como toda história é história contemporânea, o contexto que havia informado a mudança de perguntas sobre o passado colonial, acompanhando a consolidação da controvérsia e a revisão de teses consagradas, mudou uma vez mais. O problema de nosso tempo sendo marcado pelo domínio do mercado sobre a vida, ao criar a necessidade de perguntar-se por como seus mecanismos funcionaram à colônia e sua relação com a sociedade, permite a possibilidade de contato entre as unidades de análise distintas a partir desta questão, bem como através dela ler o campo aberto pela historiografia nestas últimas décadas, nas suas incursões sobre histórias regionais. Para tanto, segue-se o rastro das tensões geradas pela realização dos negócios coloniais, que, na passagem para o século XVIII, são identificadas em variados fenômenos ligados à orientação da vida econômica ao mercado.

PALAVRAS-CHAVE: Sistema colonial, negócios, mercado, capital mercantil, tensões.

ABSTRACT

In this work we propose a problem in the field of brazilian historiography on economics and society, under the angle of the market. We seek to realize a discussion between the perspective of the *Old Colonial System* and the *Old Regime in the Tropics* one. After twenty and a couple of years from the beginning of the controversy, the issues that kept them separated in opposite sites seem to have lost its meaning. As all history is contemporary history, the context which had informed a change of questions about colonial past, following the consolidation of the dispute and the revision of established thesis, has shifted once again. The problem of our time being defined by the mercantilization of all aspects of life brings about the question of how its mechanisms operated at the colony and how was its relation with society, and with this allows the possibility of dialogue between the two distinct unity of analysis through the market issue, as well as make possible to apprehend historiography's last decades field through it, in its incursions on regional history. For that, we trail the course of the tensions brought forth by the realization of colonial business, which, in the passage to the eighteenth century, are identified in various phenomenas connected with economic life being oriented to the market.

KEYWORDS: Colonial System, business, market, merchant capital, tensions.

ÍNDICE

Resumo.....	vi
Abstract.....	vii
Agradecimentos.....	ix
Introdução.....	1
Capítulo 1 — Abrindo caminhos: a questão do capital comercial autônomo e o Antigo Sistema Colonial.....	17
Pressupostos desde o Antigo Sistema Colonial.....	19
Colocando o conceito em movimento.....	26
Rumo à pergunta do mercado: o modelo de análise de Alencastro e a mercantilização de São Paulo Colonial.....	30
Capítulo 2 — Assentando fronteiras: tensões e contexto do mercado.....	42
Problema.....	42
Elementos.....	42
Tensões.....	47
Contextos.....	58
Síntese.....	73
Considerações finais.....	78
Bibliografia.....	80

AGRADECIMENTOS

Antes de mais nada, agradeço meu pai e minha mãe, pelo apoio incondicional e ajuda em momentos delicados destes anos, sem os quais não teria condições para realizar o mestrado.

Ao prof. José Ricardo Barbosa Gonçalves, meu orientador, sou profundamente grato. Sua generosidade em compartilhar seus conhecimentos e sua disposição com as necessidades enfrentadas para a realização do trabalho foram mais do que prestimosas. Este trabalho não teria terminado sem sua atenção nos momentos decisivos, bem como não se desenvolveria sem a liberdade dada às inquietações envolvidas nesta pesquisa.

Com o prof. Eduardo Barros Mariutti, pelos comentários à banca e pelos constantes estímulos e incentivos — especialmente quando as idéias estavam muito cruas —, tenho uma dívida grande. Ainda à banca, foram muito bem-vindos os comentários do prof. Pedro Geraldo Saadi Tosi, alguns dos quais guardarei ainda por tempos.

Para os amigos, minha gratidão é enorme. Não é sempre nessa vida que a gente encontra pessoas tão interessantes, e de uma hora para outra pessoas que estavam mais ou menos dispersas como que por alguma providência se ligaram. Assim é que sou muito feliz, junto a todas as amizades feitas nestes anos, por ter me amarrado aos amigos Thiago Peixe Franco, Fábio Pádua dos Santos, Lucas Salvador Andrietta, e aos círculos concêntricos que foram se abrindo a partir daí.

Um deles foi particularmente especial, o Grupo de Estudos sobre Nacionalismo, Ideologia e Imperialismo, o G.E.N.I.I., ou mais carinhosa e originalmente *niii!*, como dizem os cavaleiros do Monty Python. Para quem deixou um grande time, de handebol, nos anos da graduação, voltar a fazer parte de um time fabuloso, mas não apenas isso como vê-lo montar-se, foi um prazer especial. Que espaço de discussão! Foi lindo o aprendizado proporcionado a todos nós. Sou muito grato por fazer parte dele junto com Roberto Simiqueli, os quatro acima já citados mais o Eduardo Mariutti, o Bruno Marchetto, o Thomas Conti e tantos mais. Quanto à dissertação que vai apresentada aqui, o quanto se falou a estas pessoas e delas se ouviu para contribuir a ela não foi pouco; igualmente foram pacientes Robson Gabioneta e Guilherme Ivo, que deixaram-se alugar gentilmente na condição de filósofos para questionamentos formais necessários ao

desenvolvimento do trabalho. Mais pacientes do que todos, ou pelo menos forçados a isto, foram o já mencionado Fábio e o Ulisses Rubio, recebendo-nos tantas vezes às suas casas com enorme bondade e carinho — bem como Thomas e Thiago Peixe, pela disposição ao prazer da conversa.

Boa parte deste tempo foi passado ao lado de Alice, que foi muito carinhosa e igualmente paciente comigo em momentos incertos, a quem fica aqui o gesto reconhecido da amizade. Desde os fins deste mestrado, todavia, quem me aguenta, me apóia, me faz transbordar de felicidade, me orgulha e me envaidece com sua companhia é Adrianny. Não sei o que seria de minha vida se não tivéssemos nos encontrado.

Por último, um reconhecimento muito especial vai para Pina, Carmen e Azul, meus gatos.

INTRODUÇÃO

A dissertação se concentra em debate caro à historiografia brasileira, entre as perspectivas do *Antigo Sistema Colonial* e do *Antigo Regime nos Trópicos*¹, que, em seu ponto de tensão fundamental, opõe a apreensão da colonização dentro de uma lógica mercantil a uma interpretação que vê uma lógica de valores corporativos, típicos de Antigo Regime, permeando a sociedade que se organiza no Novo Mundo. Mais ao campo da história econômica, esta discussão é colocada no terreno da característica da economia colonial: o objeto da controvérsia emergiu da discussão da acumulação interna à economia, alçou-se à dinâmica própria da economia e a uma concomitante capacidade de acumulação autônoma, nitidamente mercantil, através da qual os negociantes dominam a economia, o que se verifica na passagem aos setecentos e se consolida à metade do século; por fim, levando adiante o passo da autonomia, perscrutou-se a condição desta economia colonial em imprimir seus fluxos mercantis a partir da agricultura comercial já no século XVII, relativizando o estado de crise e estagnação antes do ouro, percepção ligada à queda do preço do açúcar.

As perspectivas, como já veremos, incompatibilizam-se no tocante a seus objetivos de análise, criando, de início, uma dificuldade de aproximação, de modo que, ao tentar seguir a discussão e adentrá-la, tocamos ora num ora noutro pressuposto que impedem a chegada a um terreno comum. Assim é que, a princípio, gira-se em falso, em torno de figuras que caracterizam mal uma e outra perspectiva: os que estão na segunda insistem no engano do conceito do sistema colonial em sublinhar a acumulação voltada para fora, critica-se especialmente um sentido de relações todo ele fora da colônia e excessivamente lógico, pouco atento à complexidade das relações entre os grupos principais à conquista e às relações que estabelecem; para quem segue a primeira corrente, na direção dada pelo criador de seu conceito, o "capital residente" que permanece à colônia faz parte da própria reprodução do sistema, e comporta-se dentro da lógica do capital comercial autônomo, isto é, de externalidade em relação à área produtiva e ligado aos circuitos mercantis que, dentro do sistema mundial no qual as colônias são peças inseridas

1 Ou, em termos menos interessante mas não de todo sem proveito, escola de São Paulo e escola do Rio de Janeiro.

segundo um espaço periférico, carregam-no para acumular-se às metrópoles — acumulação interna à colônia, portanto, que não nega o sistema e que, sabe-se, começa mesmo através do tráfico de escravos.

Sob o império destas circunstâncias, o debate parece estéril. Contudo, se seguirmos nesta toada, avançaremos com informações demais tomadas como dadas. Antes de mais nada, cumpre colocar a referida discussão em seu devido contexto.

A ênfase que ora fazemos não é gratuita, pois, de fato, o aluno e mesmo o pesquisador da área da história econômica colonial habituaram-se a tratar o campo entre tradições opostas, num primeiro momento marcadas pela discussão da acumulação possível à economia colonial, posteriormente voltadas para a compreensão desta através do contexto do Império português, com atenção às suas instituições e dinâmicas.

Estas tradições têm raiz no debate, na década de 1970, no seio do pensamento marxista, sobre a interpretação da realidade colonial, e fincam-se no manejo dos conceitos de *sistema colonial* e de *modo de produção* (dependente, colonial), fixados pelos estudos de Fernando Novais², de um lado, e de outro pelos de Ciro Flamarion Cardoso³ e Jacob Gorender⁴. Daqui parte o primeiro momento da querela: da ênfase de Gorender e Cardoso, especialmente deste, na dimensão da acumulação interna de capital, através do largo estrato não capitalista, que permite a reprodução material da sociedade a baixo custo e dá assim à parte ligada aos mercados externos a condição para o acúmulo. (Pairava aqui uma tensão na discussão, neste momento não de todo explosiva, ainda que já discutida⁵, sobre a exploração colonial enquanto uma articulação do processo de formação do capitalismo, voltada para fora e compondo um "mecanismo de estímulo à formação primitiva de capital comercial autônomo no centro do sistema"⁶. Apenas no momento

2 *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial*, São Paulo, Hucitec, 9. ed., 2011.

3 Ciro Flamarion CARDOSO et alli, *Modos de producción en América Latina*, Córdoba, Passado y Presente, 1974, 2a. edição. Ver também *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis, Vozes, 1979. Ainda, "Escravidão e dinâmica da população escrava nas Américas", in *Estudos Econômicos*, v. 13, no. 1. São Paulo, IPE-USP, 1983

4 Jacob GORENDER, *O escravismo colonial*, São Paulo, Ática, 1992. Ver também "Questionamentos sobre a teoria econômica do escravismo colonial", in *Estudos Econômicos*, v. 13, no. 1. São Paulo, IPE-USP, 1983.

5 Neste momento Ciro Cardoso assinalava o peso excessivo da consideração da colônia nos quadros estritos de uma "extração de excedentes". Ver Ciro Flamarion CARDOSO, "As concepções acerca do 'Sistema Econômico Mundial' e do 'Antigo Sistema Colonial': a preocupação obsessiva com a 'extração do excedente'. in: LAPA, José Roberto do Amaral (Org). *Modos de produção e realidade brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1980.

6 Fernando NOVAIS, "Condições de Privacidade na Colônia", in *Aproximações*, São Paulo, Cosac Naify, 2006, p. 217.

seguinte é que esta tensão se coloca como uma afronta à carga historiográfica condensada em Fernando Novais — pensamos, claro, em Caio Prado Jr. e Celso Furtado)⁷.

Por meio da porta da acumulação interna de capital, no início dos anos 1990, João Fragoso capitaneou, em conjunto com Manolo Florentino, uma revisão das análises sobre a economia colonial, notadamente em relação à noção de *pacto colonial*, revendo a economia a partir da atuação dos negociantes da praça do Rio de Janeiro, na virada do século XVIII ao XIX⁸. Ante a determinação de um sistema de trabalho compulsório organizado para o escoamento de riquezas, em que a América portuguesa, periferia do mercado mundial, servia de complemento às economias centrais europeias — ante o contexto da acumulação primitiva de capital comercial autônomo, os autores colocaram-se pelo signo da autonomia. Argumentaram que o movimento de preço nas praças da América portuguesa não se prende à flutuação dos preços europeus (internacionais), que a base não capitalista à reiteração da sociedade, além de resguardar aqueles preços, ao se estender para a produção social do escravo em África, origina um comércio grosso, o que termina por imprimir uma acumulação endógena à colônia, com um capital nela residente.

A reconstituição a partir dos passos destes personagens mostrou um fio de crédito do grupo amarrando toda a vida econômica, do litoral ao interior, dos grandes comerciantes carioca até os comerciantes de sobrado e lojistas menores território adentro, através de uma cadeia de endividamento. O quadro, se aponta o poder do grupo, nem por isso deixa de aludir a uma agitada presença do comércio na sociedade. De toda forma, esta camada também dominava os negócios mais lucrativos da praça, do tráfico de escravos aos seguros e fretes, passando por empréstimos. Proprietários de terras, estratégia corriqueira para enobrecimento, detinham ainda em suas mãos uma ampla posse de bens urbanos. Por fim, contava esta coleção restrita de homens em pouco mais de uma dúzia de famílias, dominando a hierarquia socioeconômica da principal praça do Império português no período.

7 Conforme Fernando Novais concentra esta "carga historiográfica brasileira" do ponto de vista do sistema colonial, como parte do processo de formação do capitalismo (ou, na mesma unidade de análise, do sistema-mundo moderno, como colocou Immanuel WALLERSTEIN), trataremos daqui em diante a perspectiva ligada a Novais, de que partimos, de sistêmica. Para Wallerstein, ver *The modern world-system I: capitalist agriculture and the origins of the European world-economy in the sixteenth century*, New York, Academic Press, 1974.

8 Ver João Luis Ribeiro FRAGOSO. *Homens de Grossa Aventura: Acumulação e Hierarquia Na Praça Mercantil do Rio de Janeiro (1790 -1830)*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1992; com Manolo Garcia FLORENTINO. *Mercado e Formas de Acumulação: Os Comerciantes de Grosso Trato do Rio de Janeiro (1790-1830)*, Rio de Janeiro, IPEA, 1990; com o mesmo, *O Arcaísmo Como Projeto: Mercado Atlântico, Sociedade Agrária e Elite Mercantil no Rio de Janeiro, 1790-1840*, Rio de Janeiro, Sette Letras, 1993. A edição mais recente, a 4ª, ampliada, data de 2001, pela Civilização Brasileira.

A partir deste contexto, Fragoso e Florentino investiram contra interpretações que calaram fundo na historiografia brasileira, de Caio Prado Jr. a Celso Furtado e Fernando Novais, alegando a necessidade de um novo modelo explicativo, contra a preocupação excessiva com o controle externo da vida colonial como um todo, não apenas da vida econômica; neste primeiro momento da discussão concluiu-se pela *diminuição do peso dado ao setor de exportação* à economia colonial, de modo a colocar seu motor no mercado interno, e se resolveu fixar as atenções para o vulto das transações em ativos urbanos (contra a menor dimensão dos rurais), bem como a quem se transferiam tais propriedades — em uma frase, senhores à sombra dos mercadores⁹.

No entanto, é preciso assestar o que tem isto de novidade. Sérgio Buarque, no início dos anos 1970, já havia frisado que as "*élites* do Primeiro Reinado vêm bem mais da classe dos negociantes urbanos que da aristocracia rural", contra o que "seria querer dar mais força ao antigo mito da avassaladora preeminência, àquela época, dos proprietários rurais, a chamada 'nobreza' da terra." Ainda, considerou bem crível que a sociedade de fins do XVIII e início do XIX fosse dominada pelo mercado, a par do investimento em estilo de vida nobre, ponto que será desenvolvido no segundo capítulo deste trabalho¹⁰. Outro marco entre nós sobre os negociantes e a dinâmica de seu negócio foi deixado pelas pesquisas de Eulália Maria Lameyer Lobo, entre a década referida e a anterior, sobretudo seu estudo comparando a atuação dos negociantes da cidade do Rio de Janeiro aos de Charleston em meados do século XVIII, destacando a participação daqueles na Câmara¹¹. Neste breve resumo, é preciso incluir também o artigo clássico de Maria Odila da Silva Dias, no mesmo contexto de pesquisas (publicado em 1972 e orientada pelo próprio Sérgio Buarque), em que chama a atenção ao "predomínio social do comerciante e das íntimas interdependências entre interesses rurais, comerciais e administrativos" ao período da independência¹².

9 Para uma apreciação pontual, contemporânea a este momento do debate (originalmente publicado em 1996), e que se tornou uma referência básica, ver Stuart SCHWARTZ, "Mentalidades e estruturas sociais no Brasil colonial: uma resenha coletiva", *Economia e Sociedade*, Campinas, n. 10, dez. 1999, p.129-153. Especialmente, p.129-135

10 Sérgio Buarque de HOLANDA, "Sobre uma doença infantil da historiografia", in Marcos Costa (org.) *Para uma nova História*, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2004, p.122-123. Artigo originalmente publicado no jornal *O Estado de São Paulo*, a 17 de junho de 1973. Ao último tópico do capítulo dois recuperamos e o ponto de Sérgio Buarque.

11 Eulália Maria Lameyer LOBO, "O Comércio Atlântico e a Comunidade de mercadores no Rio de Janeiro e em Charlenston no Século XVIII", *Separata da Revista de História*, n. 101, São Paulo, 1975, p. 49-106.

12 Maria Odila Silva DIAS, "A Interiorização da Metrópole (1808-1853)", in Carlos Guilherme MOTA (org.). *1822 Dimensões*, São Paulo, Perspectiva, 1986, 2a ed. [1972]

De outro lado, ainda na década de 1970, "o crescimento das fortunas dos comerciantes, sua influência política e o caráter independente de suas ações" foram extensamente trabalhados por historiadores estrangeiros, especialmente pelos norte-americanos, como A. J. R. Russell-Wood, David Grant Smith e Rae Flory¹³. (Inclusive, é bastante curiosa a semelhança da discussão brasileira ao debate que correu entre eles, como se vê nas reações às afirmações iniciais de Russel-Wood, das quais destacamos a postura de Smith e Flory: verificando seu assenso aos cargos de maior prestígio da Santa Casa da Misericórdia relacionado concomitantemente à incapacidade de sujeitos do setor açucareiro de custear as necessidades financeiras da instituição, e relacionando o processo a uma mudança social que envolvia a decadência moral dos indivíduos — o autor cogitou que, na virada do século XVIII, os mercadores residentes à Salvador ascenderam sobre a elite rural, para aos meados do século obter então domínio tanto econômico como social e político da região¹⁴; a dupla reagiu desconstruindo esta imagem, verificando antes a continuidade do processo de incorporação dos mercadores à elite e seus espaços, com comerciantes proeminentes adentrando o conselho da Santa Casa da Misericórdia já em meados do século anterior — para equilibrar a questão, sugeriram antes a figura de um tipo intermediário entre o senhor (planter) e o negociante (merchant), o *landed-merchant* ou *merchant-planter*¹⁵). Já o período entre 1980 e início dos anos 1990 foi marcado por análises sobre o mercado interno e sua articulação com o setor exportador, com destaques para trabalhos de José Roberto do Amaral Lapa, Larissa Brown e Bert Barrickman, do próprio Stuart Schwartz, bem como a pesquisas ligadas a Maria Yedda Linhares, voltadas para a história da agricultura colonial, na esteira da qual se desenvolve a investigação de Frago¹⁶.

Desta forma, a historiografia do início da década de 1990 surge marcada pela mirada ao *interior da estrutura*, como se afere pelo sintomático título dado por Lapa a sua exposição ao I

13 Para maiores detalhes, ver SCHWARTZ, "Mentalidades...", p.130-131.

14 A. J. R. RUSSEL-WOOD, *Fidalgos e Filantropos: a Santa Casa de Misericórdia da Bahia (1550-1755)*, Brasília, UNB, 1981. Originalmente publicada em 1968.

15 Rae FLORY, David Grant SMITH, "Bahian merchants and planters in the Seventeenth and Early Eighteenth Centuries", *The Hispanic American Historical Review*, vol. 58, n.4, nov. 1978, p. 571-594. Ao segundo capítulo veremos novamente, e com mais calma, a questão.

16 SCHWARTZ, "Mentalidades...", p.130-131. Para um sólido apontamento do caminho da historiografia no enalço de negociantes e negócios coloniais, para além do tratado aqui, ver Carlos Gabriel GUIMARÃES. "O fidalgo-mercador Francisco Pinheiro e o 'negócio da carne humana': 1707-1715", in Mariza de Carvalho SOARES (org.). *Rotas atlânticas da diáspora africana: da Baía do Benim ao Rio de Janeiro*, Niterói, EdUFF, 2007, item 1, "O fidalgo-mercador Francisco Pinheiro na Historiografia".

Congresso Brasileiro de História Econômica, publicada em volume posterior¹⁷. A par disto, é necessário destacar a mudança de ênfase nas relações MetrÓpole-Colônia, sem o que não se compreende o contexto das revisões em questão. Entre nós, neste momento, em contraparte aos 20 anos anteriores, a historiografia esboçou tendência a relativizar o peso dado ao Estado, trocando o vertical às relações horizontais de poder, ao ângulo de redes de solidariedade, notadamente entre comerciantes e sua autonomização ante o controle estatal da economia¹⁸. Esta ênfase no pólo de relações horizontais chega de vários pontos, como do reequacionamento das análises sobre o escravismo¹⁹, mas sobretudo pelas pesquisas em torno do Império Português. Aqui, destacam-se os modelos encaminhados por Antonio Manuel Hespanha e pelo próprio Russel-Wood.

Hespanha, contra a leitura tradicional da precoce centralização do Estado português, argumenta que as jurisdições em Portugal sugerem, ainda para o século XVII, instâncias descentralizadas de decisões, que permitiram uma divisão de poderes entre organizações locais e senhores de terras, com vínculos frouxos com a Coroa, que por sua vez teve que partilhar o espaço político com estes poderes. A base da reprodução social portuguesa, não sendo organizada por um poder político plenamente centralizado, entender-se-ia *a partir de sistema de valores ligado a uma concepção corporativa da sociedade*; esta compreende sobretudo uma idéia de equilíbrio entre os estamentos, com a autoridade real — a cabeça de um corpo — sendo condicionada ao *bem comum*, de modo a prever o direito à derrubada do poder uma vez não se cumpra com a estabilidade do corpo social²⁰. Por sua vez, Russel-Wood abre espaço para a

17 José Roberto Amaral da LAPA, "O interior da estrutura", in Tamás Szmercsányi (org.) *História Econômica do Período Colonial*, São Paulo, ABPHE/Edusp/Imprensa Oficial/Hucitec, 2002, p.163-171.

18 Como grande referência, ver JÚNIA FURTADO, *O livro da Capa verde — o regimento diamantino de 1771 e a vida no Distrito Diamantino no período da Real Extração*, São Paulo, Annablume, 1996; ver sobretudo, da mesma autora, *Homens de negócio — A interiorização da metrópole e do comércio nas Minas setecentistas*, São Paulo, Hucitec, 1999.

19 Ver, especialmente, João José REIS, Eduardo BUENO, *Negociação e conflito — a resistência escrava no Brasil escravista*, São Paulo, Cia das Letras, 1989.

20 Ver *As vespersas do Leviathan: instituições e poder político Portugal séc. XVII*, Coimbra, Almedina, 1994. Com Ângela Barreto XAVIER, "Redes clientelares", in António Manuel HESPANHA (coord.), *História de Portugal*, Lisboa, Editorial Estampa, 1993, v.4. Do mesmo autor, "La economía de la gracia", in *La gracia del derecho. Economía de la Cultura en la Edad Moderna*, Madrid, Centro de Estudios Constitucionales, 1993. Veja-se também, para a análise correlata tomando a noção de merê, Fernanda OLIVAL, *As ordens militares e o Estado moderno: honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789)*, Lisboa, Estar Editora, 2001. Sobre o capítulo 2, "As ordens militares: um forte pilar do Estado moderno", item 2.2, "a organização da economia da mercê". E para uma questão desta noção à historiografia brasileira, Antonio Jucá SAMPAIO, "Os homens de negócio e a coroa na construção das hierarquias sociais: o Rio de Janeiro na primeira metade do século XVIII", in *Na Trama das Redes — política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira,

consideração da autonomia dos espaços periféricos, a partir dos usos encontrados pelos colonos para se comunicar com a Metrópole²¹; não a toa, o autor abre importante flanco para a apreensão dos espaços coloniais a partir do poder local, da autonomia cada vez maior das periferias em relação ao centro — em uma frase, da "*busca por interstícios que possibilitem a negação do poder enfeixado a partir da metrópole*"²². Desta maneira, ambos, Russel-Wood e Hespanha, abrem flancos para a análise de poderes locais e a autonomia de movimentos, e este ainda expande o ângulo desde as redes clientelares, bem como permite tomar os nexos da organização social nos valores corporativos, voltados ao *bem comum da república*.

É deste contexto e desses modelos que João Fragoso alça sua posição da economia colonial a um enquadramento mais amplo: a ênfase na dinâmica do mercado interno é colada a um mundo em que a política domina a economia, e em que as relações, à base da sociedade, se acomodam por fora do mercado, e em cima são gradativamente dominadas por negociantes, conforme avança o século XVIII — são os pressupostos que, presentes no decorrer de sua trajetória, vão tomando forma conforme também são expandidas as pesquisas sob sua tenção.

Feita a contextualização de como a discussão se pautou, antes de avançar, é preciso apontar o quadro dos rumos que as pesquisas tomaram, após a polêmica²³.

Para a história econômica, o campo tendeu para a generalização da história enquanto história de negociantes (buscando cada vez mais o contexto do Império Português²⁴ e detendo-se

2010, especialmente p.473-77.

21 De A.J.R. RUSSEL-WOOD, ver "Centros e periferias no mundo luso-brasileiro —1500-1808", Revista Brasileira de História, vol.18, n.36, 1998, p. 187-249.

22 Laura de Mello e SOUZA, "Política e Administração colonial: problemas e perspectivas", in *O sol e a Sombra — política e administração na América portuguesa do século XVIII*", São Paulo, Cia das Letras, 2006, p. 71, *itálicos* nossos. Para o contexto dos rumos da historiografia encetado nos dois últimos parágrafos, seguimos de perto o ótimo balanço feito pela autora no mesmo capítulo que vai o trecho citado, especialmente os itens "Uma nova voga do Império" e "O problema do Antigo Regime", p. 41-70.

23 Aqui vale a pena uma nota importante, antes que o leitor note antes: ainda que se buscou definir um contexto que informe o andamento da historiografia, deixou-se de lado uma reconstituição integral seus caminhos. Como o objetivo desta dissertação é colocar um problema dentro da perspectiva ligada a Fernando Novais, discutindo os usos do conceito do *sistema colonial* em relação ao campo aberto pela historiografia desde os anos 1990, a ênfase aqui recai sobre os elementos em função dos quais a discussão girou. Assim, por exemplo, não voltamos às origens da discussão da sociedade portuguesa de Antigo Regime em Vitorino Magalhães Godinho, nem Charles Boxer, referência constante nos estudos em questão, figura nos delineamentos acima, e o próprio Fernando Novais, referência básica de que se parte, aparece pouco ao longo do texto. Ainda assim, este é um trabalho de historiografia (não há, de fato, pesquisa primária nos estudos arrolados abaixo); no entanto, não é tanto uma discussão que finca pé em uma sociologia do conhecimento, reconstituindo rigorosamente o movimento de um debate, mas a de um leitor que busca colocar um problema a sua perspectiva.

24 Podemos ver como a onda chega a 2014, ao perceber nos simpósios temáticos do V Encontro Internacional de História Colonial o mote nos tópicos "Cultura política e hierarquias sociais no Antigo Regime Português",

em trajetórias individuais em torno de negócios, situadas no universo regional e/ou atlântico de sua teia²⁵), de um lado, e de outro para a crítica da crítica ao conceito de Antigo Sistema Colonial²⁶, através de demonstrações rigorosas de como os ataques na polêmica não negam a perspectiva²⁷.

De outro lado, a própria perspectiva do Antigo Sistema Colonial, na esteira de Laura de Mello e Souza, enveredou para novas considerações sobre a *estrutura* e *dinâmica* do conceito, nos quadros do Império português. Em matéria um tanto recente reuniu-se as conclusões do projeto temático *Dimensões do Império Português: investigação sobre as estruturas e dinâmicas do Antigo Sistema Colonial*, vigente entre 2005 a 2010, coordenado pela mesma, em que se pode vislumbrar os rumos tomados. Ressaltou-se a longevidade do império ligado à capacidade portuguesa de governar cada local seguindo sua necessidade, flexibilizando o poder das elites

"Elites, trajetórias e estratégias nos Impérios Coloniais Ibéricos", "Impérios Ibéricos no Antigo Regime: política, sociedade e cultura" — é preciso muito espaço para a quantidade das pesquisas.

25 Por exemplo, Alexandra Maria PEREIRA, *Das minas à Corte, de caixeiro a contratador: Jorge Pinto de Azeredo —atividade mercantil e negócios na primeira metade do século XVIII*, São Paulo, FFLCH/USP, 2013.

26 Para a base desta postura, ver o apontamento de Fernando NOVAIS: "Este não é, obviamente, o *locus* mais apropriado para polemizar com os críticos deste esquema interpretativo. Mas, como estou reiterando-o no texto (aliás, estas reflexões mostram, quanto a mim, a fecundidade do esquema), não posso me furtar a algumas observações muito sucintas a respeito das críticas. Quando falamos da exploração [das colônias ao processo de formação do capitalismo], estamos deslindando mecanismos de conjunto do Sistema Colonial, isto é, das relações entre a totalidade do mundo colonial e o mundo metropolitano em seu conjunto; o fato de que uma determinada metrópole não tenha assimilado as vantagens da exploração colonial em seu desenvolvimento não prova a inexistência dessa exploração, quer dizer apenas que perdeu a competição intermetropolitana. Acumulação para fora, externa, refere-se à tendência dominante do processo de acumulação, não evidentemente à sua exclusividade; é claro que alguma porção do excedente devia permanecer ('capital residente') na colônia, do contrário não haveria reprodução do sistema. Não se trata, desde logo, de uma formação social capitalista que se elabora sem acumulação originária, mas com um nível baixo dessa acumulação. Externalidade de acumulação originária de capital comercial autônomo refere-se à área de produção (as colônias) em direção às metrópoles; nada tem que ver com um processo externo ao sistema, que envolve por definição metrópoles e colônias. Não cabe, portanto, a increpação de obsessão com as relações externas (porque não estamos falando de nada externo ao sistema), nem de desprezo pelas articulações internas, pois estas não são incompatíveis com aquelas; trata-se, simplesmente, de enfatizar um ou outro lado, de acordo com os objetivos de análise. Nesta mesma linha, os trabalhos recentes e de grande mérito sobre o mercado interno no fim do período colonial não refutam (como seus autores se inclinam a acreditar), de maneira nenhuma aquele esquema que gostam de apodar de 'tradicional'; o crescimento do mercado interno é, pelo contrário, uma decorrência do funcionamento do sistema, ou, se quiserem, a sua dialética negadora estrutural. Uma questão que sempre me ocorre diante desses argumentos é a seguinte: se não são essas as características (extroversão, externalidade de acumulação etc.) fundamentais e definidoras de uma economia colonial, o que, então, as define? Ou será que se não definem? Será que nada de essencial as distingue das demais formações econômicas? Não creio que seja esse o objetivo dos revisionistas". "Condições de Privacidade na Colônia", in *Aproximações*, São Paulo, Cosac Naify, 2006, nota 15 à p. 217.

27 Ver Eduardo Barros MARIUTTI, "Capital comercial autônomo: dinâmica e padrões de reprodução", Texto para Discussão, Campinas, IE/UNICAMP, n. 214, p. 1-23, 2012; Carlos Cordovano VIEIRA, *Antigo Regime e Transição: breve estudo em torno do capital mercantil e do absolutismo*, Campinas, IE/UNICAMP, 2012.

locais sem deixar de irradiar o poder a partir da metrópole²⁸; de outro lado, ficou enfatizada, segundo Adone Agnolin, a face religiosa do império como "a que melhor expressa a sua universalidade", tendo no religioso "seu instrumento privilegiado para a realização do projeto [imperial] e, a partir dele, Portugal se propõe como novo e inédito modelo imperial"²⁹; na direção que as reconsiderações vão, a par da "relativização da presença metropolitana", do "destaque do papel das elites coloniais" — ainda que não se ignore *a centralidade do centro* — e da "especificidade e abrangência dos processos evangelizadores", para Laura de Mello e Souza,

as questões econômicas e sociais de fundo, ou seja, a drenagem de riquezas e a constituição de sistemas de trabalho compulsório, em especial o escravismo, são relativizadas. Os sentidos e conteúdos do império lusitano ganham uma singularidade que nos obrigou a repensar sua essência e a como se inseriu na lógica capitalista de forma particular.³⁰

A princípio, para nós que estamos tentando pensar o *sistema colonial*, estes rumos todos parecem um tanto nebulosos, sobretudo por ficar como que destacada a história econômica, do lugar em que estamos, das veredas percorridas dentro do quadro do império, que literalmente forma um novo objeto; está é a tensão que mencionamos acima, que faz dentro da área correntes tomarem esta história como uma história de negociantes, por exemplo. No entanto, mesmo nesta senda da política e administração colonial, das variadas estratégias de ascensão social no âmbito do Império português, nas relações entre camaristas, negociantes e latifundiários, entre reinóis, imigrantes e elite local, há meandros interessantes que estão abertas para entrarmos na discussão. A sugestão da inserção na lógica capitalista de forma peculiar, por exemplo, é uma porta interessante para se debruçar sobre o processo à colônia.

Na verdade, no decorrer nestes vinte e poucos anos (com toda a carga de estudos prévios anterior que abriram picadas), o campo de estudos se debruçou mesmo sobre questões referentes às condições, aos entraves e aos atritos que envolveram o fenômeno do mercado à colônia, como mencionamos, por exemplo, em João Fragoso. Processo de mercantilização orientando a produção ao mercado, conflitos entre senhores e mercadores e entre estes e a população como um

28 "Um imenso português", Revista FAPESP, n.201, Nov 2012, p. 20; p.22; p.24. Ver também versão digital, "<http://revistapesquisa.fapesp.br/2012/11/12/um-imenso-portugual/>", acessado em 28/11/2014.

29 Ibid, p.22-24.

30 Ibid, p. 28.

todo, a consolidação de comunidades mercantis e a formação de uma esfera própria para a acumulação mercantil, o fortalecimento e a hegemonia do capital comercial ante o setor agrícola endividado — entre outros, são temas já devidamente analisados, que tem aderência aos cortes regionais, e que também estão ligados à linha de pesquisa de Fragoso. No entanto, é nossa hipótese, são questões que podem ser colocados numa perspectiva fértil, uma vez que estamos em um *contexto* distinto dos autores e a pergunta do mercado importa sobremaneira, podendo talvez, da aproximação de pontos distintos, tratados separadamente por autores diversos, gerar implicações interessantes a se discutir.

O ponto de partida deste trabalho, desta forma, é que este debate historiográfico, se a princípio parece estéril, o é pela distância entre as perguntas de cada historiador ao passado que analisam. Em relação aos dois autores que acabam figurando como os pólos do universo que tratamos, enquanto Fernando Novais está pensando na formação do capitalismo, inserindo o Sistema Colonial nas tensões de uma totalidade maior que entra em crise, buscando ver as contradições e inversões de sentido entre um lado e outro do sistema (entre reforma e revolução), bem como as identidades geradas no processo, João Fragoso está investigando o domínio dos grandes negociantes sobre uma sociedade de hierarquia pesadamente excludente, atento ao eco soado pelo domínio de umas 15 famílias ao longo da história brasileira, no passado colonial como na Nova República. À sombra da mudança de contexto entre as perguntas está um momento em que o mercado se apresentava como vencedor da história. Veja-se o tamanho do problema: entre estes dois momentos, há uma relativização das teses de Novais, especialmente no tocante ao mercado interno³¹, ponto a partir do qual Fragoso propõe outra leitura da colonização. Para driblar esta hiato e fazer discutir problemas consolidados na historiografia, de modo a não se deixar tragar pela polêmica, propomos que sem atentar para esta distância entre as perguntas que informam a unidade de análise dos autores — distância vincada em contextos históricos e preocupações distintas — qualquer tentativa de discussão, de fato, gira em falso e gera toda uma série de picuinhas — os objetivos de análise, sendo diferentes, tornam estéril a resposta à crítica num sentido como no outro.

É neste sentido que a mesma distância, nos parece, explica o recuo do conceito *sistema colonial*, na história econômica, ao rigor da crítica da crítica. De arte que o que necessitamos para fazer a

31 NOVAIS, "Entrevista", *Aproximações*, p. 368.

discussão desde esta perspectiva, portanto, é ter uma pergunta que atualize sua unidade de análise. Logo, podemos dar um passo a mais dentro de nossa hipótese: como toda história é história contemporânea³², perguntando pela questão premente do presente, o mercado, e já não sofrendo o contexto de sua sedução, a pergunta sobre o processo que envolveu a sua realização entre nós e sua relação com a sociedade dá inteligibilidade nova ao conceito. Também, permite tomar o campo da discussão acima mencionado sem entraves.

Dito isto, torna-se fundamental definir a metodologia elaborada neste trabalho. Como dissemos brevemente em nota, este não é um trabalho de história, mas também não é um trabalho de historiografia *stricto sensu*, no sentido de uma reconstituição rigorosa dos seus caminhos, o que está completamente fora de nossa alçada. O que buscamos fazer aqui é *enunciar* um problema, tentando articular elementos dispersos no campo da historiografia, e chamar a atenção para possibilidades de análise não consideradas. Este é nosso objetivo e o papel no qual nos colocamos em relação ao debate. Poder-se-ia dizer, e somos os primeiros a notar, que o esforço movido neste trabalho é demasiado limitado à complexidade do tema, e tende mesmo a reduzir suas dimensões, por meio de atalhos que a inexperiência encontra e se satisfaz; mas, justificamos, buscamos adentrar problemas que não vimos sendo devidamente explorados, havendo caminhos para tanto; porém, permitindo-nos beirar a redundância, justamente o que estamos vendo é que, entre os dois pólos que assinalamos, as unidades e objetivos de análise não se encontram, com o que o próprio objeto de estudo fica cindido, ou desconstruído. Assim, é neste sentido que consideramos as implicações tiradas ao mercado interno sugeridas anteriormente, por João Fragoso, que, indo além das relativizações dadas ao peso do setor exportador durante as pesquisas nos anos 1980 (entre as quais a de Stuart Schwartz é um exemplo) e que, mesmo assim, ainda equilibravam as questões dentro do Sistema Colonial —, o faz considerando a necessidade de um novo modelo explicativo; de outro lado, tal afirmação não faz sentido dentro dos quadros colocados por Fernando Novais, pois que o capital mercantil de fato subordina a produção, seja na escala de operação mundial como na regional, mas, justo por realizar-se à esfera da circulação, é fora do espaço colonial que vai realizar os lucros da produção colonial, com o que ficamos com sua característica autônoma e a externalidade da acumulação³³. Em meio a estes pólos, é preciso

32 Referência óbvia a Benedetto Croce, mas não apenas: raciocínio se fundamenta em problema lógica, ou ainda de bom senso.

33 NOVAIS, "Condições...". Luiz Felipe de Alencastro, como veremos, levou a formulação além, mostrando que se

recordar ainda que, no tocante à não consideração do mercado, concorreram os estudos que privilegiaram as relações de produção, entre os anos 1970 e 1980, do qual, mais uma vez, Schwartz é um exemplo. (É válido ressaltar que a ênfase deste ângulo denota a preocupação com as possibilidades do funcionamento do capitalismo ao Brasil, que, discutido ativamente desde meados do século, então acentuava a preocupação de sua promoção ao período, investigando nas condições do passado colonial os limites para a sua operação — com o que se aproximava a definição de capitalismo à indústria). Com estas considerações queremos mostrar que, para discutir o debate a que nos propomos, temos dificuldades, pois não apenas ficamos com a ausência de um ponto comum e com a separação de objetos, mas não temos mesmo um caminho para discutir o mercado, da maneira como a questão se abriu aos anos 1990³⁴.

Desta maneira, a necessidade é que criou a metodologia que organiza este trabalho; as leituras não convenciam inteiramente e os textos a princípio tratados meramente para uma crítica rival mereceram justo interesse — com o que, circulando entre os diferentes caminhos, buscou-se uma senda ao meio deles, com a intenção de fortalecer o campo de discussão pela colocação de problemas³⁵. É exatamente neste sentido que vão as referências que recorremos e a articulação que fizemos com a questão da mercantilização. Como medida de comparação para o fenômeno à colônia, confrontamos o processo por meio do qual a produção de mercadorias à sociedade europeia ao mesmo período, onde a mercantilização, criando uma nova referência de hábitos,

foi possível produzir riquezas à base de mão-de-obra indígena fora do eixo do sistema, é no circuito mercantil deste que estão as condições para a realização da produção com os maiores lucros, no mercado que é mundial: mas este é controlado por negociantes que para comprar os produtos coloniais, que seria a realização da outra parte, a esta vende escravos, com o que, devido ao seu pesado valor e dívidas contraídas para sua compra, esta negociação exerce a pressão de simultaneamente desarticular as economias autônomas e garantir o Tesouro real com os tributos retirados nos portos de embarque dos africanos — o mecanismo do sistema colonial, assim, é lido no controle da colônia através do mercado de escravos.

34 Notará o leitor atento a reticência ao termo capitalismo ao longo do texto, com o que fugimos de um caminho que não parece levar ao problema que buscamos.

35 Sofisticando um pouco o que foi resultado de intuição com os votos de um grande filósofo, poderíamos assinalar que Gilles Deleuze deu expediente semelhante à filosofia, desvencilhando-a do método para ressaltar a importância da noção de problema (ou campo problemático), retirando igualmente o dever de ir-se ao princípio para a colocação dos preceitos de uma questão, indo antes ao meio, onde está a capacidade de dar dinamismo ao problema, ali onde a filosofia, que é muito lenta, pode encontrar soluções geradas em outras áreas, como as artes e as ciências; esta liberação dá um sentido à filosofia como ligada à criação de conceitos, no sentido de que, gerados a partir destes encontros e através deles, consigam surrupiar soluções que contribuam dentro da filosofia para o fortalecimento de seus problemas — o que é o mesmo que colocá-la em movimento e em conexão com outras disciplinas. Estas questões aparecem em vários momentos de sua obra, dos quais deixamos ressaltados *Diferença e repetição* e *O que é a Filosofia?*. Agradeço a Guilherme Ivo pela sugestão e pelo estímulo à ideia.

como resultado da possibilidade do consumo de bens, leva a mudança cultural³⁶. À América portuguesa a orientação da produção ao mercado, no entanto, não pode ser a mesma, pois, além do mercado consumidor ser sempre externo ao espaço em que se produz (a exportação de alimentos entre capitanias, por exemplo), não se pode verificar a mesma mudança cultural, apoiada na possibilidade do consumo de bens — afinal, aqui há escravos. Há, portanto, *obstáculos à mercantilização*, quando temos como referência a formação do capitalismo e a necessária mercantilização da terra, trabalho e dinheiro para a sua constituição, o que também não se verifica à vida econômica colonial. E ainda, poderia-se argumentar que a pergunta do mercado faz menos sentido ainda se termos em mente que o que há são apenas negócios, que precisam existir, e que envolveriam naturalmente mercado para fazer sua economia funcionar, desenvolvendo-a. Todas estas três ressalvas, diga-se, incorporadas já de longa data à historiografia e, especialmente, à tradição de que se parte, do Antigo Sistema Colonial. Todavia, como nos surpreendermos ao verificar em autores que discutiram a partir das traves colocadas por Novais, os pressupostos necessários para operar o conceito. A um dos autores, como veremos, a divisão do trabalho que possibilitaria aquele fenômeno aconteceria apenas nas zonas mineratórias ou urbanas, no que as zonas açucareiras, voltadas a uma capacidade de prover-se do necessário à sua reprodução, raciocínio que, no entanto, além de não se verificar historicamente, não se dá sobretudo pelos vieses que carrega nas imagens que ficaram longamente arraigadas na historiografia, notadamente devido à Caio Prado Jr. Assim é que damos de encontro, na Bahia de meados aos fins do século XVIII, com um autêntico mercado de massas de farinha de mandioca, quando a excessiva especialização à exportação curiosamente resolveu o longo problema da alimentação do recôncavo, conforme se conectou o cultivo do tabaco ao cultivo da mandioca, resolvendo a necessidade de reprodução diária daquela população³⁷. O exemplo vai esboçado muito rapidamente, mas, como buscaremos demonstrar, o que concorre aí é antes de tudo as linhas de força que norteiam o conceito, seus pressupostos e, portanto, suas possibilidades e seu limite — dito de outra forma, se Caio Prado é a referência para a idéia de que o sistema colonial para funcionar precisava desenvolver a economia colonial, com o que fica definida a baliza para

36 Peter BURKE, *Cultura popular na Idade Moderna — Europa, 1500 - 1800*, São Paulo, Cia das Letras, 1999; também, entre tantos, destacamos Keith Thomas, *The ends of life — ROADS TO FULFILMENT IN EARLY MODERN ENGLAND*. Oxford: University Press, 2009, especialmente capítulo 4, "Wealth and possessions", p. 110-146.

37 Bert Jude BARICKMAN, *Um contraponto baiano, açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.

defender a perspectiva teórica, também é um autor o responsável por vieses na compreensão da maneira como isto se deu: o que torna necessário a nós, por exemplo, a ida a problemas que tangenciam e até saem fora temporalidade aqui definida, para colocar as devidas traves à análise dos fenômenos

em vista, e mirá-los fora de pressupostos que venham a constrangê-lo.

Assim, entre vieses, distâncias entre unidades de análises e observações em contextos históricos distintos, podemos indicar o sentido em que vai o arranjo que propomos neste trabalho. Perguntando pelo mercado, afinal, damos com os negócios. Não estando plenamente constituído ao período, procuramos o mercado e seus efeitos nas tensões geradas pela realização dos negócios: nesta chave discutimos o processo de mercantilização de São Paulo, orientando sua produção ao mercado e deixando sua população em escassez apesar da abundância de alimentos produzidos, pois apenas fora de seu espaço os preços podem subir, controlados que são pela Câmara; assim que discutimos o fortalecimento do capital mercantil ao Rio de Janeiro, que, após haver sido gerada uma esfera propriamente mercantil para a aplicação de seus ganhos (que antes voltavam para a terra e o setor açucareiro, do qual faziam parte os mercadores), igualmente investe na produção de alimentos ao mercado; ou ainda, assim é que lemos a constituição de um mercado de massas de farinha de mandioca à Bahia, como mencionado. Em todos estes exemplos, por um lado, o mercado aparece como externo ao espaço, como mencionado, por outro, a realização dos negócios gera tensões com o que impede a sua realização em uma devida situação de mercado, ou seja, os privilégios, que, se a princípio dão o tom da atividade comercial nesta transição do feudalismo ao capitalismo, a um dado momento se tornam um empecilho à realização dos negócios. Fenômenos, aliás, que transcorrem ao longo do limite temporal que vai ao título, e que se revelam com clareza na virada do século XVII ao XVIII, com diferentes temporalidades nas distintas regiões, apesar de várias coincidências, mas todas concentradas na passagem, evidenciando as tensões do período.

São estes problemas que encontramos, portanto, que nos levaram ao caminho da questão do mercado e nos sugeriram lê-lo através dos processos de mercantilização, que, se não significam a mudança cultural que se vê à Europa, nem por isso deixa de provocar tensões às concepções vigentes, como na retirada da defesa do povo ao mercado, evidenciando o pano ideológico da noção de *bem comum*, através da qual as elites locais posavam de protetoras da comunidade (o que gera implicações na discussão historiográfica, como se verá). Já se vê, o

debate que parecia estéril passa a reverberar as questões do campo e, quiçá, consegue gerar problemas que deem movimento ao que está coeso e fechado — sobretudo, podemos tirar a discussão do alto, em meio às elites, e colocá-la ao meio, onde as tensões destes negócios afetam a vida das pessoas, não raro, como mencionamos, retirando saídas à sua reprodução devido à orientação da vida econômica ao mercado.

Isso posto, o trabalho percorrerá este caminho, no primeiro capítulo discutindo as possibilidades e os limites do conceito do sistema colonial, a partir da questão do capital comercial autônomo, a base para a crítica feita por Fernando Novais; no segundo, examinaremos processos em que os negócios exercem tensão à forma como a vida está organizada, seja para romper os constrangimentos do privilégio que o impedem de realizar-se em uma devida situação de mercado, seja colocando pressões às concepções vigentes, assentadas nos valores corporativos, no choque da orientação para o mercado com a defesa do bem comum, seja mesmo no acirramento da tensão entre os princípios de estamento e de classe.

Uma última consideração sobre a forma encontrada na realização deste trabalho. O leitor irá reparar que ele parece a princípio um programa de leitura curioso, que passa por diferentes autores, mergulhando em cada um, só esporadicamente aparecendo uma posição na discussão que tão alentadamente referimos; escolhemos justamente não se deixar prender a uma forma, vasculhando cada autor a seu momento, de modo a que cada passo reforce as tensões, em torno da mercantilização, que são destacadas; não nos propomos a uma relativização nem à ausência de um método, como ficou dito, mas recorreremos antes às armas da imaginação e do bom senso, como fazia Paulo Emílio Salles Gomes³⁸. De toda forma, foi colocada uma ênfase excessiva nos fenômenos buscados, o que implicou, em vários momentos, na não reconstituição integral dos elementos, cenas e personagens descritos pelos autores; privilegiamos uma narrativa mais completa onde as tensões concentram-se com toda nitidez, em Pernambuco, e para este contexto seguimos mais à risca o quadro pintado pelo autor. Deste modo, acabamos por tangenciar algumas questões sem tratá-las devidamente; por exemplo, em nenhum momento fazemos a definição desta sociedade, de sua ordem profundamente hierárquica, estamental e escravista; no entanto, assim como Werner Sombart em seu estudo seminal não destacou os judeus para reduzir a eles o fenômeno do capitalismo, mas para discriminar os elementos deste e proporcionar uma

38

maior clareza sua, abdicamos desta e outras questões para melhor localizar os fenômenos que analisamos — além do que está fora de nossa capacidade mover tantas questões, no que não custa recordar que esta é uma dissertação, e não uma tese, sendo que nos colocamos no papel de gerar um problema que por si só já absorve um esforço já quase nos escapa. Fica dito, com isto, que nos parece que o enquadramento que vai neste texto não prejudica, não retira o sentido dos fenômenos analisados.

Finalmente, mas não menos importante, no decorrer desta pesquisa, participamos do Grupo de Estudos sobre Nacionalismo, Ideologia e Imperialismo (G.E.N.I.I.), ao Instituto de Economia da Unicamp. Dali, entre discussões acaloradas e conversas, saíram as primeiras questões e inquietações para este trabalho. Aos membros do grupo fica o registro de nossa gratidão, bem como do estímulo a este trabalho. As limitações aqui presentes ficam por nossa conta.

Capítulo 1 - Abrindo Caminhos: a questão do capital comercial autônomo e a perspectiva do Antigo Sistema Colonial

Uma vez traçados os contornos gerais do problema, começamos a abrir os caminhos para discutir o conceito de *sistema colonial* ao terreno colocado pela historiografia brasileira a partir dos anos 1990.

Vimos rapidamente que a resposta de Fernando Novais aos críticos de seu esquema interpretativo centra-se no conceito *capital comercial autônomo*. A noção está mesmo ao centro da perspectiva do Antigo Sistema Colonial, como peça que articula a exploração das colônias ao processo de formação do capitalismo, compondo o "mecanismo de estímulo à acumulação primitiva de capital comercial autônomo no centro do sistema". Nas palavras do autor,

"Quando falamos da exploração [das colônias voltadas ao processo de formação do capitalismo], estamos deslindando mecanismos de conjunto do Sistema Colonial, isto é, das relações entre a totalidade do mundo colonial e o mundo metropolitano em seu conjunto; o fato de que uma determinada metrópole não tenha assimilado as vantagens da exploração colonial em seu desenvolvimento não prova a inexistência dessa exploração, quer dizer apenas que perdeu a competição intermetropolitana. Acumulação para fora, externa, refere-se à tendência dominante do processo de acumulação, não evidentemente à sua exclusividade; é claro que alguma porção do excedente devia permanecer ('capital residente') na colônia, do contrário não haveria reprodução do sistema. Não se trata, desde logo, de uma formação social capitalista que se elabora sem acumulação originária, mas com um nível baixo dessa acumulação. **Externalidade de acumulação originária de capital comercial autônomo** refere-se à área de produção (as colônias) em direção às metrópoles; nada tem que ver com um processo externo ao sistema, que envolve por definição metrópoles e colônias. Não cabe, portanto, a increpação de obsessão com as relações externas (porque não estamos falando de nada externo ao sistema), nem de desprezo pelas articulações internas, pois estas não são incompatíveis com aquelas; trata-se, simplesmente, de enfatizar um ou outro lado, de acordo com os objetivos de análise. Nesta mesma linha, os trabalhos recentes e de grande mérito sobre o mercado interno no fim do período colonial não refutam (como seus autores se inclinam a acreditar), de maneira nenhuma aquele esquema que gostam de apodar de 'tradicional'; o crescimento do mercado interno é, pelo contrário, uma decorrência do funcionamento do sistema, ou, se quiserem, a sua dialética negadora estrutural. Uma questão que sempre me ocorre diante desses argumentos é a seguinte: se não são essas as características (extroversão,

externalidade de acumulação etc.) fundamentais e definidoras de uma economia colonial, o que, então, as define? Ou será que se não definem? Será que nada de essencial as distingue das demais formações econômicas? Não creio que seja esse o objetivo dos revisionistas."³⁹

Portanto, para início de raciocínio, seria necessário definir o conceito de capital comercial autônomo, e, a partir dele, verificar a forma como pôde operar a ligação das colônias às metrópoles, bem como o contexto que tornou possível esta articulação. No entanto, não é isto que vamos fazer isto. Como apontamos à introdução, o problema deste debate não está na definição de conceitos, mas no impasse entre unidades de análise distintas. Assim, a tarefa a que nos propomos, ao partir da perspectiva do Antigo Sistema Colonial e sugerir uma forma de tratar a discussão dentro do terreno em que o debate contemporâneo está colocado, não é a de uma definição mais rigorosa de seus conceitos, até porque, como mencionamos, é justamente isto que se faz. Não poderia ser, aliás, se já reconhecemos de partida que o problema está na unidade de análise, e não no conceito. Antes, a tarefa que nos propomos é procurar um modo de tratar o conceito de forma distinta, o que, nos limites desta dissertação, significa enunciar o problema, estando completamente fora de nosso alcance demonstrá-lo amplamente.

O que intrigou esta pesquisa foi observar que conforme um autor tece considerações dentro da perspectiva de que partimos, em um dado momento, ao aproximar-se o raciocínio do ponto de contato com o mercado interno à colônia, seja seus negociantes e sua capacidade de acumulação, etc., invariavelmente rebate-se a crítica ao conceito do sistema colonial e volta-se o raciocínio para onde corre a coesão da unidade de análise. Para explicar as diferenças entre as perspectivas deste debate, já bastam inúmeros trabalhos feitos, dentre os quais destacamos o texto de Diogo Magalhães Franco⁴⁰, reputado uma "excelente resenha"⁴¹ das linhas de força deste problema historiográfico, e um de nossos pontos de partida. Assim, a saída para tratar o conceito de forma distinta parece ser deslocar a unidade de análise para fora de seu problema básico, ou seja, fora da pergunta a que motiva o autor e fora do contexto histórico que a gerou. É um tanto tautológica e cerebral a formulação colocada, mas o fato é que, como "toda história é história

39 Fernando NOVAIS, "Condições de Privacidade na Colônia", in *Aproximações*, São Paulo, Cosac Naify, 2006, p. 217. Grifo adicionado.

40 Diogo Franco MAGALHÃES, *O reinventar da colônia: um balanço das interpretações sobre a economia colonial brasileira*. Dissertação de Mestrado, Campinas, IE/UNICAMP, 2008.

41 "Ao leitor interessado nesta controvérsia, recomenda-se a excelente resenha realizada por Magalhães, Diogo Franco". André VILELA, "Exclusivo metropolitano, 'superlucros' e acumulação primitiva na Europa pré-industrial", *Topoi*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 23, jul-dez 2011.

contemporânea", não há como querer discutir um conceito em meio às controvérsias e décadas por que passou sem seguir o próprio movimento da história, que nos faz, por exemplo, extemporâneos à formulação de Fernando Novais. Portanto, sendo distinto o problema de nosso tempo ao problema ao tempo de Novais, é preciso, afinal, colocar o conceito de acordo com este problema, do contrário o conceito, justamente, volta para si mesmo. Assim, para colocar o conceito em movimento, nos parece

que é necessário perguntar pelo mercado, que domina a vida presente, e perguntar por suas implicações ao passado colonial, na formação do Brasil.

Eis, então, o caminho deste capítulo. Começamos tratando dos limites ao uso do conceito do *sistema colonial* para tratar o mercado à colônia, para então, abrindo os pressupostos que ancoram a perspectiva, seguir as possibilidades abertas a este tratamento. Neste trajeto, por vezes vamos fazer algo como o percurso invertido na exposição de um autor, ligando-a ao mesmo tempo ao nosso problema, o que, ainda que não esteja próximo do convencional, de qualquer forma nos parece metodologicamente válido. Vamos partir de três perguntas: por que este autor?, por que motivo não dá para analisar a categoria do mercado à colônia a partir dele?, finalmente, qual é a pergunta que informa a sua unidade de análise (e a tensão que coloca para acomodar a questão do mercado)?

Pressupostos desde o Antigo Sistema Colonial

Primeiramente, tomaremos o trabalho de Eduardo Mariutti, que, inspirado nas bases colocadas por Novais, colocou a formulação do capital mercantil autônomo em traves bem pontuadas, que consideramos representativas da perspectiva Antigo Sistema Colonial⁴². Além disso, é aqui um interlocutor mais próximo.

Para Mariutti, as condições para a penetração do mercado na estrutura social apenas se completam devidamente onde domina o trabalho livre, o que, obviamente, não sendo a forma de trabalho determinante na colônia, limita seriamente, quando não impede, o seu fenômeno:

42 "Capital comercial autônomo: dinâmica e padrões de reprodução", Texto para Discussão, Campinas, IE/UNICAMP, n. 214, p. 1-23, 2012". Também do autor, "Capital comercial autônomo e a transição ao capitalismo: a polêmica sobre as duas vias e o papel das cidades", Texto para Discussão, Campinas, IE/UNICAMP, n. 227, p. 1-22, fev. 2014.

(...) quanto mais o capital comercial se reproduzia e ampliava a sua escala de operação, mais ele estimulava as diversas formas de produção distribuídas pela economia-mundo, *respeitando as suas particularidades*: a rede manufatureira nos países centrais e os latifúndios exportadores nas margens do sistema cresciam de forma diferente e obedeciam a padrões específicos, os quais tornavam possível a complementaridade. Em todos os casos, ao longo do tempo, ocorre um certo grau de acumulação "interna" nas zonas periféricas: isto é, uma parcela do capital comercial tende a ficar retida nas mãos de operadores de âmbito local. **Esta parcela de capital é muito mais elevada nos países onde domina o trabalho livre, por conta do maior volume e integração do mercado e, consequentemente, uma maior penetração da sua lógica na estrutura social.** Nas demais zonas da economia-mundo, a *segmentação dos mercados* e o *primado da produção para exportação* conferirá aos proprietários do escasso "capital residente" privilégios exorbitantes, **que se materializam em uma tendência exagerada ao consumo conspícuo e à valorização da tradição.**⁴³

Em outro ponto, renova o fator do trabalho livre como condição dinamizadora a um mercado interno, e o trabalho escravo, compulsório, estrangulando-o:

A concentração dos fatores de produção nas mãos de uma reduzida elite, *em conjunto com a predominância quase absoluta do trabalho compulsório estrangulava o mercado interno na periferia, fato que estimulava a orientação para o mercado exterior mediante uma pauta de exportações muito restrita*: metais preciosos e produtos primários fundamentalmente. *A tendência era oposta nas zonas baseadas no trabalho livre: o mercado interno era mais dinâmico e a economia muito mais variada.* Era exatamente a crescente procura nestas regiões marcadas pelo trabalho livre que estimulava a especialização no restante da

43 "Capital comercial autônomo: dinâmica...", p.9. Negrito e itálico adicionados.

economia-mundo e, simultaneamente, cristalizava as formas compulsórias de trabalho.⁴⁴

Mariutti está debruçado sobre a formação do capitalismo, através da ótica do sistema-mundo moderno; está mirando como, no decorrer das respostas geradas à crise do feudalismo, no "longo século XVI", o capital mercantil constitui uma rede de relações entre as diferentes zonas do sistema, atribuindo sentido ao conjunto. Assim, através do estudo da categoria do capital mercantil, está se perguntando sobre quais foram as mudanças que permitiram que o mercado penetrasse a estrutura social neste processo, de modo a que, autonomizando a esfera econômica ao seu fim, esta passasse a articular todas as demais, caracterizando o capitalismo ante os modos de produção anteriores⁴⁵. Com isto, se pergunta "pelos mecanismos indutores e vias" através dos quais o capital comercial rompeu dois constrangimentos básicos, a saber: os bloqueios que o impediam de penetrar na produção "e converter a força de trabalho em mercadoria", de um lado,

44 Ibid, p.8 itálico adicionado.

45 "Em primeiro lugar, no presente texto, estou usando a expressão 'economia' em seu sentido *substantivo* nos termos definidos originalmente por Polanyi mas, ao contrário da maioria dos seus seguidores, buscando reforçar os vínculos do seu pensamento com o Materialismo Histórico (neste sentido, acho fundamental a leitura de Michele CANGIANI "Karl Polanyi's institucional theory: Market Society and it's 'embedded' economy" *Journal of Economic Issues* Vol. XLV, No. 1 (2011)). Em cada modo de produção uma esfera da existência social articula as demais: isto é, é a partir dela que se pode compreender a organização geral da sociedade. No capitalismo – e isto parece ser uma de suas principais peculiaridades – é, claramente, a dimensão *econômica* que articula as outras. Não por acaso, somente a partir do capitalismo foi possível desenvolver a noção de uma *ciência* da economia. E a trajetória da constituição da *dismal science* ilustra claramente as formas de consciência do sinuoso e lento *desenraizamento* da economia das outras dimensões da realidade social: sem isto, seria impossível sequer *conceber* a noção de economia e, portanto, muito menos chegar à noção de que a economia é dotada de lógica própria e que, supostamente, pode ser apreendida cientificamente, isolada das demais (o fetiche do economista). Com isto, mesmo tendo como referência o capitalismo, não quero dizer que a economia determina *diretamente* as outras esferas ou que, por exemplo, a política (ou a cultura) é simplesmente uma *emanação* da economia. A *forma* como a economia articula as demais instâncias no capitalismo *redefine* a dimensão do político (algo que não necessariamente é captado pela importante, porém capciosa, noção de 'determinação em última instância'). Na Antiguidade Clássica, por exemplo, *dominava claramente a Política*: a "economia" era um meio de existência que favorecia a reprodução de uma organização social cujos princípios de ordenamento *não* eram plenamente compatíveis com a *sociedade de mercado*. *Mutatis Mutandis*, o mesmo pode se dizer das sociedades 'hidráulicas' (ou, em formulação mais próxima dos termos marxianos, baseadas no *modo de produção asiático*): eram os mecanismos de *redistribuição* organizados a partir de um poder central que davam coerência e articulação aos diversos setores que compunham a sociedade. O contraste com a sociedade feudal é, também, particularmente nítido. A 'economia' em seu sentido formal não articula aquela sociedade. As aldeias tendiam à autossuficiência e, essencialmente, não obedeciam aos padrões impostos pelo mercado. O que as articulava eram relações de poder exercidas *diretamente* pela camada dominante, as quais eram percebidas originalmente como relações *pessoais e sagradas*. Neste caso, os "mecanismos de mercado", como tentarei demonstrar, operavam em setores claramente *delimitados* e não fundamentais da sociedade feudal"."Capital comercial autônomo e a transição ao capitalismo...", p.17.

e de outro, "os constrangimentos que confinavam os grandes mercadores a um grupo específico de *status*, geralmente pouco prestigioso"⁴⁶. Assim, procura pelos mecanismos indutores e as vias na esteira da formação dos Estados nacionais, capaz de gerar as transformações necessárias para a formação do mercado interno⁴⁷ (bem como possibilitar condições de investimento ao capital mercantil, e de abrir-lhe o acesso ao topo da hierarquia de prestígio⁴⁸) e de outro lado com o foco na pressão de setores intermediários (que não acessam uma situação de privilégio como o capital mercantil, e portanto necessitam da produção de mercadorias para ter seus ganhos) por mudanças nas formas de vida, aproximando, por outra via, o capital mercantil da estrutura social⁴⁹.

46 "O primeiro grupo deles envolve os bloqueios à penetração na 'produção' que o impediam de converter a força de trabalho em mercadoria, fenômenos exaustivamente analisados por praticamente todas as correntes do marxismo. O segundo conjunto, geralmente estudado por tradições teóricas distintas do materialismo histórico, envolve os constrangimentos que confinavam os grandes mercadores a um grupo específico de *status*, geralmente pouco prestigioso. Ficavam, portanto, duplamente presos. Do ponto de vista da divisão do trabalho, estavam confinados à função de comerciantes, sendo geralmente impedidos de comprar terras e de organizar diretamente a produção. Além disto, como não podiam se mesclar livremente a outros grupos de *status*, por mais que enriquecessem, não podiam ocupar os níveis superiores da hierarquia de prestígio. A ênfase aqui recairá no primeiro conjunto, embora, quando oportuno e necessário, serão feitas alusões às *interações* entre estas duas formas mais gerais de constrangimento". Ibid, p. 2.

47 "a explicação do mecanismo que rompeu estes diques [que separavam o mercado local do mercado de longa distância] e possibilitou a articulação dos mercados não pode ser baseada no movimento do próprio comércio. A *formação dos Estados* - e sua "política" dita mercantilista - é uma das determinações fundamentais. Karl Polanyi afirma isto de forma veemente:

Na Europa Ocidental o comércio interno foi criado, na verdade, por intervenção do Estado. Até a Época da Revolução Comercial, o que pode nos parecer como comércio nacional não era nacional, e sim municipal. Os hanseáticos não eram mercadores germânicos; eles eram uma corporação de oligarcas comerciais, sediados em diversas cidades do Mar do Norte e do Báltico. Longe de 'nacionalizarem' a vida econômica germânica, a Hansa deliberadamente isolava o interior do comércio. O comércio da Antuérpia ou Hamburgo, Veneza ou Lyon não era, de forma alguma, holandês ou germânico, italiano ou francês. Londres não era exceção: ela era tão pouco 'inglesa' como Luebeck era 'germânica'. O mapa comercial da Europa nesse período mostraria corretamente apenas cidades, deixando em branco o campo - este parecia não existir no que concerne ao comércio organizado. As assim chamadas nações eram apenas unidades políticas, na verdade bastante frouxas, e que consistiam, economicamente, de inúmeros ambientes domésticos auto-suficientes, maiores ou menores, e insignificantes mercados locais nas aldeias. O comércio limitava-se a distritos organizados que o praticavam localmente, como comércio de vizinhança, ou como comércio de longa". Ibid, p. 10. Para a citação de Karl POLANYI, *A grande transformação*, Rio de Janeiro, Campus, 2000, p. 84.

48 "A rivalidade interestatal, dentre outros efeitos, vinculou o capital comercial à construção do monopólio da violência e ao sistema da dívida pública e, desse modo, favoreceu a alteração das formas e do papel do financiamento da atividade econômica, fato que aumentou tremendamente o poder das *classes* detentoras de grandes volumes de capital em forma líquida e, desse modo, favoreceu a vinculação das demais formas de prestígio à *mobilidade social baseada na riqueza*". "Capital comercial autônomo: dinâmica...", p. 20.

49 "Do que foi discutido, é possível apontar as relações entre o capital mercantil e a estrutura social, na fase de consolidação do capitalismo. O contato efetivo entre o capital comercial e a produção era estabelecido pelos setores intermediários da sociedade, usualmente denominados - de forma pouco precisa - como pequena e média 'burguesia'. Um grupo muito heterogêneo, mas que tinha em comum a *subordinação* à simbiose estabelecida, no longo século XVI, entre os ricos comerciantes, a aristocracia e a burocracia dos Estados. Quanto mais estes setores intermediários se desenvolviam, mais abrangentes e sistemáticos se tornavam os vínculos entre o capital

Desta maneira, o que dá unidade ao fenômeno crucial transcorrido ao período, o rompimento de bloqueios, encravados à estrutura da vida cotidiana, para a devida operação dos mecanismos de mercado, é o sistema-mundo, que, gerando a complementaridade entre as zonas a partir do controle sobre o trabalho, e articulado pelo capital mercantil que as medeia, pode estimular as formas econômicas das diferentes regiões *apenas* enquanto sua especificidade. Assim é que os fenômenos ligados ao mercado ocorrem devidamente apenas onde há o trabalho livre, pois apenas ali o estímulo à produção para um mercado mundial — o principal destino das mercadorias até a Revolução Industrial ampliar a escala do mercado interno —, é que gera processos de alteração às formas de vida, de modo a que a orientação da produção ao mercado, subsumindo formalmente o trabalho⁵⁰, ali, carrega a vida econômica a uma integração através do mercado — ou, como o próprio autor diz, "por conta do maior volume e integração do mercado e, conseqüentemente, uma maior penetração da sua lógica na estrutura social". As zonas de colonização, como a América portuguesa, por tabela, ficam excluídas destes processos, pelo que não se pode mercantilizar a força de trabalho, escrava, que está desterritorializada; pelo estrangulamento do mercado interno, com a limitação da procura de mercadorias, dado o trabalho compulsório, logo, limitação à produção de mercadorias — ou, como veremos adiante, pelo seu entrave à mercantilização; por fim, quanto mais por estar à mercê de um capital residente que materializa seus privilégios "em uma tendência exagerada ao consumo conspícuo e à valorização da tradição", por isso a conquista portuguesa também fica de fora do fenômeno.

Ronaldo dos Santos, por sua vez, parte da análise da própria economia colonial,

mercantil e a produção, fato que acabou, dentro de diversas outras determinações, por possibilitar a maior penetração das relações mediadas pelo mercado na sociedade e a emergência do capital industrial. Afinal, o interesse imediato em elevar a produtividade do capital fixo vinha dos setores sociais imediatamente abaixo do círculo de privilegiados que gravitava no entorno do capital mercantil", p. 16

50 "(...) ao criar o conceito de *subsunção formal* do trabalho à produção, Marx apontou a *situação limite* do capital mercantil: após um certo nível de acumulação, o capital comercial invade a produção de forma *extensiva*, orientando-a para o lucro, mas sem promover transformações qualitativas no processo de trabalho:

O processo de trabalho converte-se no instrumento do processo de valorização, do processo da autovalorização do capital: da criação da mais-valia. O processo de trabalho subsume-se no capital (é o processo do *próprio* capital), e o capitalista entra nele como dirigente, guia; para este é ao mesmo tempo, de maneira direta, um processo de exploração do trabalho alheio. É isto que denomino *subsunção formal do trabalho no capital*. É a forma geral de qualquer processo capitalista de produção, é porém, simultaneamente, uma forma particular em relação ao modo de produção especificamente capitalista desenvolvido, já que o último inclui a primeira, porém a primeira não inclui necessariamente o segundo." Ibid, p. 3. Para o trecho citado ver Karl MARX, *Capítulo VI Inédito de O Capital: resultados do processo de produção imediata*. Trad. Port. São Paulo, Ed. Moraes, s.d., p. 87

representando, a nosso ver, um complemento ao ponto de partida acima, ilustrando pressupostos semelhantes, e, mais do que isso, nos interessa pelo momento em que data a publicação de seu trabalho, logo antes de ferver a dita querela⁵¹.

Para Ronaldo, o fenômeno do mercado não pode se aprofundar à colônia não é capaz de aprofundar a divisão social do trabalho, que se realiza apenas às minas porque os gêneros agrícolas são ruralizadores e auto-suficientes:

Falamos então de circuitos internos às economias coloniais, circuitos nativos, montados para o trato de gêneros coloniais e podemos diferenciá-los pelo seu grande poder de aprofundar a divisão social do trabalho: *os gêneros agrícolas como ruralizadores e avessos à proliferação de circuitos mercantis e de outro lado, os minerais preciosos como urbanizadores e dinamizadores da divisão social do trabalho entre campo e cidade*. Ou seja, o setor subsidiário da grande exploração podia apresentar um caráter mercantil ou desenvolver-se no interior das unidades produtivas de exportação. Nas colônias, onde e quando preponderaram, *as atividades mineradoras apresentavam um nítido caráter mercantil, ao passo que a grande propriedade agrícola escravista geralmente produzia a maior parte dos alimentos que consumia e não dava chance aos mercados abastecedores*.⁵²

Igualmente, o escravismo impede o aprofundamento da lógica mercantil, ou *a produção de mercadorias*, pois a valorização que ele permite, produzindo e dando valor a sua volta, retira a possibilidade de outras formas de produção, estas sim passíveis de produzir de mercadorias; de outro lado, ele bloqueia tal processo ao retirar o fluxo mercantil da economia colonial e a cobrir os colonos com renda de dívidas, mas, sobretudo, o escravismo não permite um mercado de consumo de massas, porque o escravo não tem renda autônoma, logo, não tem consumo:

Mas, ao estabelecermos esta diferença, precisamos lembrar que todos os gêneros coloniais estão sujeitos a um determinante maior, responsável pelas restrições básicas ao aprofundamento da mercantilização: o escravismo.

Nessa economia, o escravo tem três funções: 1) ele representa uma reserva de valor, um patrimônio, que pode ser vendido ou alugado; 2) a exploração cotidiana do seu trabalho que resulta na produção comerciável e 3) a valoração de todos os demais bens da economia que resulta da sua onipresença, que retira a possibilidade de

51 Ronaldo dos SANTOS, "Mercantilização, decadência e dominância", in Tamás Szmrecsányi (org). *História econômica do período colonial*, São Paulo, Hucitec, 1998, [1993]. Justificamo-nos de consultar um artigo do autor, e não sua tese, por acreditar que neste trabalho, justo por ser curto e enxuto, vão invariavelmente os pressupostos e perguntas que leva consigo.

52 Ibid, p.69.

outras formas de produção.

*Essas três funções do escravo, em linhas gerais, bloqueiam o aprofundamento mercantil de três formas: 1) ao reter a parte substancial do fluxo mercantil correspondente aos negócios negreiros e ao criar através do crédito, um forte mecanismo de subordinação do plantador/minerador colonial ao grande capital mercantil-usurário metropolitano; 2) ao impedir que o escravo, como produtor direto predominante, tenha qualquer forma de renda autônoma e possa consumir produtos que formariam um mercado de massas; 3) ao não dar espaço econômico para o surgimento de camadas médias de população que também integrariam tal mercado.*⁵³

O autor quer discutir, como declara, "a propulsão dos circuitos mercantis coloniais, sua capacidade de assimilar os dinamismos externos e as condições para a sua autopropulsão, vista aqui como avanço no sentido da autonomia da Nação"⁵⁴, privilegiando o mercado criado pela mineração das Gerais, tomando como um caso que superou as barreiras das limitações coloniais, gerando um aprofundamento da divisão social do trabalho, mas sem conseguir autonomizar-se de modo a criar seus próprios mecanismos propulsores, como os Estados Unidos. Assim, partindo a meio caminho de Celso Furtado⁵⁵ e do Antigo Sistema Colonial⁵⁶, está se perguntando pelo contexto em que aparecem elementos para o surgimento do Estado Nacional. Com isto, é seguindo o aprofundamento da divisão social do trabalho, mudando o contexto de carreamento para fora das fontes (fluxos) de renda geradas à colônia, que o autor procura as possibilidades de seu reinvestimento, notadamente nos tipos sociais advindos desta integração de mercados, como os encarregados dos setores da pecuária e dos muares, que formaram uma base para a acumulação interna e por ventura se transformaram, quando do Império, na figura dos engenheiros⁵⁷.

53 Ibid, p. 69-70.

54 Ibid, p. 67.

55 Para além de sua pergunta, temos o seguinte trecho: "A mobilidade social daí resultante [do ouro de aluvião das minas, abrindo espaço para os com poucos cabedais, e da distância do litoral] permitiu espaço econômico para o surgimento de camadas médias entre o par polar senhor/escravo ('democracia das Minas') que repercutiram sobre o fluxo de renda criando dinamismos propícios À integração inter-regional que formariam um lastro para as decisões de investir começarem a se internalizar (Celso Furtado)", p. 71.

56 "Os circuitos mercantis do século XVIII são circuitos coloniais e, portanto, contêm os determinantes que forjaram as economias coloniais que têm como principal agente o Capital Mercantil, operado pelos grandes comerciantes de cada uma das metrópoles européias que procuraram monopolizar a comercialização de gêneros coloniais através do domínio de seus circuitos mercantis. Ou seja, a forma social da produção, imposta ao novo mundo, só poderá se concentrar em produtos que se destinam ao mercado exterior, artigos com demanda garantida na Europa e que não concorressem com a produção metropolitana (...)", p. 68.

57 "Esses dois setores, por sua vez, incrementavam o giro mercantil, formando uma base de acumulação interna constantemente estimulada pelos dinamismos do setor externo, mas gerando capitais que acabavam por se

Desta maneira, com estes pressupostos, sequer pode entrar um processo de mercantilização, orientação a produção ao mercado, pois não há quem a consuma, nem estímulo que a faça perseverar, havendo uma única situação específica, as minas, em que se gera uma situação análoga à produção de exportação em meio ao território colonial, a atingir uma escala para a reprodução social dar-se através da produção de mercadorias.

Colocando o conceito em movimento

Neste passo, vamos remexer as colocações acima, através do confronto de seus pressupostos com reconstituições de contextos que mostram claramente a possibilidade de processos de mercantilização à sociedade colonial. Com isto, nosso objetivo é ressaltar as linhas de força que cada unidade de análise puxa para si, dada a pergunta e preocupação básica do autor, para, assim, ir abrindo os pressupostos da perspectiva de que partimos para considerá-la através da pergunta do mercado.

Especialmente em relação ao último texto, temos que, no mesmo ano de 1993, Bert Barickman defendia uma tese de doutorado demonstrando a dimensão do mercado de víveres no Recôncavo baiano, em âmbito urbano *como no âmbito rural*. O ponto, demonstrou o autor, é que a economia local, de meados ao fim do século XVIII, ao retomar um momento de grande crescimento, especializou-se a exportar de modo a ocupar as possibilidades de terra e trabalho a tal ponto que a reprodução diária da sociedade ficou a cargo de um movimentado mercado, à base de mandioca. A Bahia foi especialmente marcada pela carestia de alimentos ao longo dos séculos coloniais, recebendo frequentemente legislação que obrigasse os senhores de engenho a guardar uma proporção de pés plantados para cada escravo de seu plantel; a medida, contudo, era muito pouco cumprida, dado que o açúcar era claramente mais rentável. Assim, arrastou-se uma oscilação por longo tempo na oferta de alimentos, não poucas vezes necessitando de abastecimento urgente vindo da capitania do Rio de Janeiro, como veremos no próximo capítulo.

Em meio a este contexto tomou corpo a lavoura fumageira, pautada por pequenos produtores, uma *alternativa* dentro do sistema de "plantation" que abre possibilidades

canalizar para a aplicação nas atividades produtivas, seja pela via do financiamento, feito pelos traficantes aos produtores escravistas, seja pela diversificação da atividade em direção aos setores produtivos como foi o caso de tropeiros que se transformaram em 'engenheiros'", p. 74.

interessantes. Ali, o recurso à produção do fumo era combinado com o cultivo da mandioca — sendo esta o *segredo do lucro* daquele —, bem como do feijão e do milho. Desta forma reunia-se condições de prosperidade sempre a mão, seja para o cultivo da cana, seja aos envolvidos na cultura do fumo, acessíveis inclusive a escravos. Sobretudo, Barickman traz a evidência de que o braço escravo não trava a divisão social do trabalho, pelo contrário, fomenta uma razoável demanda, dando ensejo a um importante mercado: se esta não é uma mercantilização que segue a lógica capitalista, ainda assim nestas exatas condições há sim organização voltada para a produção de mercadorias — a grande questão é que a imagem de uma unidade autárquica, que produz a sua própria subsistência, à base do trabalho escravo, tanto para a grande propriedade como à pequena, não se cumpre: num caso se compra tanto do que vem da cidade quanto da área rural, noutro os próprios escravos permitem a expansão da produção de mercadorias ao mercado local. A questão, basicamente, é que era preciso alimentar diariamente um contingente populacional massivo, e o contexto realizou as ligações necessárias para tal produção ocorrer.

Um último ponto, também importante, é a questão das imagens cristalizadas na historiografia. Barrickman recorda pressupostos fundamente arraigados na historiografia, ligados à impossibilidade da sociedade colonial se voltar para a produção de mercadorias; o autor sugere que tal se dá pela repetição da leitura do passado colonial em imagens de um nordeste segmentado em unidades isoladas⁵⁸, de senhores de um lado e restos de outro, curiosamente, efeito da retenção em imagens aventadas por Caio Prado Jr. sobre a uma população que ali vivia e não gerava nada além de organização social decadente podem⁵⁹. (Já se vê que as imagens são tudo nesta vida, ou nos aproveitamos delas, ou delas ficamos reféns!).

Ainda neste capítulo, veremos como esta questão foi decisiva na retomada da interpretação de São Paulo colonial. Mas, adiantando o problema, podemos recordar que ainda no ano de 1993, Caio Cesar Boschi chamava a atenção a que *nem tudo que reluz é ouro*, que "vilas como Barbacena ou São João Del Rei, na virada do século, devem seu prestígio ao fato de serem essencialmente entrepostos ou centros abastecedores para vilas, áreas e capitanias limítrofes,

58 Que, suspeitamos, se deve à homogeneização do contexto de Pernambuco ao Nordeste como um todo. Cf. Evaldo Cabral de MELLO, *A fronda dos mazombos — Nobres contra mascates, Pernambuco, 1666-1715*, São Paulo, Editora 34, 2003, p. 141.

59 Bert Jude BARICKMAN, *Um contraponto baiano, açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003. A edição recebeu acréscimos e adaptações para o público brasileiro, cuidado que se revela ainda maior na revista geral da tradução feita pelo autor. Ver especialmente p. 305-19.

verdadeiros 'eixos de comércio regional"⁶⁰ — ou seja, vilas que são fundadas onde já há comércio, onde há um movimento anterior ligado ao comércio, à alimentação e ao transporte, atentando para a ligação do negócio entre espaços dispersos e vilas, a outras regiões, não apenas um comércio interno às cidades.

De outro lado, em relação ao problema de Mariutti, vale a pena chamar a atenção para um processo de mercantilização um tanto semelhante ao que, contemporaneamente, como veremos, se deu à colônia.

Conforme mostrou Peter Burke, à Europa, este processo significou a transformação da cultura material. "Em várias partes da Europa ocidental, a impressão dos contemporâneos (respaldada pela prova mais sólida dos inventários) era a de que o campesinato estava começando a ter mais objetos materiais, e também melhores"⁶¹, fato precocemente observado na Inglaterra e em regiões da França, enquanto em outras partes do continente é o século XVIII que parece marcar as transformações decisivas. De toda maneira, o fato é que as próprias classes baixas passaram a aumentar sua mobília, e os camponeses melhores de vida passaram a *comprar objetos que até então eles mesmas faziam*⁶². E o que compravam tanto reforçava a própria cultura popular que as informava (presente nos detalhes dos panos que iam às lareiras, no desenho dos azulejos e pratos pintados), bem como colocava sua vida em direção a materiais mais requintados, como ao substituir "tigelas e vasilhas de madeira e argila crua (...) por estanho e cerâmicas mais finas"⁶³. Este rumo foi carregado pela afluência de uma prosperidade que se traduziu em novos padrões de conforto, como na Inglaterra; por acesso a novos mercados compradores de sua produção, como se deu com os vinicultores alsacianos; e também foi catapultado pelo fim de guerras, que, se teve consequência decisiva mais ao norte, teve influência geral no continente europeu. De outro lado, a cultura material se transformava igualmente *conforme transformavam-se as formas de produção*: "à medida que crescia o mercado exportador, a especialização regional em certos ofícios artesanais tornou-se ainda mais acentuada do que antes"; conforme o mercado expandia, expandia a demanda, "e para atendê-la o processo de produção foi padronizado"⁶⁴. O ponto é que

60 "Nem tudo que reluz é ouro", in Tamás Szmrecsányi (org). *História econômica do período colonial*, São Paulo, Hucitec, 1998, p.64. [1993]

61 Peter BURKE, *Cultura popular na Idade Moderna — Europa, 1500 - 1800*, São Paulo, Cia das Letras, 1999, p. 268.

62 Idem.

63 Idem.

64 Ibid, p.269. Sublinhado adicionado.

Não se poderia [mais] pensar em produzir objetos conforme as exigências específicas do cliente individual, tal como tradicionalmente ocorria. Ao longo do século XVIII, os desenhos dos azulejos holandeses foram se simplificando até umas poucas pinceladas rápidas, e passou-se a usar métodos semimecânicos, como o emprego de matrizes. **Era questão de apenas uma ou duas gerações antes que o objeto artesanal, feito a mão, começasse a ceder ao objeto padronizado, feito a máquina e produzido em massa.** *A expansão do mercado também destruiu a cultura material local.* Na região rural perto de Edimburgo, no final do século XVIII, os agricultores mais prósperos, ou *gudemen*, estavam comprando cerâmica de Wedgwood e roupas feitas em Manchester, para não citar as pás para revolver o fogo ou as cortinas de algodão estampado. Eram os primeiros sinais do poder destrutivo da revolução comercial(...).⁶⁵

Assim, vemos a relação entre o processo de mercantilização, orientando a produção para o mercado de exportação, e a pressão pela mudança de formas de vida pelo contato com o mercado. Tal mudança, à base da sociedade, na própria materialidade em torno de sua reprodução, não se deu à América portuguesa; de fato, não se poderia mercantilizar a força de trabalho, e a orientação da produção ao mercado não poderia transformar as formas de produção. Miriam Flexor nos mostra que *a própria técnica estava limitada a alterações*, pois "o fato de ser considerado um bom artesão aquele que atingisse o mais alto grau de perfeição na execução de uma obra copiada de outra, cerceou, de certa forma, a criatividade, e com isso a descoberta de novos processos". A autora o verifica através dos rastros deixados pelos artífices: "o instrumental encontrado entre os bens, nos Inventários e Testamentos dos artífices permanecia invariável. Poucos e sempre os mesmos"⁶⁶. Ao pintar o quadro em torno da questão, Flexor aponta que os ofícios estavam cercados, de um lado, pelo prejuízo mecânico, por um menoscabo àquele que assim fosse reconhecido, ao mesmo tempo que também, especialmente em São Paulo, dava acesso à edilidade, aos cargos públicos. Ainda assim, nesta ambiguidade, prevalece a determinação da honra nas atitudes dentro desta sociedade, da mancha que o trabalho traz, como na situação em que o paulista Antonio Alves Couceiro, a 1639, sendo juiz do ofício de Seleiro, declarou que "porquanto ele era um homem velho e tinha bens bastantes para poder sustentar-se sem usar do dito ofício para gozar de honras, liberdades dos homens nobres, desistia do dito

⁶⁵ Ibid, p. 269-70. Grifo adicionado

⁶⁶ Miriam FLEXOR, "Ofícios, manufaturas e comércio", in Tamás Szmercsányi (org.) *História Econômica do Período Colonial*, São Paulo, ABPHE/Edusp/Imprensa Oficial/Hucitec, 2002, p. 190

ofício e do juiz do ofício e mais dele não queria usar em tempo algum.”⁶⁷ Para fixar o contexto da vida material em relação à produção — a partir do ofício e seu universo —, damos finalmente com o controle da Câmara sobre a atividade do ofício: seu preço deveria obedecer a uma lista pregada em praça pública.

Com isto, Miriam Flexor nos permite compreender que a vida material não segue o curso da mercantilização que se viu à Europa. Contudo, nem por isso a orientação da produção para o mercado deixa de provocar tensões e reclamos da população local, como veremos. (Ainda assim, antecipando a tensão neste período da virada do século XVII ao XVIII, podemos ver em Salvador, em 1713, o órgão representante dos artesãos fazendo a defesa do bem comum, contra os atravessadores, no episódio que ficou conhecido como as alterações do Maneta⁶⁸). Se não chega a alterar a forma de produção nem tampouco escapou-se da desterritorialização da mão-de-obra, ainda assim a produção para exportação, orientada para o mercado, gerou pressões nas relações sociais, com negócios do capital mercantil, aliás, em ambos os casos.

Rumo à pergunta do mercado: o modelo de análise de Alencastro e a mercantilização de São Paulo Colonial

Chegado este ponto da dissertação, o trabalho de Luiz Felipe de Alencastro tem um papel fundamental no problema que estamos buscando colocar. Do ponto de vista dos usos do conceito do *sistema colonial* que viemos esmerando, Alencastro levou adiante uma série de implicações, algumas das quais trataremos aqui, dando força alentada ao conceito e a uma tradição de pensamento que remete a Celso Furtado; *sobretudo*, importa para nós na medida em que consiste uma leitura fina do conceito, que o coloca a ele e ao capital comercial imersos em poderosa narrativa para, entre outras coisas, identificar a estratégia metropolitana para a drenagem dos recursos coloniais — o princípio do sistema em sua formulação original — através da ligação das economias coloniais ao mercado de escravos africanos, onde se recolhe diretamente tributos ao Tesouro Real. Neste sentido, queremos nos apoiar no terreno que o autor abre para, revendo o âmbito em que coloca seu problema, aventar o nosso. Com isto, tocaremos em três pontos de seu trabalho, dentro das interações que sugere no contato do mercado (atlântico de escravos) com

67 Ibid, p.176-7.

68 Ibid, p. 175. Ver também, Laura de MELLO E SOUZA, Maria Fernanda BICALHO, *1680-1720: O império deste mundo*, São Paulo, Cia das Letras, 2000, p. 75-7.

economia e sociedade baseadas na mão-de-obra indígena, passo em que estabelece importante ponto em seu raciocínio.

O primeiro ponto vemos no que o autor chama de *desencravamento* da economia amazônica, onde se vê claramente a estratégia da Coroa portuguesa. A região, marcadamente organizada em torno das unidades jesuíticas, tendia para a autonomia, realizando intenso contrabando com a entrada amazônica à América Espanhola — ou seja, vendendo a produção à base do trabalho indígena. Assim, em conluio com os jesuítas, em diferentes momentos entre os meados do século XVII e XVIII, a Coroa determina que se envie escravos para as regiões do norte; desta forma, ligando-se a região ao mercado de escravos, garante-se o tributo ao erário Real — retirado direto à fonte, em África —, e a região fica presa ao Império: as dívidas contraídas com a compra de escravos, a uma organização produtiva cujo excedente não é preparado para cumpri-las, terminam por realizar o desencravamento da economia local⁶⁹.

De outro lado, a meio caminho do problema, temos a ligação dos ritmos do apresamento dos negros da terra com a ruptura das atividades negreiras, aos meados do século XVII, quando dobra o preço dos escravos africanos dobra. Aqui, Alencastro passa em meio às teses sobre o bandeirantismo, de um lado respondendo à ruptura do tráfico atlântico, de outro para a venda à zona açucareira no Nordeste, reputando o engano desta e o acerto daquela⁷⁰. O ponto que nos interessa em sua colocação é relação que o autor faz entre os movimentos da economia paulista e esta onda de prosperidade do cativo indígena. Assim, seguindo John Monteiro, toma que o grosso destes índios foi sim usado "nos trigais, roças e transporte de São Paulo", que a capitania, "zona marginal do sistema atlântico (...), desenvolve-se como provedor de alimentos ao resto da Colônia", e também para "as praças do Norte e Angola", que "importam de São Paulo cal, farinha de mandioca e de trigo, milho, feijão, carnes salgadas, toucinho, linguiça, marmelada, tecidos rústicos e gibões de algodão à prova de flechas"⁷¹. No entanto, centrando seu problema no Atlântico-Sul, vê a recuperação do tráfico colocar aquela economia em cheque, que, a não ser por

69 Luiz Felipe de ALENCASTRO, *O trato dos viventes — Formação do Brasil no Atlântico Sul. Séculos XVI e XVII*, São Paulo, Cia das Letras, 2000, p.134-144; especialmente, p. 141-4. Salta aos olhos a semelhança entre o termo escolhido por Alecastro e o termo consagrado por Karl POLANYI em suas análises sobre a mudança social conforme a sociedade integra-se ao mercado, embeddedness (ou, mais precisamente, o par embedded/disembedd). Para a colocação do problema em Polanyi, ver *A grande transformação — as origens de nossa época*, Rio de Janeiro, Editora Campus, 2000. [1944]; também, *A subsistência do homem e ensaios correlatos*, Rio de Janeiro, Contraponto, 2012.

70 Ibid, p. 194.

71 Ibid, 194-5.

um breve nova oscilação daquele fluxo de escravos, entra em decadência.

Sem constituir uma resposta direta à queda das importações de africanos no Nordeste, as bandeiras ao Gaurá-Tapes aparecem como uma consequência da ruptura das trocas atlânticas. Como um esboço do processo econômico modernamente chamado de "substituição de importações". Os índios do Sul não suprem a falta de africanos no Norte, mas ficam cativos em São Paulo e no Rio de Janeiro cultivando alimentos que fazem as vezes dos produtos europeus, platenses e brasileiros nas praças de aquartelamento da América Portuguesa. Na segunda metade dos Seiscentos, a agricultura alimentar e a triticultura paulista estagnam após a desmobilização das tropas e a retomada do comércio regular com o reino.⁷²

Entre um episódio e outro, vemos que o modelo de análise do autor, baseado no confronto com o mercado atlântico da vida econômica que corre por fora do circuito mercantil, ao mesmo tempo que mira a pressão para a desagregação desta economia, arrasta os seus ritmos para o espaço atlântico. No próximo capítulo veremos como isto se dá no caso da capitania do Rio de Janeiro. No presente, em que chegaremos logo depois na região paulistana, nos interessa mais de perto as considerações que ora mencionamos.

Ao fim desta sequência, temos o episódio por Alencastro chamado de o "paradoxo de Domingos Jorge Velho", em que o líder bandeirante, após derrotar e destruir Palmares, remete à Coroa pedindo terras em Pernambuco, por haver falta delas em São Paulo. Como mostra o autor, o próprio objetivo de Domingos era chegar perto das praças marítimas:

Ao enumerar documentos que lhe prometiam a posse das terras tomadas pelos quilombos, Jorge Velho ressalta: "a não ser assim, que razão haveria, que largassem os suplicantes [paulistas] as terras maiores e melhores sem comparação, se se lhes tirar a longitude das praças marítimas, cuja posse logravam sem nenhum impedimento nem oposição, para virem conquistar outras?".⁷³

Assim, seguindo esta pista, Luiz Felipe Alencastro começa uma síntese da condição da vida econômica à colônia, e sua característica antes da mineração. Como diz, "parece ocioso demonstrar que o território da América portuguesa não constituía um mercado unificado.

72 Ibid, p. 198.

73 Ibid, p. 241.

Esparsas manchas econômicas se conectavam aos portos comerciais"⁷⁴. A consequência que tira disto é a separação de *lugar geográfico* de *lugar econômico* à colônia, tendo as praças marítimas como referência. Ademais, além do problema de estar longe do lugar econômico, o problema em que um bandeirante como Jorge Velho inevitavelmente cairia é que, ao cair no circuito mercantil, ele lida com negociantes que, ao mesmo tempo que comprem sua mercadoria, excedentes extraídos de índios, vende produtos importados, dentre eles escravos africanos. Assim ficaria-se com esta sinuca de bico, conforme o colono, no nosso caso, paulista, se enfia no "circuito atlântico de trocas"⁷⁵. Finalmente, após colocar em decadência a triticultura, pressionar os colonos para dentro das pressões deste mercado atlântico, o ouro viria finalmente realizar a metamorfose definitiva do bandeirante.

Através de um episódio auspicioso, ainda em 1705, o autor sugere esta transformação. A Colônia de Sacramento passava por um estado crítico, "cercada de índios açulados pelos espanhóis", e o Conselho Ultramarino pensava no "envio de uma coluna bandeirante". No entanto, vemos pela astúcia de um conselheiro, a esta altura não sustentavam-se mais de índios, estavam cobiçosos do ouro, com o que não teriam interesse no combate"⁷⁶.

Assim, para Alencastro, a integração do mercado interno com o ouro forceja por "desagregar as redes de tráfico de índios formadas no Centro-Sul", neste quadro em que se abrem "novas possibilidades à pecuária e à cultura de gêneros alimentícios"⁷⁷. Com isto se realizaria a adequação social e espacial da colonização"⁷⁸. Uma vez colocado seu ponto, vamos para a

74 Ibid, p. 241.

75 Ibid, p. 242.

76 Ibid, p. 245-6.

77 Ibid, p. 245.

78 Entre a consideração de lugar geográfico e lugar econômico e transformação do mercado gerada pelo ouro, Alencastro parece emular a análise de Karl Polanyi para a formação do mercado interno, que, através da ação do Estado, unificou o mercado local ao de longa distância, mantidos separados pela cidade medieval. Veja-se a semelhança da análise para a América portuguesa com a do processo à Europa neste trecho, que citamos uma vez mais neste capítulo: "Na Europa Ocidental o comércio interno foi criado, na verdade, por intervenção do estado. Até a época da Revolução Comercial, o que pode nos parecer como comércio nacional não era nacional, e sim municipal. Os hanseáticos não eram mercadores germânicos; eles eram uma corporação de oligarcas comerciais, sediados em diversas cidades do Mar do Norte e do Báltico. Longe de "nacionalizarem" a vida econômica germânica, a Hansa deliberadamente isolava o interior do comércio. O comércio da Antuérpia ou Hamburgo, Veneza ou Lyon não era, de forma alguma, holandês ou germânico, italiano ou francês. Londres não era exceção: ela era tão pouco "inglesa" como Luebeck era "germânica". O mapa comercial da Europa nesse período mostraria corretamente apenas cidades, deixando em branco o campo - este pareceria não existir no que concerne ao comércio organizado. As assim chamadas nações eram apenas unidades políticas, na verdade bastante frouxas, e que consistiam, economicamente, de inúmeros ambientes domésticos auto-suficientes, maiores ou menores, e insignificantes mercados locais nas aldeias. O comércio limitava-se a distritos organizados que o praticavam

comparação com o quadro de São Paulo nesta quadratura, duas décadas antes e duas décadas para lá do século XVIII.

Vimos, portanto, como a unidade de análise de Alencastro, vincada no espaço sul-atlântico, puxa os elementos tratados em suas considerações para a sua lógica, de modo a ver no intervalo de tempo analisado (os primeiros dois séculos da colonização) a formação do Brasil, com olhos particularmente voltados para a questão premente da formação do Estado Brasileiro, o mercado brasileiro de escravos, com o que busca compreender e mostrar a semelhança das tensões no século XVII às do XIX, além de tirar a implicação na desterritorialização da força de trabalho para a limitação estrutural à formação do mercado de trabalho brasileiro, na esteira de e levando o pensamento de Celso Furtado adiante⁷⁹. No entanto, ao fazê-lo, o autor carrega as linhas de força dos processos que organizam a vida colonial justamente a este eixo. O que passamos a demonstrar agora, abrindo o problema que será enunciado no capítulo seguinte, é que a realidade colonial, na falta de melhor expressão, também corria o seu processo próprio, e, no caso que ora entra em exame, entra em processo de mercantilização, no seu início como na sua conclusão, devido necessidades econômicas do próprio local.

Num dos elementos que destacamos de seu raciocínio, vimos a ligação das bandeiras aos ritmos do tráfico de africanos, no sentido das pressões que o mercado de escravos coloca à economia a base de mão-de-obra indígena, seja ao fim de um processo, seja aos meados dele, quando, no dizer do autor, "a agricultura alimentar e a triticultura paulista estagnam após a desmobilização das tropas e a retomada do comércio regular com o reino".

localmente, 'como comércio de vizinhança, ou como comércio de longa distância os dois eram estritamente separados e a nenhum deles era permitido infiltrar-se no campo indiscriminadamente". Karl POLANYI, *A grande transformação*, Rio de Janeiro, Campus, 2000, p. 84.

79 Veja-se as considerações do autor em resposta à resenha do *Trato dos vivos* feita por Milton Ohata: "Tendo começado minhas pesquisas com o estudo do contencioso gerado no Império do Brasil pelo tráfico negreiro, sempre situei as implicações políticas, econômicas e culturais da desterritorialização do mercado de trabalho no centro da minha reflexão. Milton concorda com a idéia de que entre os séculos XVII e XIX 'o pulmão da economia brasileira encontrava-se fora dela', ou seja, na África: em Angola, na Costa da Mina, na Guiné, mas também, na primeira metade do século XIX, em Moçambique. Este é, precisamente, o ponto central de todo o meu trabalho. A impossibilidade em que se encontrava a economia brasileira de emancipar-se dos mercados africanos e do espaço colonial português no Atlântico até 1850 — ou seja, *antes e depois da Independência* — levou-me a reconsiderar a idéia de "crise do sistema colonial", a centralidade de 1808 na história política e econômica brasileira, a gênese do Estado nacional brasileiro e a periodização do século XIX, como está indicado nas últimas páginas do livro". "Crítica: Comentário de Luiz Felipe de Alencastro", *Novos Estudos Cebrap*, n. 59, mar. 2001, p. 220.

Ilana Blaj, em sua tese, *A trama das tensões — O processo de mercantilização de São Paulo colonial (1681-1721)*, justamente como o título que dá nome ao fenômeno, examinou o movimento de dinamização da economia e do comércio paulistanos, acompanhando-o pelo "processo de sedimentação da população paulistana e as múltiplas tensões sociais"⁸⁰ decorrentes. Parte fundamental do trabalho se ocupa da demonstração dos vieses que por longo tempo cobriram a interpretação do passado colonial da capitania, notadamente a pátina da autonomia e bravura, bem como a consideração de sua pobreza e decadência, perpassando dos anos 1920 até as décadas de 1960 e 1970 — vieses que, enfim, refletem as preocupações de cada época⁸¹. Conforme retira as pistas falsas, vai aparecendo um mosaico que faz surgir uma região crescentemente integrada a uma economia de mercado, com uma "necessidade crônica" de mão-de-obra indígena para a tocar os empreendimentos agrícolas dos paulistas. Assim, para retirar a imagem da auto-suficiência dos habitantes da região, nos mostra que já se pode vê-los entre os fins do Quinhentos e início do século XVII entrando em atrito com o primado do escambo aos indígenas, cujo rompimento era fundamental para o desenvolvimento da produção mercantil; dito de outro modo, sobre o que permitiu a capacidade de acumulação e circulação de capitais neste espaço a partir do braço dos "negros da terra", temos que é "o controle do trabalho tornou possível a produção de excedentes que podiam ser comercializados"⁸².

Por aí vemos que a a frequente carestia era sinal de pobreza, pois os frequentes apertos e pedidos de envio urgente do "bastecimento que for possível" são compreendidos pela comercialização da produção fora do espaço da capitania. Como a Câmara municipal, encarregada da função de tabelamento de preços, fixava o preço dos alimentos, como a farinha, produtores e comerciantes acabavam por buscar vendê-los ao litoral, livres deste constrangimento, resultando nas "crises de abastecimento no núcleo de Piratininga"⁸³. Desta forma, seguindo os passos de John Monteiro, podemos ver "o período de 1630-80 como os anos de ouro da produção do trigo na região de São Paulo e sua articulação ao mercado do litoral com vendas para a Bahia, Pernambuco e Angola e, principalmente, para o Rio de Janeiro".⁸⁴ Aqui, por

80 Ilana BLAJ, *A trama das tensões — O processo de mercantilização de São Paulo colonial (1681-1721)*, São Paulo: Humanitas/FAPESP, 2002.

81 Ibid, ver capítulo 1, "A construção de imagens".

82 Ibid, p. 128.

83 Ibid, p. 101.

84 Ibid, p.100-101.

enquanto, ainda estamos nos marcos em que Alencastro põe a questão, pois que Monteiro toma o fim do período como o começo da decadência do comércio de trigo "por causa da crise no fornecimento de mão-de-obra indígena e ao aumento das distâncias produtoras", mas que, ainda assim, "os mais ricos permaneceram nessa atividade", pois esses ou tinham ainda "indígenas em número suficiente, ou possuíam recursos para alugá-los para o transporte de mercadoria"⁸⁵. É através das consequências que Ilana Blaj tira que chegamos mais perto do contexto por que passa a capitania. Para isso, é preciso analisar o sentido que a característica dispersão na ocupação do espaço entre os paulistas adquiria com o processo de mercantilização.

Aqui, ao tratar da vila, uma vez mais a autora pontua os vieses da leitura do panorama seiscentista que chegaram até autores mais contemporâneos, enfatizando a "primazia e auto-suficiência das propriedades rurais" e a "anemia do urbano tendo a vila paulistana um mero caráter de apêndice, em que seu dinamismo estava restrito a certas solenidades cívicas e religiosas e a algumas sessões da Câmara Municipal"⁸⁶. Do contrário, contra o antagonismo rural/urbano, Ilana Blaj assinala que a separação entre o urbano e o rural é posterior ao período, portanto, não tendo como existir enquanto problema dentro daquele horizonte, "onde campo e cidade formavam um todo único, seja ele na esfera econômica, social ou política"⁸⁷ enquanto problema naquele horizonte. Assim é que São Paulo, nos meados do século XVII, se tornou o eixo de uma série de rotas ao interior e "mãe de outras cidades do planalto". Desta forma, a autora retoma a pesquisa de Alfredo Ellis Jr, que apontou a expansão da vila de São Paulo "pelos vales do Paraíba e Tietê e fundação de outras vilas" como liberando paulistas do bandeirantismo, em declínio, para outras atividades⁸⁸ — retoma tais pesquisas enquanto um passo para dentro do quadro desta mercantilização. Para precisar o seu contexto, toma a John Monteiro que leitura da expansão enquanto articulada "ao próprio desenvolvimento da escravização indígena", tornando os paulistas "menos dependentes dos aldeamentos próximos à vila"⁸⁹. Assim, o crescimento da

85 Ibid, p. 101

86 Ibid, p. 118-9.

87 Ibid, p. 122.

88 Ibid, p. 123. Uma outra maneira de encarar a questão do bandeirantismo é que o próprio tráfico de índios era pouco interessante: "John M. Monteiro pondera que os altos custos do transporte para a região nordestina, as poucas possibilidades de sobrevivência e as restrições legais à escravidão indígena 'tornavam o tráfico uma proposição econômica pouco interessante, limitando-o à transferência de pequenos grupos ou de indivíduos cujo valor justificasse o custo da viagem' e conclui que a maioria dos índios capturados era integrada à 'economia florescente do planalto'". p. 139

89 Ibid, 123.

produção e do comércio ao longo do século é acompanhado pela expansão dos bairros (formados por fazendas e sítios), organizado de forma a manter uma estrutura aos moradores, ao mesmo tempo que articulado diretamente à Câmara; com isto, a expansão da produção caminhava junto com a garantia da extensão do poder local aos novos espaços. O mais notável desta ordem de coisas é que era nestes novos espaços que radicavam os mais ricos, formando centros de uma agricultura comercial, enquanto as terras próximas a São Paulo, já esgotadas, se tornaram morada dos mais pobres. Assim é que chegamos ao quadro da passagem do século, analisado pela autora, entre as últimas décadas dos Seiscentos e as primeiras do Setecentos.

Em meio aos episódios que a autora destaca, entrelaçam-se três tensões sociais fundamentais que a autora destaca, a questão dos atravessadores e de medidas para a manutenção dos preços, o levantamento do valor da moeda e a questão da escravização do indígena. Em meio à trama, além da já mencionada produção comercializada fora de seus espaços, vemos uma curiosa capacidade de poder de compra dos paulistas. Curiosa pois é detectada em relação a preços já altos, quando, em meio ao levantamento do valor da moeda, são requisitados apenas que se mantenham como estão, como se vê pela ata da Câmara de Agosto de 1690⁹⁰ — o que sugere que, se não em toda a sociedade, certos segmentos suportam preços mais elevados. No entanto, não apenas o levantamento da moeda sustenta o poder de compra; através da mesma ata vemos a já referida comercialização da produção local, que por seu turno "garantia um determinado nível de circulação e de acumulação de capitais"⁹¹ — logo, o desenvolvimento da economia de mercado sustentava este poder de compra. Contudo, em meio ao quadro, temos ainda os incessantes reclamos contra os preços elevados, mirando os atravessadores e as altas artificiais

90 "Na sessão extremamente tumultuada de agosto de 1690, na qual se conseguiu o levantamento da moeda, o povo requereu, que os mercadores não subissem o preço de suas mercadorias

não levantando de novo nada e não vendão Baeta preta por mais de des tostois e as de corres não posão vender por mais de dous cruzados e os mais generos vendão pello q~ athe agora venderão e asim Mais requererão sobre os mantimentos q~ não Reseberão de outras villas p.^a vender nesta nem agoardente nem feijão nem Milho nem farinhas nem carnes, requererão mais q~ as agoardentes fosem Almotasadas conforme a bondade dellas e de suas confisois todo deBaixo da Vara da Almotasaria [...]

Esse requerimento apresenta dois pontos que merecem ser destacados: de um lado a existência de um comércio de tecidos praticados a preços relativamente altos, preços estes que seriam suportáveis com o levantamento da moeda, já que uma das reivindicações era no sentido de não haver mudança de preços após o aumento do valor do dinheiro; por outro, o empenho de garantir a venda de artigos de produção local, como aguardente, feijão, milho, farinhas e carnes". Idib, p. 106

91 Ibid, p. 108.

que geravam, que, apesar de serem muito presentes na passagem ao século XVIII, foram frequentes por todo o século anterior⁹². Assim chegamos ao contexto que marcou o processo: tanto o desenvolvimento quanto os reclamos pela sustentação do preço pela Câmara arrastam a produção para áreas onde o preço pode subir⁹³, ao mesmo tempo em que, levantando o valor da moeda, jogava-se mais lenha à dinamização da economia⁹⁴. Desta forma, gerava-se uma situação contraditória, em que a produção seguia integrada, gradativa e ativamente, à lógica de mercado⁹⁵, enquanto a população acodia à Câmara pela defesa do bem comum, como no requerimento do procurador do Concelho, em 19.1.1695, para "que se fizesse um quartel para que nenhum criador de gado, de qualquer qualidade ou condição, vendesse o gado fora da terra porque havia muita falta dela na vila, e quem o fizesse pagaria uma multa de 6\$000"⁹⁶. Toda uma situação, portanto, que não é produzida pelo ouro — nem mesmo os preços exorbitantes trazidos por comerciantes são inéditos antes dele — mas pelo processo de mercantilização da região, no qual, inclusive, na interpretação de Ilana Blaj, os contemporâneos tinham clareza de seus interesses⁹⁷.

Para concluir o processo, falta a questão dos índios. Já mencionamos que a expansão das vilas, articuladas com o processo de mercantilização e escravização indígena, deixava os

92 "Desde meados do XVII são constantes os motins populares reivindicando tabelamento dos produtos vendidos na vila", Idem.

93 "O desenvolvimento da vila e da região que a circundava e os reclamos constantes no sentido de impedir os aumentos dos preços agravaram ainda mais um outro problema por nós já referidos: a preferência de plantadores e criadores por vender seus produtos para áreas que não estivessem sob a jurisdição da Câmara paulistana, onde os preços auferidos podiam ser melhores", Ibid, p. 109.

94 "Em outras palavras, com uma moeda de valor maior e pesando menos oitavas (...) e exigindo-se dos comerciantes que não elevassem os preços dos gêneros que traziam para a vila (como consta a ata de agosto de 1690), o poder de compra de certos segmentos da população estaria garantido, os produtores e comerciantes teriam o seu lucro assegurado e os devedores não teriam suas dívidas aumentadas", Ibid, p. 114. É digno de nota que os paulistas sustentaram o valor ao longo de toda a década, apesar de sucessivas ameaças da Coroa, só abaixando o valor da moeda quando os efeitos do ouro já se faziam sentir, em 1697.

95 "A produção local de farinhas, milho, feijão, aguardente e outros gêneros; a criação de gado; a existência de um comércio articulado com a região santista, que envolvia desde artigos básicos de primeira necessidade, como o sal, até tecidos, fitas, ferro e outras mercadorias; as tensões sociais daí resultantes, como, por exemplo, os motins sobre a moeda e os reclamos contra a carestia, fizeram com que São Paulo, a partir de meados do século XVII, já pudesse ser vista como cada vez mais *integrada a uma economia de mercado, e não como uma área voltada apenas ao consumo local*...". Ibid, p. 115-6. Itálicos adicionados.

96 Citada por Blaj, Daisy Ribeiro de Moraes BARROS diz ainda que: "Como é sabido, uma das atividades dos paulistas em relação ao comércio com regiões fora do planalto, era justamente a venda de gado. Esse fator apareceu constantemente na documentação, como um impecilho ao abastecimento interno. O preço que se fixava para o corte, não chegava a ser incentivo para ninguém, sempre era mais vantajoso o comércio exterior". *Um século dos ofícios mecânicos na vila de São Paulo*, São Paulo, Universidade de São Paulo, 1982, p. 156.

97 "A política portuguesa em relação ao valor da moeda na colônia acarretou uma série de motins na vila de São Paulo, demonstrativos, por sua vez, das tensões do processo de mercantilização em curso e da clareza dos interesses dos paulistas no desenvolvimento do mesmo". Ibid, p. 112-3.

paulistas menos dependentes dos aldeamentos próximos à vila. No entanto, a partir de meados do século XVII, os índios foram se tornando mais escassos, e nem por isso sua demanda diminuiu, pois não apenas as "razões econômicas" os demandavam: se a produção mercantilizada que gerou uma "ordem escravista-senhorial" aos últimos decênios do século, constituiu também uma "mentalidade senhorial-escravista", em que *o ser servido* era aspirado por todos, muito bem definida no comentário de um governador fluminense: "até aqueles, cuja muita pobreza, lhe não permite ter quem o sirva, se sogeita antes a nadar muitos annos pello certam em busca de quem o sirva, do que a servir a outrem hum só dia"⁹⁸. Assim, a própria mercantilização colocava em risco o suprimento de indígenas; tribos ou iam a lugares mais distantes do núcleo de Piratininga, ou ficavam em pouco número, e as tensões cresceram nas relações entre os paulistas, os aldeamentos e a Coroa. Conforme seus índios morriam, os bandeirantes lançavam mão dos índios aldeados para a descoberta de novos veios metalíferos, muitos dos quais não retornavam. Assim, aos fins do século, gerou-se uma tensão entre o "uso privado" e o "uso público", para serviço real, dos índios aldeados, com proliferação de queixas de maus tratos e aumento da violência. Em meio a isto, o valor do aluguel destes indígenas subia, tanto mais com a descoberta do ouro e a demanda por abastecimento das minas; sua mão-de-obra manteve-se dominante, mas se queixava a falta deles para o seguimento das novas descobertas; em meio aos reclamos, em 1701 a Coroa autorizou a compra de 200 escravos negros ao Rio de Janeiro, para ter mão-de-obra para explorar as minas, mas faltando braços para sua necessidade os paulistas pediram cota maior, sendo injusto que tendo com o que pagar não possam comprar⁹⁹. Todavia, a cota foi mantida e abriu-se caminho para a ação dos atravessadores. A própria autoridade régia percebeu isto, e em 1706 concedeu "autorização para que além dos duzentos africanos para as minas, pudessem ser adquiridos no Rio de Janeiro mais trinta negros para a lavoura"¹⁰⁰. De toda maneira, o mal estava feito, e os preços dos escravos se tornaram acessíveis apenas a poucos; no dizer de Ilana Blaj, "devido a esta legislação restritiva e à alta demanda das áreas mineratórias, o escravo negro sobe violentamente de preço tornando-se proibitivo para a grande parte dos paulistas"¹⁰¹.

Assim, ao início do Setecentos, fica-se com este quadro de que "o braço indígena

98 Ibid, p. 132.

99 Ibid, p. 148-9.

100 Ibid, p. 149.

101 Idem.

mantteve-se dominante na área paulistana"¹⁰², pois, por mais que poucos podiam comprá-lo¹⁰³, o preço dos africanos era ainda mais proibitivo. Com isto, podemos fazer uma síntese do que propomos para este tópico. Retomando o desenlace na organização do espaço entre os paulistas, vemos que sua lógica, articulando as produções para o mercado, colocou às povoações mais recentes os mais ricos. Podemos agora dizer que foram apenas estes, os grandes potentados locais, que "continuaram a produzir gêneros agrícolas com amplos plantéis de índios e/ou negros, já localizados em áreas mais distantes da vila ou, até mesmo, nas cercanias do território mineiro"¹⁰⁴. São estes também, como veremos nas páginas dedicadas à Guerra dos Emboabas, que rapidamente açambarcam as possibilidades de negócio nos caminhos e em contratos como o da arrematação de bebidas, além de largas porções de terra, em pedidos de Sesmarias à Coroa, pelos serviços prestados em meio à descoberta das minas¹⁰⁵. De outro lado, os proprietários paulistas em geral, "passaram a dedicar-se à pecuária, que era altamente rentável e exigia um número menor de mão-de-obra"¹⁰⁶. Ao fim e ao cabo, o processo de mercantilização paulista, ao início do século XVIII, colocou em moldes ferrenhos a estratificação social, em meio à determinação de sua economia orientada para o mercado, separando em diferentes níveis, e inclusive rearranjando espacialmente, os diferentes tipos sociais. É o que conclui Ilana Blaj:

Assim, [A] a produção agrícola ia se localizando em regiões mais longínquas e [B] a vila de São Paulo e seus arredores passam a se dedicar à criação de gado, [C] cabendo à vila a comercialização de todos esses gêneros. [D] **A população com menos recursos foi reduzida ou a uma parca produção que mal chegava para sua subsistência ou, por carência de terras e de indígenas, foi totalmente afastada das atividades agrícolas. Dessa forma, ou volteava pela vila procurando maneiras de se integrar às atividades comerciais e de serviços, ou migrava para outras localidades depurando, no dizer de Sérgio Buarque de Holanda, a vila de seu excedente populacional e de seus elementos mais tensos.**

102 Na sequência: "(...) e, conforme Sérgio Buarque de Holanda, fundamentado no censo de 1730 para o Donativo Real, 'será mantida até o final do século a predominância quantitativa do contingente indígena, que ainda forma o grosso da população e não só no meio rural", p. 150.

103 "(...) o que temos em inícios do XVIII é a dificuldade cada vez maior de obter com segurança, e de maneira relativamente barata, a mão indígena. O valor do negro da terra era cada vez maior, seja pelas distâncias sempre mais longínquas para obtê-lo, seja pelo próprio crescimento da demanda. Por outro lado, os aluguéis dos mesmos também se mostravam exorbitantes. Como o preço do negro africano também era elevado, poucos podiam comprá-lo", p. 154.

104 Ibid, p. 154.

105 Ilana BLAJ, "Agricultores e comerciantes em São Paulo nos inícios do século XVIII: o processo de sedimentação da elite paulistana", *Rev. Bras. Hist.*, São Paulo, vol. 18, n. 36, 1998.

106 BLAJ, *A trama das tensões...*, p. 154.

Resulta daí uma sociedade altamente estratificada, com contingentes populacionais extremamente pobres, longe, portanto, da famosa imagem da auto-suficiência e da democracia paulistana.¹⁰⁷

Do que ficou dito, para encerrar a comparação que foi tema deste último tópico, nos parece legítimo apontar que não há estagnação na economia paulista em fins do século XVII, nem da produção de alimentos e tampouco da triticultura. A pista seguida por Alencastro, se logra tecer análises primorosas, deixa a desejar no que concerne o ponto básico da consequência que imputa ao contato com o mercado atlântico: se o exemplo de Domingos Jorge Velho deu fôlego a sua interpretação dos espaços econômicos descontínuos, indo às praças marítimas pela falta de terras, talvez ela faltasse mesmo, se ele não for um dos potentados locais, e precisasse correr atrás de negócios para poder enraizar-se. Igualmente, o mercado não faz os paulistas entrarem no trato dos viventes, pois que o escravo é mercadoria muito cara, e, além de entrar só aos poucos em São Paulo, permanece aquém do domínio da mão-de-obra indígena. Temos, enfim, que se é possível argumentar a relação da mão-de-obra e o modo de vida, sendo pressionado este pelo mercado atlântico, também há coesão na sugestão de que estas relações se dão em meio ao processo de mercantilização por que passa a vida, em São Paulo colonial, nesta passagem de séculos. A necessidade do comércio, que sempre foi uma necessidade na capitania, no período tratado tem um contexto especial: está em movimento um processo de realização das mercadorias produzidas para o mercado interno, adequando a organização espacial e social — o mercado, portanto, e antes do ouro, assinalando a dinâmica.

Isso posto, vamos conferir se as tensões em torno deste processo são gerais, marcando mesmo o período, de modo a atravessar os diversos contextos regionais. Com isto, buscamos enunciar nosso problema, a partir da pergunta sobre o mercado, que, como contemporâneos dele, fazemos ao passado. Não havendo ainda a este período, de meados do século XVII à outra metade do século XVIII, a organização de um mercado propriamente dito — em que terra, trabalho e dinheiro são já mercadorias—, *mas existindo no entanto a operação de seus mecanismos e os choques que provocam à estrutura social*, seguimos o rastro dos negócios coloniais, concentrando-nos no momento em que se acirram as suas tensões.

107 Ibid, p. 155.

Capítulo 2 – Assentando fronteiras: tensões e contexto do mercado

Problema

Conforme apontamos à introdução, o entrave a este debate sobre a colônia está amarrado às perguntas que os contemporâneos fazem ao passado: lidar com os impasses entre uma e outra perspectiva, foi a nossa hipótese, é fazer a pergunta do tempo presente, nós, que vivemos imersos no mercado: como é que se deu, como se caracteriza o processo de formação do mercado entre nós e como foi sua relação com a sociedade no decorrer deste processo? Com o capítulo anterior, pretendemos criar uma situação de diálogo, um terreno comum no qual discutir, ao revisar considerações teóricas que deixam vieses para que o raciocínio conceptual acompanhe o contexto vivido pelos personagens deste passado. Agora, explorando textos consagrados pela historiografia, que, com diferentes objetivos e ênfases, percorrem ou tangenciam a questão do mercado em capitanias distintas, vamos explorar as tensões e o contexto na esteira dos negócios. Assim aproximamo-nos do objetivo destas leituras: abrir o caminho para *discutir o conceito de sistema colonial através da categoria do mercado*, ao *enunciar* a sua possibilidade.

Elementos

Também nos preâmbulos deste texto, sugerimos que um nó delicado a esta querela, a questão da autonomia — que apareceu inicialmente nos argumentos de João Fragoso (e depois em conjunto com Manolo Florentino) na forma da autonomia da economia colonial —, da colônia enquanto ligada ao movimentos de preços de sua vida econômica, parece ser uma dor de cabeça desnecessária: tinha sentido enquanto uma disputa teórica por afirmação de uma perspectiva contra outra, e, portanto, tirava implicações em um terreno (que já não era novo, nunca é demais lembrar) na mesma medida em que fechava suas considerações para um objeto do conhecimento distinto¹⁰⁸. Assim, cremos ser desnecessário maiores justificações para penetrar na

108 Daí a importância da menção a Stuart Schwartz, notando que a meados dos anos 1980 o autor já havia sugerido o fim primazia do setor exportador por volta de 1690, reconhecendo igualmente o destaque aos negociantes e o peso das instituições portuguesas na dinâmica da sociedade colonial — sem, contudo, postular uma nova explicação para o esclarecimento dos incautos: para ele, a grande propriedade e o escravismo permaneceriam o ponto básico para as relações da sociedade colonial como um todo, bem como o açúcar permanecera *durante todo o período colonial* como o principal produto de exportação. Ver SCHWARTZ, *Segredos Internos — engenhos e escravos no nordeste colonial. 1550-1835*, São Paulo, Cia das Letras, 1988. Posição retificada em "Mentalidades e estruturas sociais no Brasil colonial: uma resenha coletiva", *Economia e Sociedade*, Campinas, n. 10, dez. 1999

passagem ao século XVIII a partir das *informações trazidas pelos preços de algumas regiões*.

Nesta quadra, apesar de a escassez dos documentos não poder demonstrá-lo rigorosamente, os preços locais de diversas regiões aumentam, o que sugere uma demanda e uma agricultura comercial em movimento, apesar da queda do preço do açúcar. Stuart Schwartz¹⁰⁹ (depois seguido por Evaldo Cabral de Mello¹¹⁰) havia apontado esta condição, assinalando o contexto (tecido por Rae Flory) para uma Bahia que assistia à expansão da produção de tabaco, da produção de alimentos e a uma duplicação das casas construídas no Recôncavo no período de 1680-1720 — um período de *expansão do mercado* na região, como define a autora¹¹¹. Ainda, mesmo na conjuntura de crise do preço do açúcar após 1660 (que porém recebe estímulos pontuais entre 1689 e 1710, com guerras que mobilizam os Estados europeus)¹¹², o tabaco e também a cachaça diminuem o peso da compra de escravos no bolso dos senhores de engenho, como apontou Luis Felipe de Alencastro, através do que reviu os dados apresentados por Schwartz para preço relativo do escravos¹¹³. Um passo adiante no quadro, Antonio Jucá de Sampaio, também dialogando com Stuart Schwartz, insiste que reconhecer o movimento de preços dos alimentos e da agricultura comercial como um todo é percebê-los fora do contexto do açúcar e da flutuação de seu preço, abrindo finalmente outro olhar para o vulto dos mercados à colônia¹¹⁴ — sempre, as análises regionais sugerindo generalizações para as condições dos espaços coloniais como um todo. Por sua vez, como vimos, ao reconstituir São Paulo colonial nesta no intervalo de 1681-1721, Ilana Blaj viu um processo de mercantilização em franco curso, que, possibilitado por uma mercantilização prévia — calcada na retenção da maior parte dos índios apresados (70%, outros 30% exportados ao Nordeste) para mão-de-obra nas lavouras—, compreendia uma expansão e diversificação de agricultura de abastecimento, orientando-a para o mercado, o que levou ao aperfeiçoamento dos caminhos para a distribuição do produto¹¹⁵.

109 *Segredos Internos...*, p. 205-6.

110 *Rubro Veio — O imaginário da restauração pernambucana*, São Paulo, Alameda Editorial, 2008, p.154.

111 Rae Jean Dell FLORY, *Bahian society in the mid-colonial period: the sugar planters, tobacco growers, merchants, and artisans of Salvador and the Recôncavo, 1680-1725*. Austin: University of Texas, 1978, Introdução.

112 *Segredos...*, Cap 7, item "Do crescimento ao declínio e ressurgimento", p. 146-7

113 *Trato dos viventes — Formação do Brasil no Atlântico Sul. Séculos XVI e XVII*, São Paulo, Cia das Letras, p. 310.

114 Antonio Carlos Jucá de SAMPAIO, *Na encruzilhada do império: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c.1650-1750)*, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2003, cap 2 "Na curva do tempo: o agro fluminense e suas transformações", p. 101-137.

115 *A trama das tensões: o processo de mercantilização de São Paulo Colonial (1681 - 1721)*. São Paulo:

Simultaneamente à expansão do mercado, o poder das elites locais entrou em conflito com os comerciantes e a realização de seu negócio. Esta tensão levou, de um lado, a recomposições entre os dois grupos em graus variados, através de casamentos, a depender do contexto de cada região, o que levou à sobrevivência de elites e à mitigação de conflitos; mas, a despeito destas soluções, o andamento do mesmo processo *foi limitando as estratégias das elites agrícolas em interferir nas condições mais imediatas a que chegava o seu alcance*, como o arbítrio ao preço do açúcar e o privilégio de levar suas dívidas à moratória — diziam os senhores de engenho que "a necessidade não conhece lei"! Este processo vai se concluindo aos meados do século XVIII, cessando a possibilidade de interferência no mercado local, o que pode ser percebido no intervalo que vai da fixação de preços e designação de um mediador para a definição do preço do açúcar (em disputa entre senhores de engenho e negociantes), que tem como consequência trazer a negociação do preço para as margens do mercado internacional, à Lei do Açúcar, de 1752, que retira de vez a possibilidade de intervenção neste preço pela Câmara do Rio de Janeiro.¹¹⁶ Este é um dado importante, já que a intervenção nos preços do açúcar, sua grande fonte de rendimentos, era ao *mesmo tempo* uma situação de exercício de poder frente aos negociantes (no mais das vezes imigrantes e de condição social mediana) e uma forma de proteger sua condição de endividamento crônico: em suma, eram os limites ao mercado que o privilégio permitia. Esta perda de privilégios da açucarocracia, de fato, se deu *pari passu* com a ascensão dos comerciantes, em diferentes escalas e cada qual com seu contexto, entre a Bahia, Rio e Pernambuco, que receberam estudos que se tornaram referências. À Bahia, por exemplo, devido à particularmente forte posição dos senhores na relação do poder local, garantiu-se a proteção contra a quitação por dívida do capital fixo de engenhos em inúmeros processos¹¹⁷. Ao Rio de Janeiro, de outro lado, esta situação levou ao declínio de famílias de potentados locais, preparando o terreno para que aos Setecentos sobrevivessem apenas as famílias que casaram com comerciantes¹¹⁸. O que é notável neste processo é que no seu transcorrer dá-se a organização de

FAPESP, 2002.

116 João FRAGOSO, "Fidalgos e parentes de pretos: notas sobre a nobreza principal da terra do Rio de Janeiro (1600 - 1750), in João FRAGOSO; Carla Maria Carvalho de ALMEIDA; Antonio Carlos Jucá de SAMPAIO (orgs.), *Conquistadores e negociantes. Histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII*, 2007, p. 99.

117 SCHWARTZ, *Segredos...*, Cap 7, item "Estratégias dos senhores de engenho", p. 169-176.

118 Antonio Carlos Jucá de SAMPAIO, "Famílias e negócios: a formação da comunidade mercantil carioca na primeira metade dos setecentos", in João Luis Ribeiro FRAGOSO; Carla Maria de Carvalho de ALMEIDA; Antonio Carlos Jucá de SAMPAIO (orgs.) *Conquistadores e Negociantes — História de elites no Antigo Regime*

comunidades mercantis com identidade, interesse e discurso próprios¹¹⁹; já no início do XVIII o Conselho Ultramarino reconhece os homens de negócio quanto à utilidade de seu pecúlio para a manutenção da conquista, estendendo-os igualmente o acesso à condição de nobreza¹²⁰ — já se vê, são tensões que vão amadurecendo para que à época de Pombal se implemente a incorporação definitiva do grande comércio como atividade nobre. Por último, não deixa de ser igualmente um processo de transformação e racionalização da produção e distribuição que, colocado à Bahia como alternativa para a economia açucareira em crise, na condição da instalação de refinarias e aprimoramento dos transportes, apenas entrou em debate pelos contemporâneos¹²¹, para realizar-se em São Paulo.

Se os mercados (locais e regionais) expandem no período, se este é um processo em que o negócio provoca tensões para realizar-se em uma devida situação de mercado, este também é um movimento em que os mercados se aproximam uns dos outros. Aqui cabe recuperar a análise dos estudos de Luis Felipe de Alencastro dedicada no capítulo anterior. Como vimos, apesar de brilhante, a definição de Alencastro para uma *adequação espacial e social* da colônia, no influxo do ouro das gerais, não se verifica nos termos em que o autor propõe. O efeito do mercado, que primeiro atizou Domingos Jorge Velho, líder da bandeira que finalmente venceu Palmares, a se posicionar próximo às praças marítimas, pedindo à Coroa terras em Pernambuco (pela interessante falta delas em São Paulo, gostosamente captadas nas comunicações) e chamando familiares e chegados a lá habitar — este efeito não vem apenas do espaço atlântico senão no mercado interno, onde, antes mesmo da década inicial dos setecentos terminar, se verifica uma intermitente metamorfose do bandeirante, que vai se dedicando a atividades em torno do comércio e abastecimento, entre São Paulo, Minas e Rio. Como ressaltamos no capítulo anterior, Alencastro lê o processo enquanto a desarticulação das redes internas de aprisionamento indígena a serem integradas ao circuito estabelecido, português, que recolhe tributos diretamente em África, para, desta forma, concluir belamente um raciocínio que se liga à tradição que vem desde Celso Furtado, renovando-a, assentando os marcos de mudança ligados ao ouro. Sugerimos, enfim, que por trás desta leitura está a definição (imagem) de Karl Polanyi para a

nos trópicos. América Lusa, séculos XVI a XVIII, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2007, p. 260.

119 SAMPAIO, "Famílias...", item "Conclusão: a construção de uma identidade", p. 260-263.

120 CABRAL DE MELLO, *A fronda dos mazombos — Nobres contra mascates, Pernambuco, 1666-1715*, São Paulo, Editora 34, 2003, p. 208-9.

121 SCHWARTZ, *Segredos...*, p. 165-6; 205-6.

formação do mercado interno, que, através da ação do Estado, alterou a configuração econômica, social e política, ao ligar mercados distintos, o local e o de longa distância (que operavam não apenas em lógicas distintas mas também eram dominados por classes diferentes, institucionalmente separados pela estrutura de poder da cidade medieval), sendo este o passo decisivo para a institucionalização do mercado formador de preços, isto é, *liberando a operação dos mecanismos de mercado dos limites do modo em que a vida estava organizada*¹²². No entanto, como vimos em Ilana Blaj, podemos dizer que as redes de apresamento terminaram por alimentar um processo de mercantilização, orientando a produção (de alimentos) para o mercado, processo que, mesmo quando chega ao fim um período de ouro que atravessou o século, tem a partir das duas últimas décadas da centúria a intensificação e desdobramento da articulação mercantil então traçada: ao invés da emulação do mercado interno de Polanyi, que, através do ouro (nosso Estado!), faria a transformação dos lugares geográficos em lugares econômicos, para gerar então um contexto de produção de mercadorias, pensamos ver aí mercados que se aproximam, *que se chamam uns aos outros*, em contextos locais/regionais que exportam mercadorias entre si — assim, ficamos mais próximos das sugestões de Alain Caillé¹²³, que lê os estímulos do mercado na “forma de um sistema, uma articulação determinada de muitos mercados particulares”. Ou, como diria Caio César Boschi, nem tudo que reluz vem do ouro!¹²⁴

Com isto ficam definidos os elementos que, para melhor compreensão, vamos encontrar nas tensões vividas pelos contemporâneos.

122 Para a definição de mercado interno de Polanyi:

"Como sabemos, num estágio posterior os mercados se tornaram predominantes na organização do comércio exterior. Entretanto, do , ponto de vista econômico, os mercados externos são algo inteiramente diferente, tanto dos mercados locais quanto dos mercados internos. Eles não diferem apenas em tamanho; são instituições de função e origem diferentes. O mercado externo é uma transação; a questão é a ausência de alguns tipos de mercadorias naquela região. A troca de lãs inglesas por vinhos portugueses constitui um exemplo. O comércio local é limitado às mercadorias da região, as quais não compensa transportar porque são demasiado pesadas, volumosas ou perecíveis. Assim, tanto o comércio exterior quanto o local são relativos à distância geográfica, sendo um confinado às mercadorias que não podem superá-la e o outro às que podem fazê-lo. Um comércio desse tipo é descrito corretamente como complementar. A troca local ente cidade e campo e o comércio exterior entre diferentes zonas climáticas baseiam-se neste princípio. Um tal comércio não implica competição necessariamente, e se a competição levasse à desorganização do comércio não haveria contradição em eliminá-la. Em contraste com o comércio externo e o local, o comércio interno, por seu lado, é essencialmente competitivo. Além das trocas complementares, ele inclui um número muito maior de trocas nas quais mercadorias similares, de fontes diferentes, são oferecidas em competição umas com as outras. Assim, somente com a emergência do comércio interno ou nacional é que a competição tende a ser aceita como princípio geral de comércio". Karl POLANY, *A grande transformação*, Rio de Janeiro, Campus, 2000, p. 80.

123 "A dominância do mercado", in *Ler Braudel*. Campinas: Papirus, 1989, p. 112.

124 Caio César BOSCHI, "Nem tudo que reluz é ouro", in Tamás Szmrecsányi (org). *História econômica do período colonial*, São Paulo, Hucitec, 1998.

Tensões

Neste passo, seguimos mais de perto algumas revoltas ocorridas ao início do Setecentos, as convulsões que colocaram uma ameaça para a autoridade metropolitana. Laura de Mello e Souza e Maria Fernanda Bicalho nos dão o contexto em que as alterações se deram:

Essas convulsões, ou motins, não foram os primeiros atos de insubordinação que aqui ocorreram. No século anterior, os colonos haviam entrado em atrito com os jesuítas no Maranhão, no Rio de Janeiro e em São Paulo, de onde chegaram a expulsar os padres. Uma dessas revoltas, a da Cachaça, ocorrida no Rio entre 1660 e 1661, apresentara ainda motivos antifiscais, ou seja, de insatisfação dos habitantes com os impostos cobrados em nome da Coroa. A novidade do século que começava, com guerra nas fronteiras, minas de ouro por explorar e um novo rei no trono, foi apresentar revoltas nas quais o conflito com os missionários da Companhia de Jesus por causa da escravização dos índios ia arrefecendo, enquanto cresciam as hostilidades contra os impostos e as autoridades do governo. Não se pode, contudo, dizer que esses foram motins polarizados, tendo de um lado os explorados e de outro os exploradores. Naquela época, a sociedade da América Portuguesa já era suficientemente complexa para abrigar tensões e conflitos variados, nem sempre redutíveis a meras oposições. Assim, colonos engalfinharam-se com colonos, e autoridades da metrópole se opuseram a companheiros de administração. O século começava tenso, e seus primeiros vinte anos seriam marcados por uma sucessão de revoltas e motins, constituindo um conjunto em que, pela primeira vez, a dominação portuguesa na América do Sul corria sério risco¹²⁵.

Através delas¹²⁶, observamos mais de perto as tensões entre grupos que se ancoram na tradição — no mais das vezes respaldada por uma antiguidade de serviços prestados à Coroa, não raro remetendo-se à geração de conquistadores — para desqualificar os adventícios, majoritariamente de origem social mediana ou mesmo pobre, que, saindo sobretudo do norte de Portugal, vem tentar uma chance de escalada social a partir de negócio pequeno. Assim, em Minas, espreitando o contexto em torno da Guerra dos Emboabas, podemos ver como os paulistas se arvoraram em sua tradição de desbravadores e sertanistas, ao disputarem com forasteiros o controle de terras e do aparelho administrativo, que, apesar de não prover muitos cargos, dadas as

125 Laura de MELLO E SOUZA, Maria Fernanda BICALHO, *1680-1720: O império deste mundo*, São Paulo, Cia das Letras, 2000, p. 64-5.

126 Focaremos aqui a Guerra dos Emboabas e a Guerra dos Mascates; os demais conflitos, com marcas espressamente antifiscais, não serão analisados. No mais, seguimos a narrativa das autoras.

poucas oportunidades, chegava a significar muito.

Em linhas gerais, o atrito descambou quando um potentado local, Manuel Borba Gato, tratou de impor sua força ante uma figura proeminente do lado dos forasteiros e a viu não se realizar. Ao fim da primeira década do século algumas fortunas já se haviam feito, especialmente em torno dos caminhos que levavam à região mineradora. Os paulistas, com o conhecimento e familiaridade das matas que adquiriram junto aos indígenas, eram os responsáveis pelas construções, e rapidamente uns poucos à testa desta empreitada açambarcaram o direito de cobrança pela passagem às estradas e o fornecimento de alimentos ao seu redor. Por aí surgiram figuras que marcaram a primeira história das minas, como Manuel Borba Gato, um ícone do tipo valentão que esta história nos deu a conhecer, e que está ao centro do conflito. É preciso ter em mente, ainda, que a região, bem como a capitania de São Paulo, apenas mais tarde se separou da administração da capitania do Rio de Janeiro, não por acaso ao fim de duas décadas de alterações que grassaram a colônia — o que significa dizer que, apesar do parco aparelho administrativo (necessário para definir regras e controlar a extração de ouro), as terras recém habitadas não eram ocupadas por uma autoridade metropolitana a exercer a ordem.

Dito isto, ao atrito descambado pela recusa de Nunes Viana — associado a figuras de comércio mais grosso que fizeram a riqueza à colônia (ele mesmo vivendo de mascates e da venda de gados) — a aceitar uma ordem de Borba Gato para sua expulsão, o conflito entre paulistas e emboabas estreitou-se para as fontes de poder na região. Em situação de escassez alimentar, em 1707 (aliás muito comum conforme o contingente populacional crescia), a solução proposta para a situação, a abertura de um contrato de fornecimento de carne, deixou nas mãos de uma dupla de cariocas o monopólio para o provimento de gado, para a ira dos sertanistas; no ínterim, uma zanga na região agudizou ainda mais a tensão, ao colocar em questão o direito ao uso de armas, limitado por leis do reino, porém para o qual os paulistas, de posse de sua antiga habitação, colocavam-se como os únicos legítimos a portá-las, firmando então seu monopólio. Em dado momento, ao impedir que um português carregasse armas, detonou-se o conflito envolvendo os dois grupos, que atravessou pouco mais de dois anos, para terminar em 1709. No decorrer das escaramuças os emboabas conseguiram expulsar os paulistas e aclamar Nunes Viana governador das Minas, que de fato chegou a organizar um governo de verdade, controlando a administração do território — o que terminou por abrir perigoso pretexto perigoso para a

administração portuguesa. Nomeado novo governador da capitania do Rio de Janeiro, Antônio de Albuquerque Coelho de Carvalho finalmente rendeu Viana a Agosto de 1709. O conflito não terminaria por aí, pois os paulistas não toleraram ficar com os brios feridos. (Iam ainda mais enfurecidos, pelo torpe episódio que se veio a chamar de "Capão da Traição", quando os forasteiros ordenados por Nunes Viana assassinaram paulistas aglomerados no rio das Mortes, depois de renderem-nos sob a promessa de deixá-los em paz). Desta forma, após a volta do novo governador ao rio, fizeram a sua vingança, em enfrentamento que deixou oitenta mortos do outro lado.

Se podemos ver aí uma tensão que passa obviamente pelo atrito entre grupos de recém-chegados e um outro lado já assenhoreado de uma identidade bem definida, calcada na antiguidade de sua ocupação, na memória de seus feitos e, mesmo os paulistas, nos serviços prestados à Coroa que podem recuperar atos de gerações mais antigas, pode-se ver também a tensão no acesso ao poder administrativo local, e como a carreira de ascensão ligada à riqueza também passa por esta disputa. Em Pernambuco, correndo paralela e estourando apenas pouco depois das contendas que vimos, **um novo conflito tornaria *organizada e precisa* uma tensão que às minas ainda não estava de todo delimitada.**

Ali, a este tempo, o atrito era representado pelas cidades de Olinda e Recife, aquela controlada por senhores de engenho, de onde mantinham seu poder, esta o centro onde radicavam os comerciantes, reinóis, Recife que crescia e prosperava na mesma medida em que Olinda decaía. As condições que o contexto dava para a reprodução de um e outro grupo jogam alguma luz a este estado de coisas, como demonstra Evaldo Cabral de Mello:

Ao longo da segunda metade do Seiscentos, a capitania vivera no rescaldo do quarto de século da guerra holandesa. Tendo confiscado os louros da vitória sobre os invasores, a nobreza da terra adotou uma atitude de exclusão e aparteísmo perante a camada de imigrantes reinóis que, enriquecendo-se na terra, ascendiam à condição de negociantes de grosso trato. A partir dos anos 1650 ocorreu a degradingolada dos preços do açúcar no mercado internacional, decorrente da concorrência antilhana, e isso no momento em que se tratava de reerguer o sistema produtivo destruído pelos anos de guerra. Entre 1680 e 1689, o preço do açúcar brasileiro equivalia a 1/3 do que fora três decênios antes. Por sua vez, o comércio reinol monopolizando o crédito usurário aos engenhos, a exportação de açúcar e o abastecimento de gêneros de primeira necessidade (para não falar nos lucrativos contratos de

arrematação de impostos) transferiram os ônus da crise para o setor produtivo.¹²⁷

O preço do açúcar recuperou-se entre os dez últimos anos do século e primeiros cinco anos dos Setecentos; no entanto, no influxo do ouro brasileiro e da rápida demanda de escravos às minas, o preço dos escravos subia para além daquela, fazendo com que mesmo em boa conjuntura se impusesse um peso considerável à estrutura de custos dos senhores. Acirrando esta condição, o preço do açúcar caía uma vez mais, então devido à entrada de Portugal na Guerra de Sucessão Espanhola, abrindo ainda mais a distância entre o crédito já adiantado e a possibilidade de apaziguar as dívidas quando a safra realizada fosse comercializada, colocando mais lenha na fogueira que era a relação entre os grupos e seu ódio mútuo. No correr de tais turbulências, nada menos que quinze ou dezesseis navios saídos do Recife ou a ele destinados extraviaram-se nos mares entre os anos de 1707 e 1710¹²⁸. A este momento estouraria o conflito marcado por desavenças que foram se avolumando desde a reconquista da capitania aos holandeses (1645-1654), conforme a sede da capitania permaneceu em Olinda. Dado seu estado de ruínas (não menos semelhante à açucarocracia que enfurnou-se ao campo), apenas parcamente habitada, era muito pouco atraente a governadores e representantes da Coroa, preferindo a urbanidade de Recife, onde acabavam permanecendo seguidas estações, para receber frequentemente admoestações de El Rei, geradas por protestos e pressões dos olindenses; de outro lado, os mascates, após algumas gerações que se contentavam com a carreira comercial, passaram a espreitar a edilidade, conforme a trajetória de ascensão vinha junto com a necessidade de um concomitante prestígio social, mas sobretudo para ter direito a votar nas decisões sobre os tributos que Recife, não sendo vila, pagava à Câmara de Olinda, cujos cargos seus ciosos burgueses não pretendiam perder o monopólio.

Assim, desde o último quartil dos Seiscentos os mascates buscavam penetrar no espaço

127 Evaldo CABRAL DE MELLO, *O nome e o sangue — uma parábola genealógica no Pernambuco colonial*, São Paulo, Companhia de Bolso, 2009, p. 39. Aí, entre as páginas 39 e 41 o autor faz uma síntese da história da Guerra dos Mascates.

128 CABRAL DE MELLO, *A fronda...*, p. 149. Utilizamos a narrativa e as análises que faz ao capítulo 4, "Loja x engenho", como base para o quadro que segue.

político ao menos como eleitores — para eleger-se aos cargos da municipalidade ainda não havia brecha alguma —, e não tardou para que mascates reivindicassem participação na eleição para decisão dos impostos, o que levou ao protesto da açucarocracia contra a injustiça de tolerar que "forasteiros estabelecidos na capitania para tratar de negócios privados começassem a ter influência na política da terra"¹²⁹. Em meio às tensões, a Coroa buscava gerir o conflito equilibrando a situação com diferentes cessões para as duas partes; contudo, a virada do século, marcada pela mudança do reinado de d. Pedro II ao de d. João V, viu a balança se inclinar a favor dos mascates — se as sugestões da Coroa à sua entrada nas funções públicas não se realizavam, as alianças que os mercadores fizeram com a autoridade régia, agindo por vontade própria, acabaram por abrir os caminhos. Conforme correu a primeira década, o pavio foi queimando até se aproximar da pólvora, com um representante régio (o ouvidor Guedes de Sá, em 1703) agindo de súbito para interferir nas regras e introduzir mascates às eleições municipais; a tensão ficou irresolvida de meados até o fim da década, e no momento decisivo do caso (1709), acertou-se por dar razão aos de Olinda, mas, ao mesmo tempo, para neutralizar o descontentamento dos mercadores, emancipou-se o Recife a vila, separando a jurisdição dos plantadores à dos comerciantes. Contudo, no calor do momento, aproveitando o compasso de espera à decisão dos limites incorporados na nova jurisdição, detonou-se a tensão: o governador Sebastião de Castro Caldas, sem consultar a justiça (o ouvidor, que favorecia a *nobreza da terra*), antecipou-se à ordem real e determinou que se erguesse o pelourinho e elegessem o novo poder local. Então, sucedeu-se situação semelhante às idas e vindas da Guerra dos Emboabas: pouco depois do gesto, aos fins de 1710, entre uma tentativa de assassinato de Castro Caldas e a consequente represália, milícias comandadas pelos olindenses fizeram fugir o governador para a Bahia; até meados de 1711 a nobreza manteve-se no poder, desfazendo a autonomia de Recife e demitindo reinóis de cargos públicos; quando veio a reação dos mascates, antes que uma série de combates terminassem aportou à capitania o novo governador que a Coroa mandara, Félix Machado, orientado a dar uma lição definitiva na nobreza da terra, o que fez restituindo a autonomia a Recife e prendendo os chefes do grupo de Olinda e confiscando seus bens.

No quadro que ora penetramos, queremos sobretudo ressaltar a clareza que o episódio põe à tensão que viemos sugerindo desde o início deste tópico, percebida no choque entre senhores e

129 MELLO E SOUZA, BICALHO, *1680-1720...*, p. 70.

comerciantes, entre um grupo apoiado na tradição e outro de adventícios. Neste contexto, **princípios opostos se debatiam na mesma medida em que a tensão do negócio escancarava o atrito entre a ideologia de uma elite falida, aferrada em sua identidade e prerrogativa de nobreza, e o peso econômico e comportamento calculista de um grupo social ligado à ascensão alcançada pela riqueza.** Para estes, a prodigalidade da açucarocracia abria um abismo ante sua ética de trabalho, sendo igualmente verdadeiro o contrário: os olindenses tinham verdadeiro ódio das pretensões desses que esqueciam seu passado bufarinheiro e, após tanto envilecer no mecânico ofício de pesar e medir atrás dos balcões das lojas, ousavam sair do seu lugar para penetrar o espaço político. No dizer de Laura de Mello e Souza e Maria Fernanda Bicalho, com o lance

Abria-se (...) talvez o mais fundo movimento social até então havido na América Portuguesa, marcado, como nenhum outro, pelo choque entre princípios organizadores de uma sociedade de ordens — o nascimento, a honra, a estima — e os de uma sociedade de classes — o mérito individual, a riqueza, o sucesso. Senhores de engenho opunham-se a mercadores, filhos da terra opunham-se a portugueses, a aristocrática vila de Olinda se levantava contra o Recife dos 'mascates' — como passaram a ser designados, de forma pejorativa, os seus moradores. Reeditava-se, em muitos aspectos, a guerra emboaba: a consciência das possibilidades de cada grupo era, entretanto, delineada de forma muito mais nítida no novo episódio¹³⁰.

No entanto, ainda podemos ir além, e perceber, correndo ao fundo do conflito, como o atrito chega ao ponto de romper os velhos privilégios — ou, como a *tensão do negócio* força a sua realização em uma devida *situação de mercado*, que, se não vem desacompanhada de novos privilégios, vem no bojo de processo de mercantilização nos variados contextos regionais, como veremos. Para tanto, é necessário voltar para as transformações geradas com a restauração.

A açucarocracia foi bem sucedida em tomar para si os louros da expulsão dos holandeses, e através da restauração consolidou seu domínio sobre os mascates. O processo por que passou, como aponta Cabral de Mello, "pode ser descrito sob a forma de metamorfose sociológica e reinvenção política". Com a primeira, "transformou-se em 'nobreza da terra', a fim de legitimar seu monopólio do poder local". Simultaneamente, "surgiram o discurso e a prática genealógicos, destinados a justificar o novo *statu*, paralelamente à noção do caráter aristocrático da colonização

130 idem, p. 72

duartiana. Destarte, acrescentava-se o sangue, qualidade inata, aos méritos adquiridos na guerra holandesa."¹³¹ É de posse desta condição aristocrática, com feitos em guerra, aliás perfeitamente cabíveis nas concepções vigentes, que vai fazer suas reivindicações pelo século afora, requerendo a si a reserva dos cargos públicos e demais privilégios.

É desta forma que encontram com as pretensões dos mascates ao último quartil do Seiscentos. Estes, por sua vez, passavam também por certa metamorfose. Depois de tomar feição especializada a meados do século, cessando a coincidência do produtor e mercador na mesma figura, uma marca da fase quinhentista, esta figura que chega mesmo a exportar sua produção — mudança, inclusive, marcada pela separação gerada pela guerra com os holandeses, deslocando e distanciando produtores e comerciantes, além do que a presença holandesa dotou o Recife de uma especial influência mercantil —, foi apenas a segunda geração de mascates que tentou promoção social e política, "a que seus antecessores não tinham atrevido". Então, já comerciantes de grosso trato, suas atividades ramificavam-se do comércio com a costa da África à exploração de trapiches e armazéns, à administração fazendária (arrematação de contratos de impostos, feitoria e escritania da alfândega e da fazenda, tesouraria da junta de comércio) e da justiça (tabelionatos e cartórios), bem como obtinham bens de raiz, muitas vezes apossados por execução de dívidas¹³². Nesta condição, passam a pressionar por entrar nos cargos da municipalidade; em dado momento, a nobreza abriu pequeno espaço a sua entrada, reservando-lhes uma participação minoritária nos postos da administração local, como procurador do conselho, a que, cuidando dos bens municipais, servia-lhes a experiência e era prática corrente no Reino. *É nesta situação que vemos as tensões colocarem as concepções vigentes em movimento.*

De início (cerca de 1690), os senhores são bem sucedidos em recorrer ao *status* de nobreza, vendo seu privilégio e monopólio da política, reivindicando feitos em guerra, serem corroborados pelo rei. Então, protestam à Coroa que os funcionários régios, ao atropelo da lei, estão "obrigando-os a elegerem nos cargos honrosos da república a homens mercadores que não eram naturais da terra nem tinham a qualidade que se requeria para ocuparem os ditos cargos, devendo ser providos em pessoas nobres e que serviram na guerra"¹³³, mantendo-se a interdição

131 CABRAL DE MELLO, *A fronda...*, p.159.

132 *ibid*, p. 152-4.

133 *Ibid*, p. 188.

dos mercadores por decisão real. Como aponta Evaldo Cabral de Mello, a discriminação estava inclusive dentro "das concepções vigentes segundo as quais a gestão dos negócios públicos competia à nobreza, grupo social que reunia maior soma de autoridade", isto "quer graças aos dons congênitos que se julgavam transmitidos pelo sangue ('virtude'), quer mediante os adquiridos pela educação ('doutrina')"¹³⁴. **Igualmente, logo adiante** (quando da burla de Guedes de Sá em inserir os comerciantes nas eleições, em 1703) **reencontramos o terreno destas concepções no memorial que a nobreza envia ao rei na década seguinte**, protestando, entre outros pontos, contra a eleição de mercadores como almotacéis, cabendo "a representante seu fixar os preços dos gêneros de importação que vendiam e dos produtos da terra que compravam". Desta vez é a parte tocante às regras da economia que vem à tona neste terreno da tradição; como destaca Cabral de Mello,

Neste particular, os pró-homens se escoravam na tradição municipal do Reino, ainda compenetrada nos princípios do "bem comum" e do "preço justo", que previam a interferência das autoridades na regulamentação da vida econômica para obstar aos abusos da ganância individual.¹³⁵

No entanto, a esta altura, as tentativas de representação à Coroa soçobram junto com o irrealismo do *status quo*, caindo como que o chão que ancorava sua representação ideológica. Neste importante documento que é o memorial, vê-se que a açucarocracia se valeu de todas as instâncias que privilégio podia alcançar. Pediu pela proibição à entrada de mascates no comando das forças de milícia e também para a ocupação da função de almotacel¹³⁶, bem como, de fundamental importância, requisitou a retirada dos comerciantes das funções camerárias a que Guedes de Sá os havia alçado, para que fosse cumprido seu direito exclusivo sobre os cargos;

134 Idem. O que se completava com o terreno jurídico à colônia que exigia limitava aos naturais da terra o acesso à eleição da Câmara: "Quanto à exigência de naturalidade, os pró-homens pisavam terreno juridicamente sólido, de vez que o regimento eleitoral baixado pela Coroa (1611) e provisão anterior (1670) que emendara exigiam que a eleição dos oficiais camerários recaísse nos naturais da terra, ou seja, do termo do município." p.189

135 Ibid, p. 196. Pode-se acrescentar que, com isso, "a nobreza podia posar de defensora das camadas subalternas da população pobre mas livre, seja a urbana, seja a rural, em matéria de aprovisionamento. Nos primeiros anos do século XVIII, o abastecimento da capitania, sempre precário, tornara-se particularmente insuficiente em consequência do desenvolvimento da economia mineira, que atraía não só a mão-de-obra escrava mas os bens de consumo destinados a Pernambuco". p. 196

136 "O almotacel policiava o comércio, fiscalizando os pesos e as medidas e os preços dos víveres, o que tinha uma importância crucial para o comércio reinol e para os produtores rurais. Estes últimos, como sublinhou o cronista do partido da nobreza, é que saíam perdendo com a designação de mascates, que se arranjavam para que 'os gêneros conduzidos a mercado pelos matutos se taxassem em preço mui baixo e os que vendiam os mascates taberneiros se estimassem em subido preço'." CABRAL DE MELLO, *O nome e o sangue...*, p. 34.

manifestou também sua hostilidade aos ouvidores e juizes-de-fora, cujo amor pelo dinheiro desfazia as regras colocadas; e ainda, detalhe importante, remexeu no terreno da execução por dívidas e pediu isenção aos bens dos senhores de engenho e lavradores de cana, para que se recaísse a execução apenas aos rendimentos, alcançando isto também os lavradores de mandioca. A matéria veio sucessivas vezes sendo tratada ao longo dos Seiscentos, sendo a provisão passada primeiramente à Bahia em 1663; a Pernambuco o privilégio foi concedido em 1668, renovado em 1676, 1683, 1690 e 1697. No entanto, como nos diz Cabral de Mello, "o dispositivo não funcionava a contento, de vez que comerciantes e magistrados exploravam o hiato legal entre a expiração da ordem anterior e a recepção de nova carta régia", e acrescenta ainda que "os governadores recorriam à tropa na cobrança de débitos, seja para se reembolsarem de créditos que haviam avançado por intermédio dos seus testas-de-ferro, seja para atender as instâncias dos seus parceiros comerciais"¹³⁷. Portanto, é neste contexto que ao memorial reivindicou-se "no sentido de que o privilégio se tornasse perpétuo, dispensando a renovação periódica"¹³⁸. Contudo, tal aceitação pelo Conselho Ultramarino abriria uma "derrogação perigosa do direito de propriedade", fazendo-se necessário "restringir o privilégio"¹³⁹, e, se concordou, entre outras reivindicações, com a exclusão dos mercadores do governo municipal, manteve-se a participação dos recifenses como "eleitores de primeiro grau" e não se anulou a participação dos comerciantes que ingressaram ao pleito pela tramóia de Guedes de Sá, motivo causador da reação presente no Memorial.

O que queremos destacar aqui é que, em meio à trama das escaramuças, a possibilidade da nobreza da terra em agir conforme sua prerrogativa foi colocada em xeque. Menos de um ano depois do envio do memorial, no entanto, uma procuração dos mascates em Lisboa obteve

137 CABRAL DE MELLO, *A fronda...*, p. 203.

138 "no sentido de que o privilégio se tornasse perpétuo, dispensando a renovação periódica, protegendo também a pessoa dos beneficiados, que ficariam livres de qualquer prisão por dívida. Por fim, à maneira do praticado no tocante às dívidas com a fazenda real, pleiteava-se que, achando-se os devedores impossibilitados de operar suas fábricas, elas não fossem alienadas mas arrendadas a terceiros, de modo a serem devolvidas a seus senhores uma vez satisfeitos os débitos." Ibid, p.204.

139 "Tão longe não consentia em ir o Conselho Ultramarino, que endossava a opinião dos procuradores da fazenda e da Coroa contrária à extensão da prerrogativa, em que enxergavam uma derrogação perigosa do direito de propriedade. Urgia, pelo contrário, restringir o privilégio para que se arrematassem em hasta pública as propriedades oneradas em mais da metade do valor, transferindo-as a quem as pudesse explorar competentemente, como convinha ao bem público e ao erário régio. A não ser assim, seria deixar 'os credores jejuando'". Idem.

aprovação da regente d. Catarina para o acesso às funções municipais para a elite mercantil¹⁴⁰. Atentando-se ao saboroso documento, é notável que o protesto recaia aos nobres da terra no sentido de que os pareceres da Coroa sendo todos "a favor dos moradores do Recife, não é o bastante para que os da cidade, desvanecidos de fidalgos, se queiram sujeitar à *verdadeira inteligência da lei*"¹⁴¹.

A aprovação da regente não chegou a abrir as portas da Câmara aos mascates, e semelhante tramóia a que recorreu Guedes de Sá era agora empreendida por um ouvidor favorável aos olindenses, entre os meados da década de 1710. A história, como vimos, arrastou-se até a pressão dos mascates e o claro partidarismo dos administradores seus aliados terminar por conseguir a emancipação da vila, estourando o conflito final. Todavia, *as tensões do período haviam deslocado as concepções vigentes*, que num intervalo de quinze anos foram do endosso do monopólio do poder municipal devido a feitos guerreiros — de uma açucarocracia que dava todo o sentido da expressão "a necessidade não conhece lei", atribuída a Salvador Correia de Sá e tão propalada por senhores de engenho—, para enquadrar-se na verdadeira inteligência da lei. **Nestes últimos anos caía também a legitimidade do sangue imaculado da nobreza da terra**, com a investigação da ascendência de Felipe Pais Barreto, membro de uma das mais ilustres famílias da capitania, descobrindo-lhe uma avó materna cristã-nova, quando do processo de habilitação para tornar-se cavaleiro da Ordem de Cristo. O processo caíra nas mãos de gráúdo mercador recifense já incorporado ao seletivo grupo que vestia o cobiçado hábito da Ordem (denotando como que o grau mais elevado de estima social que as ordens da época conferiam), pouco depois do envio do memorial dos homens nobres de Pernambuco a d. Pedro II, e foi contaminado pelo conflito, delineando um pesado golpe à nobreza da terra. Não era pouco o que representava a identificação da mancha de sangue deste Pais Barreto, para ele a sua família bem como a seu meio, pois, se os primeiros eram afetados pelos princípios de honra debaixo dos quais se vivia¹⁴², com tal investida, no dizer de Evaldo Cabral de Mello, se "golpeava o monopólio do

140 "desde que fossem de grosso trato, sem assistirem 'em loja aberta, [nem] vendendo, medindo e pesando ao povo qualquer gênero de mercancia', só o fazendo mediante seus caixeiros". CABRAL DE MELLO, *O nome e o sangue...*, p. 40.

141 CABRAL DE MELLO, *A fronda...*, p. 208. Itálico adicionado.

142 "Era um golpe cuja rudeza é difícil imaginar atualmente. Na Espanha, em Portugal e nos seus prolongamentos ultramarinos, a noção de honra não denotava uma qualidade intrínseca do indivíduo, mas assimilava-se à reputação, à voz pública. Ou, na definição de Lope de Vega, '*honra es aquella que consiste en otro*', isto é, que depende essencialmente da opinião alheia. Destarte, na formulação feliz de Bartolomé Benassar,

poder municipal pela nobreza", igualando-se defeito mecânico aos defeitos de sangue¹⁴³. Para concluir, ainda que a mudança na relação de forças dos episódios conta com o papel fundamental dos representantes do rei agindo em partido próprio, sem que da passagem do reinado de D. Pedro II ao rei D. João V verificasse uma nova atitude consolidada nos quadros da alta administração — nos parece que *a tensão do negócio para realizar-se em uma devida situação de mercado, destacado dos privilégios da elite local, vai colocando necessidades que movimentam as concepções anteriores*. É o que nos mostra o historiador na bela cena, ao comentar a insatisfação dos homens de negócio em relação ao acesso que, deferido pela regente, não lhes abria as portas da Câmara:

É óbvio, porém, que a solução dada pela Coroa já devia parecer insuficiente a indivíduos eminentemente práticos que se viam, com dano para seus negócios, na obrigação de passarem as quartas e os sábados em Olinda, para onde se tinham de deslocar a cavalo pelo istmo, ou em canoa pelo Beberibe, a menos que dispusessem a algo mais prejudicial, como fosse habitar na cidade durante o ano de ofício. É o que explica o novo rumo da questão.¹⁴⁴

Como coloca o autor, "a diligência mascatal era mais útil ao Estado do que a qualidade antitética da proeza que singularizaria os pró-homens"¹⁴⁵. A nobreza da terra, que, como descrita na boca de um contemporâneo, pensava somente no uso, foi atropelada pelo valor da troca.¹⁴⁶

*

Antes de avançar ao tópico seguinte, uma breve nota sobre a metodologia empregada. Os

'a honra torna-se refém da reputação'. Em primeiro lugar, ela dizia respeito à virilidade e à bravura do indivíduo; à fidelidade da sua mulher e à castidade de suas filhas. Mas quando se instalaram na sociedade peninsular a Inquisição, a distinção entre cristão-velhos e cristão-novos e o intrincado sistema de discriminação contra as 'infectas nações', a honra passara também a definir-se como 'limpeza' ou 'pureza de sangue', a inexistência de ascendentes judeus, cristão-novos, negros ou mouros". CABRAL DE MELLO, *O nome e o Sangue...*, p. 28-9

143 Ibid, p. 189. Para análise exaustiva do caso e do personagem, ver do autor o já citado *O nome e o sangue*.

144 Ibid, p. 210.

145 Na continuação, "para empregar a dicotomia formulada por Veblen, tão ao gosto do bovarismo da nobreza da terra e tão sintomática do seu sistema de representações mentais". Ibid, p. 213.

146 "' Não viam receita e despesa, para o que não olham e somente para que se lhes dê o que pedirem para o seu uso e necessário. E assim se iam deteriorando os pagamentos, crescendo os empenhos e por este modo arruinando-se aqueles e não menos estes [comerciantes], pela falta que lhes fazem os pagamentos retardados para o curso do seu negócio. ", ibid, p. 149-50.

últimos vinte e poucos anos foram marcados por uma ida às histórias regionais, bem como a um refinamento teórico das perspectivas que ali se chocavam, a do Antigo Sistema Colonial e a do Antigo Regime nos Trópicos. Acreditamos que no decorrer deste tempo já se discutiu e acumulou material suficiente, bem como se sedimentou um campo comum em que discutir, a ponto de ser possível ligar as narrativas a um processo global por que passa a colônia ao período; **a articulação que propomos ao texto (aliás nada original) está apoiada na idéia de que as tensões são as mesmas** — como o atrito dos negociantes com as elites locais, que dominam as Câmaras — correndo ao fundo a tensão entre estamento e classe, que jaz ao chão deste processo: as tensões são as mesmas porque a natureza do processo é uma: *a determinação do negócio, que, na quadra em específico da passagem ao século XVIII, é percebida em um processo de mercantilização da sociedade colonial*. A maneira como as tensões se refletem e reconfiguram as relações entre os grupos sociais, bem como a temporalidade destas mudanças, são distintas e ligadas ao contexto de cada região. **Porém, as diferentes consequências geradas pelas tensões e as distintas aderências ao mercado** — a consequência mais forte —, **não negam, pelo que trazem de específico em cada contexto, a tensão básica que caracteriza o processo**. Assim, se tomamos o caso de Pernambuco como expressão emblemática das tensões que correm à base destes rumos, agora vamos ao contexto de cada região para daí chegar à visão de seu conjunto, a partir de como se apresentam os elementos desta questão.

Contextos

BAHIA

Saindo do contexto de Pernambuco e tomando a Bahia colonial, entre os séculos XVII e XVIII, a primeira coisa que nos chama a atenção é o contraste do aparteísmo e conflitividade entre nobres e mascates, no primeiro caso, com a convivência entre os mesmos grupos sociais no segundo, mitigando um atrito que jamais chegou perto daquele. É esta a importância da permanência do que Evaldo Cabral de Mello chamou de "fase quinhentista do açúcar brasileiro", a que fizemos alusão acima, na coincidência de produção e comércio ao mesmo sujeito. Esta condição abriu possibilidade de ingresso dos comerciantes no espaço político com a elite local, partilhando funções à Câmara bem como à Santa Casa da Misericórdia e irmandades religiosas.

Quem colocou o fenômeno em suas devidas traves foi David Grant Smith, citado por Evaldo no trecho que segue:

"A própria facilidade com que os comerciantes ricos pularam a barreira para tornar-se parte da elite impediu-a de se transformar numa corporação fechada que poderia ter marginalizado um grupo social economicamente poderoso e politicamente fraco, situação que quase certamente teria provocado conflito de classe". Destarte, "os homens de negócio continuaram a se tornar senhores de engenho-comerciantes e a casar na nobreza local", sem querer "suplantar a elite baiana mas aliar-se a ela", o que gerou "um processo permanente por meio do qual os comerciantes mais bem-sucedidos foram absorvidos na elite agrícola". Eis a descrição pelo avesso do que, na mesma altura, se passava em Pernambuco.¹⁴⁷

No entanto, mitigação do atrito não significou ausência de conflito de classe, como argumenta Stuart Schwartz. Os senhores de engenho estavam constantemente sujeitos à instabilidade da economia açucareira, e após o ingresso da produção antilhana entre as décadas de 1650 e 1660, com a queda do preço no mercado mundial (que duas décadas depois desceu a 1/3 do valor anterior à inédita concorrência), esta instabilidade significou a necessidade premente de interferir no que estava a seu alcance; ligando os pontos das diferentes instâncias em que agiam pode-se definir como operava a *política dos senhores de engenho*. É descrevendo o quadro das condições ideais para a realização de sua existência que Schwartz nos conduz à sua constituição:

Sua idéia de utopia era um mundo onde impostos e tarifas governamentais fossem baixos ou inexistentes, onde houvesse sempre um grande número de navios para transportar o açúcar, de modo a reduzir os custos de frete, e onde fosse constante, de boa qualidade e com grande volume a oferta de mão-de-obra africana, para que os custos dessa mão-de-obra permanecessem baixos. Mercadores e agentes comerciais, nesse mundo imaginário, participariam como um mal necessário, para fornecer capital e crédito, mas os senhores de engenho sonhavam com uma moratória das dívidas em tempos difíceis ou, pelo menos, com uma limitação da capacidade dos comerciantes de executar dívidas em atraso. Essencialmente, sonhavam com custos e impostos baixos, crédito fácil a juros reduzidos e preços altos para seu produto. Se compreendermos esses objetivos, um amplo conjunto de evidências documentais passa a fazer sentido. A política dos senhores de engenho, se é que se pode falar em tal coisa, era organizada em função desses temas, e qualquer piora nas condições acarretava

147 Ibid, p. 147-8.

Entre outras questões, tomaremos principalmente o que nos parece estar ao centro desta questão, a fixação de preços e a implementação do sistema de louvados, definindo árbitros para a mediação do preço entre os pólos agrícola e comercial, e a moratória das dívidas.

Antes de mais nada, é preciso ter em mente que, apesar de fortes, os senhores de engenho estão em constante tensão para manter seus privilégios. O privilégio da não execução por dívida, que, se não logra obter a moratória em todos os casos, desloca a captura do débito para os seus rendimentos, protegendo o capital fixo de sua fábrica, é mais claro à distância histórica; mas ele é igualmente exercido na petição para o impedimento da instalação de novos engenhos, já no contexto da queda do preço nos anos 1650-1660, nas imediações de fábricas maiores. É curioso como o episódio mostra a importância da manutenção da diferença no ambiente; novos engenhos representavam aumento da concorrência, que, se já fora a causa do prejuízo no mercado mundial, agravaria ainda mais a posição dos senhores, de modo que eles peticionaram a exclusão destas novas empreitadas para o interior, preservando sua posição. Outra situação interessante é a do aumento do tamanho das caixas em que se armazenava o açúcar. Sofrendo com impostos elevados, elevou-se mais e mais o tamanho dos recipientes, pois o tributo era cobrado por unidade de caixas que ficavam armazenadas para a exportação; deste modo, entre o século XVII e XVIII se viu a elite agrícola dobrar a dimensão delas, algumas chegando a pesar perto de 500 Kg, para evidentes reclamações dos carregadores, e outros protestos não menores quanto à disputa de padronização de seu tamanho para estancar as perdas do erário régio. Mas voltemos à situação das dívidas.

Ainda que esta proteção tenha atravessado os séculos, nem por isso foi desnecessário reafirmá-la de tempos em tempos, e o que é mais, o fato da medida ser aprovada não impedia a consecução das dívidas, de modo que entre a aprovação de uma nova lei e uma posterior consulta à Coroa para ratificá-la, os negociantes ou quem quer que tivesse interesse em ver um débito voltar ao seu bolso pressionavam pelo cumprimento da lei — não é gratuito, portanto, que neste ambiente de instabilidade e convivência permanente com obrigações em atraso, os senhores acudissem a que "a necessidade não conhece lei", e seus credores apelassem para sua aplicação,

148 SCHWARTZ, *Segredos Internos...*, p. 170.

marcando a história com intermitências entre a vitória de um e outro lado.

De todo modo, após a conquista da medida que permitia saldar as dívidas através dos rendimentos do açúcar e protegendo a fábrica — em meio às destruições causadas pela invasão holandesa em 1625-6, com o que mais de uma dúzia de engenhos faliram e os senhores inteligentemente argumentaram que sem a proteção não haveria demanda para manter os escravos trabalhando —, esta limitação aos credores foi tornada lei em 1663, renovada em 1673, para ser reiterada sucessivamente em 1681, 1686, 1690 e 1700, na Bahia como a outras capitanias, como mencionamos em tópico anterior. No entanto, sua obtenção provoca tensões de outro lado, que tem seu custo. Como aponta Schwartz, "os comerciantes, percebendo que poderia demorar 'quarenta ou cinquenta anos' para receberem uma dívida, mostravam relutância em emprestar dinheiro, ou elevavam suas taxas de juros para compensar o risco"¹⁴⁹. E aqui reencontramos a situação descrita à Pernambuco, de que de pedido em pedido chega-se a demandas de "derrogação perigosa do direito de propriedade". Assim, "em 1745 uma tentativa de obter uma moratória de cinco anos foi categoricamente rejeitada", e o privilégio, que permanecia em vigor para senhores de engenho e lavradores de cana, caiu em 1720, quando o tribunal da Relação deu ganho de causa a uma senhora que requeria o ressarcimento de empréstimo feito a um lavrador. No entanto, à Bahia, a posição dos senhores de engenho era especialmente forte, capaz de agir coletivamente, dada a concentração da produção açucareira em poucas mãos; isto dava coesão à perseguição dos objetivos do grupo, que, controlando a produção, fez valer sua política, atravessando os séculos. Assim, esta vitória, que Schwartz aponta como "sofritável", não representando "tudo o que os senhores de engenho esperavam", ainda assim marca a capacidade de influência política do setor açucareiro; noutro campo de disputa privilegiado, o dos preços locais, a mesma influência não se faz valer.

Este terreno segue o princípio de que os senhores de engenho, incapazes de alterar as regras do preço do açúcar no mercado mundial, buscam fazê-lo no preço local, melhorando sua condição relativa. De início, a Câmara teve um papel importante nesta tarefa — dado as suas funções básicas de controle de preços e remunerações —, jogando a favor dos plantadores, fixando o valor dos fretes e do preço do açúcar, mas, como aponta Schwartz, "após a formação da Companhia Geral do Brasil, a idéia de fixar o preço do açúcar na colônia tornou-se popular no

149 Ibid, p. 171. As demais citações deste parágrafo estão à mesma página.

seio da comunidade mercantil"¹⁵⁰. É um caso que a princípio é curioso, como admitem os próprios representantes da Companhia, argumentando, em 1655, "que 'muito embora preços fixos sejam em geral prejudiciais ao comércio, que com a liberdade se intensifica, o preço fixo é o único remédio para o Brasil'"¹⁵¹; no entanto, a questão é que a polarização entre senhores e comerciantes tornou bem vinda a fixação do preço para ambos, tornando-se uma condição necessária para os negócios, vindo a ser reconhecida pela própria Coroa, que no decorrer do processo, em 1677, chegou a ordenar que a Câmara parasse de interferir nos preços. O quadro sedimentava-se nas seguintes linhas: os senhores de engenho recebiam crédito para a importação de artigos necessários para a fábrica (como ferro e cobre) com a produção da safra seguinte como caução, mas os comerciantes frequentemente buscavam descer o valor da produção; de outro lado, os comerciantes receavam que os detentores do açúcar iriam segurá-lo até o último momento, quase à saída das frotas de volta à Europa, tornando os demandantes reféns de um preço alto. E assim um sistema de fixação foi regulamentado, o chamado sistema de "louvados".

Comerciantes e senhores de engenho elegiam seus representantes. Se os eleitos, os tais louvados, não chegassem a um acordo, dois juízes do tribunal da Relação da Bahia arbitravam a decisão, o que foi preciso aos últimos anos do Seiscentos e em vários momentos do século XVIII. A disputa seguia uma óbvia polarização entre as partes, com os senhores pedindo um preço aproximadamente 30% acima do valor real, e os comerciantes aceitando um valor 50% abaixo¹⁵². Como diz Stuart Schwartz, os "produtores constantemente reclamavam do alto custo dos escravos e alegavam que os preços baixos para o açúcar iriam tirá-los do mercado. Os comerciantes replicavam que se o preço fosse alto demais no Brasil, Barbados tiraria o açúcar brasileiro do mercado". Assim, o preço, que uma vez estabelecido devia ser aceito por todos, gerava vantagens esporádicas para um ou para outro, mas de fato fazia ambos ganharem com ele, por haver sido reduzida a capacidade de comerciantes e senhores de barganharem uma piora da condição do adversário. Curiosamente, o motor que gerou ganhos à elite agrícola não foi através de um privilégio seu, mas de uma fixação de preços que inclusive colocou a definição do preço local nas margens do mercado internacional¹⁵³. Neste caso, a determinação dos negócios lhe rendeu bons frutos.

150 Ibid, p. 173.

151 Idem.

152 Idem. As demais citações deste parágrafo vão à mesma página.

153 "Com certeza, o preço no mercado internacional definia os limites da negociação". p. 173

Todavia, a mesma determinação não logrou êxito para as propostas de José Peixoto Viegas, explanadas em um tratado seu para a economia açucareira sair dos impasses a que estava submetida desde os meados do século XVII, e que, em meados da década de 1680, chegava ao auge da crise. Então, os esforços de guerra gerados pela Restauração portuguesa (1640), que cessaram apenas em 1668 com um tratado com a Espanha, as alianças feitas com a Inglaterra para garantir sua proteção, o dote do casamento que selou a aliança real, mais o pagamento à Holanda para selar a paz entre os países, geraram todos uma necessidade enorme de dinheiro, que o império retirou de suas colônias. As câmaras municipais do Brasil taxaram a produção em seu espaço, e ao açúcar coube a maior fatia do ônus. A baixa dos preços do açúcar coincidia com um aumento dos impostos taxados à colônia, recaindo sobre a Bahia, principal produtor de açúcar, a maior parte da tributação. Assim entramos no contexto em que Viegas, o principal representante dos senhores de engenho¹⁵⁴, fez notar que a baixa dos preços do açúcar coincidia com um aumento dos impostos taxados à colônia, o que não é pouco, considerando que as taxas sobre o açúcar, que já não eram leves aos meados do século quando o preço mundial do produto ainda era bom, seriam pesadas mesmo sem o aumento da tributação. Desta forma, a solução proposta por Viegas passou pela construção de refinarias no Brasil.

José Peixoto Viegas, nos diz Stuart Schwartz, "conhecia todos os aspectos da economia baiana, e suas observações eram particularmente perspicazes"¹⁵⁵. Já habitava nela a quase quatro décadas quando da escrita do tratado, esteve ligado ao comércio e à arrematação de impostos, foi vereador em três ocasiões, adquiriu cargo à Câmara, tinha interesses na lavoura do fumo e na pecuária, e casou com a filha de um importante senhor de engenho. Ao reconhecer pormenorizadamente a situação por que passava a economia do açúcar, sugeriu uma desoneração tributária para, refinando o açúcar ao Brasil, vencer a competição com os concorrentes europeus. Deixemos que Schwartz nos revele a perspicácia do homem:

O problema do açúcar do Brasil não provinha de sua incapacidade de produzir um bom açúcar, mas das novas fontes de oferta. O açúcar brasileiro de melhor qualidade não aparecia nos mercados europeus porque os atrasos do sistema das frotas com frequência causavam a deterioração do produto nas caixas, enquanto ainda estava nos armazéns ou nas docas, e a inconstância das frotas

154 Charles BOXER, *O império colonial português. 1415-1825*, Lisboa, Edições 70, sem data, p. 156, de onde tiramos parte do contexto que vai abaixo.

155 SCHWARTZ, *Segredos Internos...*, p. 165, de onde tiramos o quadro que ora descrevemos.

levava a uma luta incessante na colônia entre comerciante e senhores de engenho quanto ao preço adequado do açúcar. A contínua e pesada taxaço do produto elevava tanto seu preço na Europa que outras nações criaram suas próprias colônias para suprir-se. O Brasil, que tinha fama de rico, estava na verdade à beira da ruína, e mesmo assim suportava um pesado ônus e contribuía mais para o império do que qualquer província abastada da própria metrópole. Juntamente com o abrandamento da carga fiscal, Peixoto Viegas sugeria que se criassem refinarias no Brasil para competir com as "nações do norte" e que não se remetessem os açúcares mascavo e panela à Europa, privando, assim, essas nações da matéria-prima de que necessitam para o refino.¹⁵⁶

Em primeiro lugar, é preciso ter em mente que não era comum aos contemporâneos a clareza de que as mudanças nas condições por que passava o setor açucareiro; compreendiam-nas o mais das vezes como fatos "acidentais ou exóticos, o resultado de epidemias ou secas, guerras ou impostos", em vez de perceber que eram "inerentes à estrutura de sua indústria"¹⁵⁷. Assim pode-se dar a devida dimensão a esta proposta para disputar a concorrência com os competidores e salvar o açúcar brasileiro. Fazê-lo, no entanto, seria ir contra os desígnios da colônia, e, de fato, Portugal continuou a arrecadar fundos com a tributação do açúcar para pagar dívidas diplomáticas e gastos militares (por sorte, a retomada de hostilidades na Europa dois anos depois do tratado, estendendo-se quase que num *continuum* até o fim da guerra de sucessão Espanhola, trouxe uma mais que bem-vinda recuperação do preço do açúcar). É o caso de dizer que o elemento da *competição* não cai bem em nenhum dos lados da equação: nem ao império português que tinha nas colônias seu principal fundo para se manter nas disputas interestatais, tampouco à colônia, aferrada que era a elite em seus privilégios — como, por exemplo, no caso em que para não piorarem sua condição relativa os senhores de engenho baianos excluíram, do litoral para irem ao interior, novas instalações nas imediações de fábricas já consolidadas. Assim, enquanto ao mesmo período a capitania de São Paulo passava por um processo de mercantilização (correndo por fora da malha tributária portuguesa e valendo-se, em sua base prévia, da captura, do trabalho e da exportação de indígenas), processo semelhante pensado à Bahia — que, no dizer de Schwartz, poderia também "melhorar as condições de transporte, construir armazéns ou estimular novas indústrias para um beneficiamento adicional do

156 Idem.

157 Idem.

produto"¹⁵⁸ —, jamais viria à luz. Seria necessário quase um século para que novas tensões no contexto mundial abrissem o objetivo de uma racionalização da exploração colonial pelo império português.

Um último passo precisa ser dado antes de terminar esta sessão, que é o do contexto do mercado e suas implicações na região. Conforme mencionamos em tópico anterior, o recôncavo baiano, no período da passagem ao século XVIII, conheceu uma expansão de mercado e mesmo um crescimento da cidade de Salvador. À princípio, o contexto de crise do setor açucareiro pode gerar apreensão a esta assertiva, dado que concentramos as linhas acima na queda do preço do açúcar e as incertezas para a realização da safra, em meio a grande tensão com os comerciantes em função de dívidas e o preço a ser pago pela produção; apesar da força dos senhores em manter o privilégio e uma regulamentação que, no final das contas, em si gerava ganhos para ambas as partes, isso não sugere tendência alguma de expansão, apenas de proteção de uma eventual ruína, numa acomodação a uma situação de mercado que nunca deixa de ser tensa, já que o conflito entre as classes permanece apesar de interesses recíprocos e convivência ao mesmo espaço. Para compreender o porquê de um ritmo de expansão em meio a esta trama, é preciso, basicamente, sair do contexto do açúcar e do ritmo da vida econômica ligado à conjuntura européia.

De início, é preciso tirar uma implicação da mencionada integração dos comerciantes à elite local, seu espaço político e seu círculo de convivência. Para o período imediatamente seguinte ao estudado por David Smith, o de 1680 a 1720, Rae Flory observou que esta contínua integração dos comerciantes significou não apenas o gasto de seu capital acumulado para ganho de prestígio social, mas a sua aplicação à produção açucareira. Assim, o setor foi marcado por uma contínua reciclagem de membros, dando condições para a perpetuação da produção mesmo em um quadro desalentador¹⁵⁹. De outro lado, dando mais um passo para dentro deste contexto do mercado, vemos que a consolidação dos laços da região com a Costa da Mina ao último quartil do século XVII se deu fundamentalmente através do tabaco¹⁶⁰. Assim, este período de virada de século fomentou uma expansão do cultivo de tabaco ao mesmo tempo que proporcionou ganhos importantes para a comunidade mercantil de Salvador, que terminou de se consolidar, em paralelo

158 Idem.

159 FLORY, *Bahian society...*, capítulo IV, "Bahia's senhores de engenho: a social, economic and political profile", p. 96-157.

160 Ibid, capítulo V, "Land and society in the tobacco district of Cachoeira", p. 158-216.

à comunidade de negociantes de Recife, como vimos, e do Rio de Janeiro, como veremos. Deste modo podemos entender a expansão do mercado em meio às incertezas do açúcar, pois, se os senhores tiveram dificuldades, não as tiveram os negociantes para continuar seu negócio, nos quais os senhores locais representavam apenas uma parte; igualmente, o tabaco, cultura que, apesar de também ser produzida em grandes plantações, era acessível a pequenos produtores e mesmo a pardos e eventuais negros alforriados, representando um muito pequeno investimento para a sua realização¹⁶¹— o que, junto com a demanda do tráfico de escravos, empurrava esta expansão adiante. Portanto, é desta maneira que os negócios se intensificavam e diversificavam e a cidade e suas atividades cresciam apesar da situação internacional desfavorável para o açúcar (ainda que consideremos a recuperação de seu preço entre 1689 e os primeiros anos do Setecentos); o que significa reconhecer que seu contexto não resume a vida econômica colonial. Feito este reconhecimento, podemos avançar para o quadro seguinte.

RIO DE JANEIRO

Assim como a Bahia, até o Seiscentos a capitania do Rio de Janeiro foi marcada pela coincidência, na mesma figura, do mercador e do senhor de engenhos, diferenciando-se daquela, no entanto, quanto ao papel que a região veio a ocupar no império português, com a União Ibérica (1580 - 1640) mas sobretudo após a reconquista de Angola (1648). Destes dois pontos é que vamos tirar as principais implicações de seu contexto bem como das transformações por que passou.

Analisando o Rio de Janeiro a este período, Antonio Jucá de Sampaio notou que o setor agrícola, assim como seu congênere baiano, integrava continuamente a seu círculo mercadores portugueses enriquecidos. No entanto, para além da tendência ao endividamento dos senhores de engenho, o autor destaca a transferência da acumulação mercantil para o setor agrícola, através das "atividades múltiplas" de sua elite¹⁶². Isto adquire um significado maior quando se afere que tal condição não muda mesmo em meio ao aumento da importância da capitania nos quadros do império português, entre o acesso à prata espanhola e tráfico de escravos com o porto de Buenos Aires (consequência da União Ibérica, que consolidou um comércio triangular da América

161 Idem.

162 Ibid, p. 76

Espanhola até Angola, passando pela praça carioca) e a reconquista da costa angolana. Então, mesmo em meio a este vulto dos negócios e os laços comerciais no espaço sul-atlântico, há pouquíssimos nomes de comerciantes registrados no rastro destas transações. Não há, nem chega a se organizar ainda neste século, uma esfera própria para a atividade mercantil empregar seus ganhos, daí a transferência de recursos para o setor agrícola; esta constatação é crucial, pois que esta situação "impedia a formação de uma elite mercantil distinta da elite agrária"¹⁶³. Antes de avançar um passo a mais, vamos explorar melhor as implicações desta questão.

Ao enveredar por este caminho, o autor quer contrastar a "vocação atlântica", apontada por Luiz Felipe de Alencastro, ao universo mais amplo que animava a vida econômica da capitania. Vale a pena repassar esta questão, sobretudo pela análise crítica dos efeitos que o mercado atlântico provocaria   sociedade, que analisamos no capítulo anterior. Conforme aponta Sampaio, para Alencastro,   em meio   União Ibérica e o domínio holandês do Nordeste que se adquiriria esta voca o atlântica, ao que segue:

Desviadas para o Sul, para as margens americanas do Trópico de Capricórnio, as rotas subequatoriais puxam o Rio **mais para dentro das trocas marítimas e mais para fora da economia sertaneja**. Prata peruana e escravos angolanos se inserem nas carreiras fluminenses, armando o triângulo Rio — Luanda — Buenos Aires, cujo *primum mobile* negreiro nascia na baía de Guanabara. *Ainda ativas na segunda e terceira décadas do seiscentos, as expedições fluminenses de caça de índios [...] são postas de lado em proveito das transações* que os inacianos, os S s e as diferentes famílias que lhes eram agregadas [...] passam a deter **no comércio sul-atlântico, na construção naval, no negócio negreiro**, nas trocas com o Prata. [...] Toda essa remexida levava os negócios atlânticos, negreiros, intercoloniais, imperiais, dos fluminenses a se apartarem das empreitadas continentais, índigenas, autárquicas, antimetropolitanas e antijesu ticas dos paulistas¹⁶⁴

Aí podemos ver novamente o modelo de análise do autor para os efeitos que o mercado provocaria a uma economia colonial. Vimos a aplicação dele para a desarticulação da rede de apresamento índigena dos paulistas, e como esta, ao contrário e para  l m do tomado por

163 Idem.

164 Luiz Felipe de ALENCASTRO, *Os luso-brasileiros em Angola: constituição do espaço econômico brasileiro no Atlântico Sul, 1550-1700* APUD SAMPAIO, *Na encruzilhada do império...*, p. 64. Negritos e itálicos adicionados.

Alencastro, estava à base e envolveu o processo de mercantilização dessa capitania, com a orientação da produção para o mercado — fenômeno distinto do arrefecimento sugerido pelo autor, portanto. Vimos também que esta percepção que o escapa deve ser entendida no sentido de que sua unidade de análise, ou as preocupações e perguntas do autor, carregam as considerações para fora da dinâmica da vida econômica que corre ali. Antes que esta colocação, delicada mas nem por isso desprovida de razão, leve a um falso problema, vejamos o que nos fala Sampaio deste modelo de análise para o Rio de Janeiro do século XVII. Não há, como aponta, uma guinada que abandona o padrão econômico anterior, o que fica especialmente claro na questão do uso de escravos indígenas. Como diz, "a reação da população fluminense em 1640 à tentativa dos jesuítas de limitar a escravidão indígena por meio de uma bula papal, foi tão intensa quanto a ocorrida em São Paulo", ao ponto de que, "para salvarem suas peles, os inácianos foram obrigados a fazer uma 'escritura de composição', na qual renunciavam à execução da bula, que ficava revogada na prática"; ainda, pouco depois do episódio, em 1663, "o governador da capitania do Rio de Janeiro (...) recebe um ofício do (...) governador-geral, ordenando que fossem cobertos pela Câmara ou Fazenda Real os seus gastos com a guerra que movia contra os índios". É apenas na segunda metade do século que a mão-de-obra indígena perde, paulatinamente, sua importância. Assim podemos entender melhor a consideração dos limites para a acumulação mercantil e para a organização mais ampla da vida dessa sociedade. Com isto, Sampaio chega à conclusão que

no seiscentos predomina o que poderíamos denominar de uma acumulação senhorial, baseada num conjunto de práticas que envolvem tanto as atividades mercantis quanto a ocupação de cargos públicos e as uniões políticas entre as diversas famílias da elite local.¹⁶⁵

É por aí que chegamos à fronteira que buscamos neste trabalho, e que vimos passando pelos diversos contextos, no momento em que a tensão dos negócios coloniais encontra condições para a sua realização em mercados (como o de abastecimento, mas também o mercado urbano, o mercado de crédito, etc), ou, no dizer de Sampaio, em uma esfera de acumulação propriamente mercantil, com o que a situação de mercado se choca com os privilégios em que os grupos locais se arvoram, em variados contextos e gerando diferentes

165 Ibid, p. 78

consequências. No caso do Rio de Janeiro, o marco inicial da mudança é percebido quando "os comerciantes começam a se fazer presentes na documentação oficial na condição de grupo social autônomo"¹⁶⁶, o que Sampaio identifica pela primeira vez em 1692. A partir daí, define-se a noção de "praça" enquanto comunidade mercantil vinculada aos homens de negócio; o termo "homens de negócio" vai se diferenciando do termo "mercador", separando a atividade de grosso trato da atividade mecânica; e o homem de negócios, mesmo quando sozinho num registro, "é sempre identificado através do pertencimento a um grupo mercantil mais amplo"¹⁶⁷ — enfim, abrem-se as condições para a formação da identidade, objetivos e discurso comum a este grupo, que se separa enfim da elite agrária. Antes de avançar, é preciso delinear mais precisamente sua gestação.

Ao último quartil do século XVII, a capitania do Rio de Janeiro passa por importantes transformações que *redefinem seu papel no interior do império português*. Dois casos são colocados à parte para os efeitos desta mudança, a organização da colônia de Sacramento e a diminuição da presença baiana no tráfico angolano. Aqui, o recuo de sua participação em Angola e concentração no tráfico com a Costa da Mina (lembrando que a expansão da cultura do tabaco baiano, item fundamental para o comércio com esta região, coincidiu com esta mudança), preparou "as condições para o domínio do Rio de Janeiro sobre o comércio com Angola no século XVIII"¹⁶⁸; de outro lado, Sacramento, sendo na prática "uma autêntica colônia fluminense", estimulava os negócios com a demanda de tudo: alimentos, recursos, homens e munições. Desta maneira, esta redefinição de papéis abria caminho para o desenvolvimento da comunidade mercantil da praça carioca, e, o que é mais, ao mesmo tempo que fortalecia o grupo, esta expansão comercial "auxiliava-o a estreitar ainda mais os laços da capitania com as diversas regiões do império"¹⁶⁹.

No entanto, apesar da mudança no contexto imperial já ao fim do século, é o ouro que abre as possibilidades de acumulação mercantis a esses homens de negócio, e os liberta da elite senhorial. Assim, já após a primeira década, pela primeira vez a elite mercantil não busca se integrar à elite agrária, pára de comprar engenhos e, fato marcante, passa a investir na produção

166 Idem.

167 Ibid, p. 80.

168 Ibid, p. 146.

169 Ibid, p. 147, 148.

de alimentos¹⁷⁰! Fato marcante pois vemos aí um contexto radicalmente novo, em que os homens de negócio, tendo abertas vias de acumulação em sua esfera, não tem de ir até a elite agrária para realizar sua ascensão social, pelo contrário, saem do que seria a atividade "nobre" para se deslocar ao lucro que o abastecimento interno proporcionava. *Eis, então, a implicação decisiva da cisão: sua identidade também está liberada da ligação e mistura com a elite agrícola, para constituir uma classe específica.*¹⁷¹

É seguindo o rastro deixado pelo valor das escrituras que o autor verifica as mudanças no critério adotado pela sociedade na alocação de seus recursos. Comparando-se a última década do século XVII (1691-1700) à segunda década do XVIII (1711-1720), o valor médio das transações aumenta mais de três vezes (de 349\$824 para 1:120\$204), denotando o aumento da inflação. No entanto, ao discriminar os tipos de bens, verifica-se uma variação de "202,98% para os negócios rurais, 341,33% para os negócios urbanos, 773% para as embarcações e 1.183% para as chácaras". Em termos de valores totais, os bens rurais ainda ocupam quase dois terços dos recursos aplicados na aquisição de bens, contra 21,52% dos negócios rurais e 7,14% das embarcações. **Estes números são importantes na medida em que mostram este surgimento da esfera de acumulação mercantil.** Como dito antes, era justamente esta incapacidade que fazia voltar os ganhos da mercancia para a terra ao longo dos Seiscentos. Desta forma, a novidade não é que aos Setecentos as transações rurais mantenham ainda a maior parte do valor das transações, mas o declínio que começou e continua até a metade do século seguinte¹⁷², concomitante ao fortalecimento do capital mercantil, dos seus negócios e dos seus mercados — mercado de alimentação, de crédito, o mercado urbano, os empréstimos e mesmo um mercado de dívidas surge na década de 1720, gerando uma "relativa despersonalização das relações entre

170 Ibid, p. 125-128. É preciso deixar claro que o investimento dos homens de negócio não explica sozinho a dinâmica do abastecimento, que está claramente ligada à demanda gerada pelas minas e o baixo custo de sua produção. Por outro lado, a produção de alimentos tem um longo histórico no Rio de Janeiro, desde os Seiscentos marcado pela abundância, sobretudo comparado com a Bahia, que recorrentemente tinha épocas de escassez; medidas que obrigassem senhores de engenho a plantar uma determinada quantidade de mandioca para cada escravo (medida que vingava pouco), muito presentes à última, não tiveram necessidade ao Rio. Dois destaques foram o cultivo de frutas cítricas, demandadas pelos navios que ali aportavam, e o cultivo de mandioca, igualmente usado para o abastecimento de navios, e também com frequência enviado aos irmãos do nordeste para estancar situações de fome. Ibid, p. 65-6.

171 SAMPAIO, "Famílias...", item "Conclusão: a construção de uma identidade", p. 260-263. Para a implicação teórica, CAILLÉ, "A dominância...", p. 117-118, especialmente nota 28.

172 77,33% dos valores totais entre 1691-1700, 65,22% entre 1711-1720, 46,35% entre 1727-1730, 50,57% entre 1731-1740 e 32,47% entre 1741-1750. Ver tabela às páginas 68 e 69.

credor e devedor"¹⁷³. A partir daí, a elite agrícola, não recebendo mais a entrada contínua dos homens de negócio, afunda-se em dívidas e empréstimos e se ruraliza diante da independência da acumulação mercantil e seu desenvolvimento à cidade, que não vai parar de crescer, estimulando a demanda de todos os mercados. É finalmente na década de 1740 que pela primeira vez os negócios urbanos ultrapassam os negócios rurais (129:483\$185 a 121:702\$985), bem como a primeira vez em que os negociantes penetram na lista do senado da Câmara. Dito de outra forma, é o que conclui Sampaio:

O que a perda de importância relativa do setor agrário nos mostra é que ele se vê drenado em escala crescente pelos setores não-agrícolas da sociedade, sobretudo pelo capital mercantil. Estes setores, com uma participação inicial *subordinada* frente ao primeiro, ganham relevância com a expansão dos nexos econômicos que vinculam o Rio de Janeiro a outras áreas do Brasil, sobretudo às minas, mas também à nova fronteira sul da colônia: a Colônia do Sacramento, o litoral dos atuais Paraná e Santa Catarina e, no final do nosso período, o Rio Grande de São Pedro. *O resultado é uma transformação profunda no predomínio das diversas formas de acumulação*. Enquanto no século XVII o capital mercantil aparece pouco em nossas escrituras, no XVIII ele ganha relevo e independência, passando a ter uma faixa própria de atuação e permitindo-nos acompanhar seus movimentos. Consequentemente, isto provoca uma transferência contínua para ele das riquezas geradas nas atividades produtivas, o que é quase o mesmo que dizer agrárias. Esta transferência é, no começo dos setecentos, uma novidade histórica. Significa o *início do domínio da acumulação mercantil sobre as demais formas de acumulação* e, portanto, o próprio ritmo da economia passa a ser determinado pelas idiossincrasias de tal acumulação. Estamos agora mais perto do século XIX do que do XVII.¹⁷⁴

Assim, podemos concluir as consequências das tensões dos negócios ao período que analisamos, com seu marco inicial na passagem do século e o final a seus meados. É seguindo João Fragoso, na mesma linha de Antonio Jucá de Sampaio, que tiramos estas implicações.

Acrescentando às considerações de Sampaio, Fragoso parte de que a economia açucareira carioca era particularmente ruim, de *segunda*, com um solo "inadequado para a produção de açúcar". Com isto, os privilégios neste contexto tinham um papel explícito de garantir a sobrevivência da economia, passando por, junto com a já mencionada lei contra penhora e a discussão do preço do açúcar à Câmara, o cerceio da moeda, ao século XVII, defendendo o poder de compra dos

173 Ibid, p. 89.

174 Ibid, p.91

cariocas em meio às desvalorizações da moeda portuguesa feitas pela Coroa¹⁷⁵. Para a sua manutenção, que envolvia uma negociação tensa entre a nobreza da terra, a Coroa e o capital mercantil, vemos reaparecer, no raciocínio de Fragoso, o modelo de análise lançado por Evaldo Cabral de Mello, tratado acima: esta nobreza, adquirindo uma "blindagem política [para a economia açucareira] contra as intempéries do mercado internacional", ao mesmo tempo realizava, "aos olhos dos moradores, *a defesa do bem comum*, pois daquele açúcar dependiam suas vidas"¹⁷⁶; todavia, aqui Fragoso dá um passo adiante, saindo do terreno ideológico em que a nobreza posa de defensora da comunidade para a conclusão de que, assim, o grupo local obtinha com isto a legitimidade de sua hegemonia: através de "finas negociações" baseadas a partir do engenho, dando suporte para "relações clientelares e de parentesco fictício entre senhores, lavradores, forros e escravos"¹⁷⁷. O autor está interessado, de um lado, nos jogos políticos que garantiam a blindagem política do mercado, de outro, no domínio desta nobreza nas relações que correm à base da sociedade, e, por fim, no terreno mais elevado em que o capital mercantil estabelece sua hegemonia, que, coincidindo justamente com a perda de vários privilégios da nobreza, libera finalmente o mercado daqueles jogos¹⁷⁸.

A implicação desta matriz braudeliana, bem como a tomada do terreno da defesa do bem comum e a opção de ler a nobreza da terra avançando do terreno ideológico para o sociológico, ficam por ser discutidas ao último tópico. Por ora, terminamos por concluir o contexto dentro do quadro das tensões do negócio que viemos analisando, ressaltando as consequências verificadas no tocante para a sua realização em uma situação de mercado e, simultaneamente, com a possibilidade de mercados para a acumulação mercantil, cujo vulto marca a especificidade do Rio de Janeiro no conjunto que viemos glosando. Assim, vamos passando com menos aspereza pelas vicissitudes historiográficas, sem incorrer na tendência que arrasta o objeto para fora da vida que corre ao espaço colonial, nem tampouco cair na deriva de uma dissecação etnográfica dentro dos marcos do império português — mas seguindo o rastro das determinações do negócio e as tensões para as quais arrasta as concepções vigentes e a organização da vida econômica.

175 João FRAGOSO, "Fidalgos e parentes de pretos...", p. 99.

176 Ibid, p. 100. Itálico adicionado.

177 Ibid, p. 103.

178 No exemplo derradeiro, a lei do açúcar, de 1752, "o preço do produto definitivamente deixava de ser discutido na Câmara e passava a sofrer mais pesadamente as influências do mercado. Com isso, a cotação dos bens mercantis diante dos rurais entra nos eixos, ou seja, passa a ter um comportamento esperado numa economia pré-industrial dominada pelo capital mercantil". Ibid, p. 101.

Síntese

Como vimos, o negócio provoca tensões: em todas as regiões, há conflitos entre comerciantes imigrados e a nobreza da terra, que monopoliza o poder local à Câmara, ou, quando ela chega a abrir espaços aos comerciantes, como por exemplo em Irmandades (e mesmo nas próprias Câmaras), são sempre cargos menores a que os mercadores tem acesso. Assim, verificamos que jaz ao chão deste conflito a tensão entre estamento e classe. Em algumas regiões, as elites locais persistem no domínio destes espaços, de posse de um discurso que vinculam-nas a uma nobreza (o que vemos com maior distinção em Pernambuco), mas também nas demais regiões, dado que tal comportamento participa das concepções vigentes do período, bem como das atitudes desenvolvidas pelos habitantes da conquista, marcadas pelo mote com que justificam seus pedidos de mercês à Coroa, à custa de seu (bem como o dos seus antepassados) sangue, suor e fazendas.

Neste caminho, topamos com uma tensão historiográfica. É que o início destes rumos, nos idos de 1990, foi marcado pelo estudo do fim deste processo, na passagem ao século XIX, quando se vê os comerciantes do Rio de Janeiro ingressando nas filas da nobreza, "voltando" para a terra depois de meio século fora dela (poderíamos dizer, pelo gosto da anedota, um anacronismo historiográfico), através de pedidos de mercês, esterilizando sua riqueza, montando e perpetuando a aristocracia pós-independência — a posição de João Fragoso (e Manolo Florentino)¹⁷⁹, que abriu o terreno para as considerações da noção de *Antigo Regime nos*

179 A forma com que Maria Fernanda BICALHO coloca o ponto deixa claramente expresso este ponto: "Fragoso e Florentino argumentaram que foi expressivo no Rio de Janeiro daquele fim de século o número de grandes empresas comerciais cuja existência se restringiu a, no máximo, duas gerações. Embora construísse suas fortunas no Brasil, grande parte desta elite era formada por imigrantes portugueses desembarcados na colônia na segunda metade do século XVIII: *'tudo indica que depois de trinta anos de funcionamento contínuo, seus responsáveis acabam por abandonar os misteres mercantis, transformando-se, em particular, em rentistas urbanos e/ou senhores de terras'*."

O fato de aqueles comerciantes desviarem seus cabedais do comércio para o mercado imobiliário urbano e para a aquisição de terras nos arredores da cidade — *'um setor que não multiplica a riqueza, mas sim a esteriliza'* —, devia-se em parte ao fato de esse tipo de investimento calcar-se em outros valores que não os pecuniários, conferindo-lhes um *status* reconhecido pelos códigos estamentais da sociedade luso-brasileira. Como afirmam os autores, *'na verdade [...] a transformação do grande comerciante carioca em rentista e/ou senhor de terras denota a presença de um forte ideal aristocratizante, identificando ao controle de homens e à afirmação de certa distância frente ao mundo do trabalho'*. Desta forma, a busca da aristocratização através da autotransmutação de grandes negociantes em rentistas e senhores rurais contribuiria, no caso específico do Brasil, para a montagem e perpetuação da aristocracia pós-independência". *A cidade e o império. O Rio de Janeiro no século XVIII*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003, p. 383-4. A autora cita trechos de João FRAGOSO;

Trópicos. Não foi a toa que, neste fim do século XX, em que se via um Brasil fraturado econômica, social e politicamente, num contexto que colocava as utopias do século em cheque, com o brado de um mercado triunfante, a obra de Raimundo Faoro gozou de grande prestígio, expressando um sentimento que fazia coro às tensões sentidas pelos contemporâneos; assim é que, entre seduzidos e combatentes do capitalismo, ressoou amplamente na produção historiográfica a negatividade de uma sociedade estamental-escravista, como vimos aqui.

No entanto, já vivemos em outro contexto, e o sentimento do presente é marcado pela negatividade de um mercado que ocupa todos os espaços da vida, privatizando-os, ameaçando inclusive nossa existência no planeta. Assim, dispondo do terreno que a historiografia abriu, que mistura as tensões estamentais com as tensões de classe (e do mercado), fazemos a pergunta deste, a nossa pergunta de contemporâneos a sua plena realização. Com isto, preferimos seguir a sugestão de Sérgio Buarque de Holanda, de que esta sociedade poderia muito bem estar dominada pelo mercado, a par do investimento em estilo de vida nobre, em que o *status* de uma hierarquia excludente convive com as pressões da mercadoria¹⁸⁰.

Manolo FLORENTINO, *O Arcaísmo como projeto. Mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro (c. 1790 - 1840)*, Rio de Janeiro, Diadorim, 1993, p. 105, p. 107.

180 Ao discutir a questão de *classes* e *ordens* na formação do mundo moderno, sobre qual seria o melhor critério para seu uso (uma não excluindo a outra, as duas entrelaçando-se, indistinguindo-se, etc.), conta a história do conceito formulado por Weber e os problemas gerados pelo termo *estamento*, oriundo da tradução espanhola da obra do sociólogo alemão, e sugere uma definição para o lugar do mercado em meio a este imbróglio, especificamente ao contexto brasileiro:

"Depois de ter defendido 'classe' como categoria puramente econômica, percebeu o sociólogo alemão que era insuficiente esse conceito para abraçar todas as formas de estratificação, e recorreu então a outro, capaz de indicar 'estilos de vida' sobranceiros, em teoria, à presença do mercado, [outro conceito que] corresponderia mais propriamente a grupos de *status* dependentes de uma estimação social particular, positiva ou negativa, da *honra*. Para nomeá-la serviu-se de uma expressão — *stand* — que designa as 'ordens' tradicionais, mas ao lado dessa admite dezenas de outros significados. As confusões que tal recurso poderia suscitar em outras línguas são menos sensíveis no alemão, devido à singular flexibilidade de seu vocabulário. Para evitá-las lembrou-se o tradutor espanhol de tirar do antigo castelhano ou aragonês uma expressão — *estamento* — que se torna inconfundível, porque arcaica, e ainda se presta mais a derivações. Agiu um pouco à maneira do próprio Weber, quando precisou em outro caso de outro conceito muito específico, e então aproveitou um termo tomado ao grego e à literatura patrística, isto é, *carisma*, com o derivativo *carismático*.

É fora de dúvida que a solução espanhola foi engenhosa, mas as consequências foram imprevistas. Uma vez adotado, o simpático arcaísmo rapidamente tomou corpo, já agora difícil de conter. Daí o acreditar-se que de uma sociedade estamental, como se resolveu que era a do Brasil por volta de 1822, seria disparate falar na presença de classes dominadas pelo mercado. Não é esse, certamente, o ponto de vista de Weber. Em sua obra mestra, de publicação póstuma e que só é dado conhecer em forma fragmentária justamente na seção relativa às estratificações sociais, diz-se de modo expresso que as diferenças de classe estão entrelaçadas, nas formas mais variadas, às diferenças de *status*, ou seja, às hierarquias estamentais". "Sobre uma doença infantil da historiografia", in Marcos Costa (org.) *Para uma nova História*, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2004, p.122. Artigo originalmente publicado no jornal *O Estado de São Paulo*, a 17 de junho de 1973. Ver também, para uma fina leitura do problema, CABRAL DE MELLO,

Desta forma, tentando abrir este caminho, seguimos os passos de Laura de Mello e Souza, que, à sua maneira, leva adiante, no campo da discussão que tratamos (em torno da querela específica de leitura da vida colonial através das lentes do Antigo Regime), uma tradição analítica da qual faz parte o conceito do sistema colonial. Em dois momentos Laura limpa o terreno da questão: primeiro, ao situar a reivindicação de nobreza das elites locais, em sua identidade e discurso, como uma parada ideológica¹⁸¹; ao mesmo tempo, mostra como as tensões permeando o século XVIII terminam por gerar, ao seu fim, autênticas concepções burguesas, como se vê na sociedade mineira, ao sedimentar-se, particularmente ressaltadas quando confrontadas com grupos estratificados em princípio distinto¹⁸².

Assim é que, voltando para a virada de séculos anterior, podemos encontrar um Gregório de Matos expressando bem aquela tensão que viemos traçando, e que acentuamos ao analisar Pernambuco e seu conflito entre a vida voltada para o uso e o valor de troca. Pela pena de Alfredo Bosi, percebemos o membro de uma antiga família fidalga, que havia perdido, "como tantas outras, o sustento oficial irrestrito que a escudara nos primeiros decênios do século", vendo sua

181 "O fato de os membros das elites senhoriais se autodenominarem 'nobreza da terra' não autoriza, creio, os historiadores a tomarem o que é construção ideológica por conceito sociológico. Da mesma forma, o fato de existirem *aristocracias regionais* — a menos equívoca sendo, por certo, a da velha região açucareira do Nordeste, notadamente em Pernambuco — não permite extrapolar para a constatação de que a sociedade luso-americana nos séculos XVI, XVII e XVIII conheceu, na nobreza da terra, uma formação social análoga à do *Ancien Régime* europeu. (...) Em termos gerais, tem havido uma tendência em ler de forma enviesada a obra de Evaldo Cabral de Mello, na qual *nobreza da terra* é vista, se entendi bem, como construção ideológica, e não como conceito que permita ver a aristocracia pernambucana como expressão da nobreza do Antigo Regime, e a ela comparável. Ver sobretudo Evaldo Cabral de Mello, *Rubro Veio. O imaginário da Restauração Pernambucana*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986, em que, à p. 164, está dito: 'Para resumir: a 'nobreza da terra' era apenas o novo coletivo que haviam cunhado para si os descendentes das 'pessoas principais' de sessenta, setenta anos antes'. Laura de MELLO E SOUZA, *O sol e a Sombra. Política e administração na América portuguesa do século XVIII*, Cia das Letras, 2006, p. 179-80.

182 "Os argumentos estamentais são o testemunho de um grupo acuado ante princípios estratificadores distintos dos seus. O mérito que admiravam era o do valor pessoal expresso em coragem, bravura, arrojo, inteligência — os dons do espírito invocados por [Tomás Antonio] Gonzaga. Numa sociedade de sedimentação antiga, como a européia, o corolário da 'carreira aberta ao talento' ia se impondo aos poucos, numa gradação de tons. Napoleão, simpatizante jacobino de origem nobre, apesar de periférica, impôs reformas imprescindíveis à consolidação da burguesia, mas as encobriu com o manto imperial. Em Minas, a rapidez do povoamento e o caráter arrivista da população não permitiram meios-tons. Atitudes como a de um capitão-mor da vila de Pitangui, comerciante pobre e rapidamente enriquecido que gravara em sua janela um letreiro em ouro dizendo: 'Quem dinheiro tiver, fará o que quiser', só poderiam despertar horror e perplexidade em homens cultos e 'bem morigerados' como Cláudio, Alvarenga ou Gonzaga." Com isto, calcada nos valores e possibilidades abertas pela riqueza, a nobreza que gerou, definida pela autora como uma *nobreza de costume*, arraigava-se em concepções burguesas: "Em Minas, os ralos esforços de inventar tradições se fizeram por meio de presumíveis origens paulistas, como no caso de Cláudio Manoel da Costa. Minas não reclamou foros de nobreza ou fidalguia porque sua sociedade, quando assentou, já trazia traços inequívocos de uma outra ordem, em que as divisões eram de classe e se fundavam, portanto, no *dinheiro*". Ibid, p. 178.9, p. 181.

posição social estamental chocar-se com a indistinação entre honra e negócio, gerando no bardo o ódio à máquina mercante. Bosi lê no soneto "À Bahia" — versos que gerações mais recentes reconhecem através de canção de Caetano Veloso —, através da tensão entre o Antigo Estado e a Máquina Mercante, a atitude do poeta ante uma viragem econômica e social, ligada à abertura efetiva da barra de Salvador após a Restauração. Em apuros, tendo sido retirado inclusive seu sustento como vigário geral da Sé da Bahia e também as rendas obtidas como tesoureiro mor da instituição, o "*filho d'algo* (...) não tolera o comerciante forâneo nem o desenvolto mercador cristão-novo". Gregório enfeza-se ao ver figuras desonradas ocupar postos de caráter honorífico, e o que um reles tendeiro de sangue suspeito causa ao ocupar um cargo de vereança, todavia não se compara com o inferno que vive o poeta diante de negros e mulatos em ascensão a postos sociais de prestígio. Eis, então, a questão crucial: a entrada de uma situação de concorrência na luta por dinheiro e prestígio faz o que "era latente e difuso torna[r]-se patente e localizado". Finalmente, vem a questão: "Como resistir se o mal penetrou nas juntas do sistema e nas entranhas do sujeito?"¹⁸³

Com este esforço de localização do contexto e consequências destas tensões, que já vai longo, queremos aventar as condições que tornam possível a articulação que viemos sugerindo, entre negócios, tensões, concepções vigentes e mecanismos de mercado. Os limites à intervenção no preço do açúcar, a regularização e mediação, enfim, a pressão do negócio para realizar-se em uma situação de mercado, retirando finalmente a definição do preço à Câmara municipal, ao Rio de Janeiro; as tensões do negócio que, se não recebem condições particulares para a organização de uma economia de mercado (São Paulo) ou uma esfera própria para a atividade mercantil (Rio de Janeiro), **nem por isso quer dizer se fazem menos presentes em outras regiões**, como a proposição de José Peixoto Viegas para a implantação de refinarias à Bahia ao último quartil do Seiscentos; tensões, aliás, que se fazem valer na aproximação de mercados que, *apesar da descontinuidade do espaço econômico colonial*, estimulam a realização do negócio: como a mercantilização paulista, ativada pela possibilidade de exportar sua produção para o mercado possível à colônia, bem como o exemplo do mercado de alimentação à Bahia, e também a importância que a produção de alimentos tem na mercantilização¹⁸⁴ por que passa o Rio de

183 Alfredo BOSI, *Dialética da colonização*, São Paulo, Cia das Letras, 2010, p. 99; p.101; p.106; p.115.

184 cremos que, apesar de não ser termo usado pelo autor ao qual nos baseamos, a característica do fenômeno, aqui apontada, torna legítimo a aplicação ao processo por que passa a região.

Janeiro; a formação de comunidades mercantis na curva deste processo, criando identidade autônoma, libertando-a do acesso ao prestígio através da identificação senhorial, como ao Rio de Janeiro durante a primeira metade dos Setecentos, ou, de toda forma, liberando a definição do comércio de grosso trato para os cargos honoríficos (ainda que, apesar da aceitação da Coroa, a nobreza da terra trave este acesso, de modo geral, até meados do século XVIII); em meio a isto, o preconceito estamental, a um Gregório de Matos vendo as tensões entranharem-se às malhas do sistema, tensões que, ao fim do processo, vemos maturadas na concepção burguesa que causa a ojeriza de Tomás Gonzaga; por fim, como exemplo final, o transtorno da população paulista, que, recorrendo à noção do bem comum, vigente ao período e acentuadamente presente em Portugal, ao se verem ameaçados pela subida de preços na capitania, ficam frequentemente sem o apoio do poder que deveria garantir a sua proteção, pois a economia se orientou para mercados fora de seu espaço (onde os negócios são mais rentáveis) — todos estes elementos arrolados, nos parece, reforçam que esta sociedade, sendo permeada pelo negócio, vai chocando-se com o mercado, numa relação tensa, pois, e enfim chegamos no dado fundamental, *não há limite para ele*: como vimos, a defesa do bem comum esboroa-se ante a possibilidade de lucros dos homens bons paulistas com o negócio de alimentos. Aqui, finalmente, encontramos nossa pergunta — e a organização do problema que buscamos enunciar. Ela se aproxima do campo que a historiografia abriu nos últimos 20 e poucos anos tateando o reconhecimento das pressões e mudanças em torno do mercado à colônia; se distancia desta onda historiográfica que passou a se concentrar na narrativa das elites locais e na legitimidade desta através de princípios corporativos, vigentes ao período do Antigo Regime e acentuados em Portugal; e busca o reencontro com a preocupação que originou a formação do conceito do *sistema colonial*, para colocá-lo em movimento com a questão presente. Caminho tortuoso, até um pouco esquisito, mas, o que fazer, como fugir ao nosso tempo?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste trabalho, avançamos em um terreno misto, entre a historiografia e a história, para fazer com que um debate que no mais das vezes fica represado em picuinhas saísse delas e se mexesse. Para isto, vimos que, estando ligado a unidades ou objetivos de análise distintos, ele não sai do lugar a não ser que se inquiria pelas perguntas que os autores em questão fizeram, cada um em seu contexto. Mais do que isto, vimos que o conceito do sistema colonial, o nosso ponto de partida, dentro da discussão em questão, acaba como que voltando a si mesmo. Assim, conduzimos o trabalho em função dos limites e das possibilidades de seu uso, tomando como questão básica que, para colocá-lo em movimento, era necessário ligá-lo ao contexto do tempo presente, em que o mercado domina a vida. De posse desta pergunta, encontramos um terreno comum para fenômenos afins e sugerimos sua compreensão a uma articulação, através das tensões que correm ao período tratado, que identifica um processo de mudança na passagem ao século XVIII, em que a pressão pela realização dos negócios orienta a vida para o mercado.

Neste sentido, o ponto central do processo destacado é a relação tensa do mercado com a sociedade, que, dada a sua determinação para a realização do negócio, *não tem limites ao mercado*. As próprias concepções vigentes, que forneceriam o esteio para a defesa do *bem comum*, entram em choque com o desígnio da vida imprimido por essa determinação, o que, mais uma vez, fica patente nas tensões do período, marcadamente no conflito entre a elite local e os mercadores, com Pernambuco representando uma situação em que o atrito entre o valor de uso e o valor de troca atingiu o ápice.

Ao identificar os contornos mais gerais deste processo, tocamos em tensões da historiografia, que, a par das divergências teóricas, são marcadas por questões ideológicas. E aqui, uma vez mais, o contexto em que as perguntas dos autores são formuladas tem papel decisivo. Se, por um lado, reconhecemos o papel importante que os revisionistas cumpriram, por outro lado, sua pergunta está por demais vinculada a uma naturalidade da economia de mercado e à cúpula da sociedade. Como aceitá-la, nos dias que correm, e como não se tentar, olhando em retrospectiva, a ver naqueles paulistas, vivendo a escassez em meio à abundância, com seus homens bons lucrando com a orientação da produção para o mercado, os homens bons de hoje, que não se mexem nem diante de uma catástrofe? O bem comum, este parece mesmo difícil de

ser cumprido entre os paulistas.

BIBLIOGRAFIA

- ALENCASTRO, Luis Felipe de. *O trato dos viventes — Formação do Brasil no Atlântico Sul. Séculos XVI e XVII*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.
- BARICKMAN, Bert Jude. *Um contraponto baiano, açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.
- BARROS, Daisy Ribeiro de Moraes. *Um século dos ofícios mecânicos na vila de São Paulo*, São Paulo, Universidade de São Paulo, 1982.
- BLAJ, Ilana. *A trama das tensões: o processo de mercantilização de São Paulo Colonial (1681 - 1721)*. São Paulo: FAPESP, 2002.
- . "Agricultores e comerciantes em São Paulo nos inícios do século XVIII: o processo de sedimentação da elite paulistana", *Rev. Bras. Hist.*, São Paulo, vol. 18, n. 36, 1998.
- BOSCHI, Caio Cesar. "Nem tudo que reluz é ouro", in Tamás Szmrecsányi (org). *História econômica do período colonial*, São Paulo, Hucitec, 1998.
- BURKE, Peter. *Cultura popular na Idade Moderna — Europa, 1500 - 1800*. São Paulo: Cia das Letras, 1999. [1978]
- CAILLÉ, Alain. "A dominância do mercado", in *Ler Braudel*. Campinas: Papirus, 1989.
- CABRAL DE MELLO, Evaldo Cabral de. *A Fronda dos Mazombos — Nobres contra Mascates, Pernambuco, 1666-1715*, São Paulo, Editora 34, 2003.
- . *Rubro Veio — O imaginário da restauração pernambucana*, São Paulo, Alameda Editorial, 2008.
- CARDOSO, Ciro Flamarion. *Agricultura, escravidão e capitalismo*. Petrópolis: Vozes, 1979.
- . "As concepções acerca do 'Sistema Econômico Mundial' e do 'Antigo Sistema Colonial': a preocupação obsessiva com a 'extração do excedente'", in: LAPA, José Roberto do Amaral (Org). *Modos de produção e realidade brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1980.
- CARDOSO, Ciro Flamarion et alli, *Modos de producción en América Latina*. Córdoba: Passado y Presente, 1974.
- CORAZZA, Lucas Lima Otranto. *Uma análise sobre a polêmica entre sentido externo e sentido interno na formação do Brasil — a reflexão estrutural e as novas complexidades*. Araraquara:

Fcl/UNESP, 2011.

FLEXOR, Miriam. "Ofícios, manufaturas e comércio", in Tamás Szmercsányi (org.) *História Econômica do Período Colonial*, São Paulo, ABPHE/Edusp/Imprensa Oficial/Hucitec, 2002.

FLORENTINO, Manolo Garcia; FRAGOSO, João Luis Ribeiro. *Mercado e Formas de Acumulação: Os Comerciantes de Grosso Trato do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: IPEA, 1990.

_____. *O Arcaísmo Como Projeto: Mercado Atlântico, Sociedade Agrária e Elite Mercantil no Rio de Janeiro, 1790-1840*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FLORY, Rae Jean Dell. *Bahian society in the mid-colonial period: the sugar planters, tobacco growers, merchants, and artisans of Salvador and the Recôncavo, 1680-1725*. Austin: University of Texas, 1978.

FLORY, Rae Jean Dell; SMITH, David Grant. "Bahian merchants and planters in the Seventeenth and Early Eighteenth Centuries", *The Hispanic American Historical Review*, vol. 58, n.4, nov. 1978, p. 571-594.

FRAGOSO, João Luis Ribeiro. *Homens de Grossa Aventura: Acumulação e Hierarquia Na Praça Mercantil do Rio de Janeiro (1790 -1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

FRAGOSO, J.L.R; BICALHO, M. F.; GOUVÊA, M. F. *O Antigo Regime nos Trópicos: A dinâmica imperial portuguesa. (Séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FRAGOSO, João; ALMEIDA, Clara Maria de; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de (orgs). *Conquistadores e negociantes — Histórias de elites no Antigo Regime nos trópicos. América lusa, séculos XVI a XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FRAGOSO, João Luis Ribeiro; GOUVEA, Maria de Fátima. "Monarquia pluricontinental e repúblicas: algumas reflexões sobre a América lusa nos séculos XVI XVIII". *Tempo. Revista do Departamento de História da UFF*, v. 27, p. 49-63, 2009.

_____. (orgs). *Na Trama das Redes — política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1992.

GUIMARÃES, Carlos Gabriel. "O fidalgo-mercador Francisco Pinheiro e o 'negócio da carne humana': 1707-1715", in Mariza de Carvalho SOARES (org.). *Rotas atlânticas da diáspora africana: da Baía do Benim ao Rio de Janeiro*. Niterói: Eduff, 2007.

HESPANHA, Antonio Manuel. "La economia de la gracia", in *La gracia del derecho. Economía de la Cultura en la Edad Moderna*. Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1993.

_____. *As vespersas do Leviathan: instituições e poder político Portugal séc. XVII*. Coimbra: Almedina, 1994.

HAAG, Carlos. "Um imenso português". Revista FAPESP, n.201, Nov 2012.

HESPANHA, Antonio Manuel; XAVIER, Ângela Barreto. "Redes clientelares", in António Manuel HESPANHA (coord.), *História de Portugal*, Lisboa, Editorial Estampa, 1993, v.4.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. "Sobre uma doença infantil da historiografia", in Marcos Costa (org.) *Para uma nova História*, São Paulo, Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

LAPA, José Roberto Amaral da. "O interior da estrutura", in Tamás Szmercsányi (org.) *História Econômica do Período Colonial*. São Paulo: ABPHE/Edusp/Imprensa Oficial/Hucitec, 2002, p. 163-171.

MAGALHÃES, Diogo Franco. *O reinventar da colônia: um balanço das interpretações sobre a economia colonial brasileira*. Dissertação de Mestrado, Campinas, IE/UNICAMP, 2008.

MARIUTTI, Eduardo Barros. "Capital comercial autônomo: dinâmica e padrões de reprodução", Texto para Discussão, Campinas, IE/UNICAMP, n. 214, p. 1-23, 2012.

_____. "Capital comercial autônomo e a transição ao capitalismo: a polêmica sobre as duas vias e o papel das cidades", Texto para Discussão, Campinas, IE/UNICAMP, n. 227, p. 1-22, fev. 2014.

MARX, Karl. *Capítulo VI inédito de o Capital: resultados do processo de produção imediata*. São Paulo: Centauro, 2004.

NOVAIS, Fernando Antonio. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1995. [1979]

- _____. *Aproximações: estudos de história e historiografia*. São Paulo, 2005.
- OLIVAL, Fernanda. *As ordens militares e o Estado moderno: honra, mercê e venalidade em Portugal (1641-1789)*. Lisboa: Estar Editora, 2001.
- POLANYI, K. *A grande transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 2000. [1944]
- _____. *A subsistência do homem e ensaios correlatos*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.
- PRADO JR., C. *Formação do Brasil Contemporâneo: Colônia*. São Paulo, Companhia das Letras, 2011. [1942]
- RUSSEL-WOOD, A.J.R. *Fidalgos e Filantropos: a Santa Casa de Misericórdia da Bahia (1550-1755)*. Brasília: UNB, 1981. [1968]
- _____. "Centros e periferias no mundo luso-brasileiro —1500-1808", *Revista Brasileira de História*, vol.18, n.36, 1998, p. 187-249.
- SANTOS, Ronaldo dos. "Mercantilização, decadência e dominância", in Tamás Szmrecsányi (org). *História econômica do período colonial*. São Paulo: Hucitec, 1998.
- SCHWARTZ, Stuart. *Segredos internos*. São Paulo: Cia das Letras, 1988.
- _____. "Mentalidades e estruturas sociais no Brasil colonial: uma resenha coletiva", *Economia e Sociedade*, Campinas, n. 10, dez. 1999, p.129-153.
- SOUZA, Laura de Mello e Souza. *O sol e a sombra — política e administração na América Portuguesa do século XVIII*. São Paulo, Cia das Letras, 2006.
- SOUZA, Laura de Mello e; BICALHO, Maria Fernanda. *1680-1720: O império deste mundo*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.
- THOMAS, Keith *The ends of life — ROADS TO FULFILMENT IN EARLY MODERN ENGLAND*. Oxford: University Press, 2009.
- VIEIRA, Carlos Cordovano. *Interpretações da Colônia: leitura do debate brasileiro de inspiração marxista*. Campinas, IE/UNICAMP, 2004.
- _____. *Antigo Regime e Transição: breve estudo em torno do capital mercantil e do absolutismo*, Campinas, IE/UNICAMP, 2012.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *The modern world-system I: capitalist agriculture and the origins of the European world-economy in the sixteenth century*. New York: Academic Press, 1974.